

# RELATÓRIO DE GESTÃO 2011 SUEST/RN

GESTÃO ADMINISTRATIVA

**FUNASA**  
FUNASA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE



Ministério da Saúde  
Fundação Nacional de Saúde

## **APRESENTAÇÃO**

O presente Relatório de Gestão da Fundação Nacional de Saúde/Superintendência Estadual do Rio Grande do Norte/Suest-RN, trata dos resultados obtidos pela a Suest/RN, no exercício de 2011 e tem como referencial as ações e programas que integram o Plano Plurianual 2008-2011.

O referido Relatório tem como base: a Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União/TCU n° 63/2010, a Decisão Normativa TCU n° 108/2010, a Portaria do Tribunal de Contas da União/TCU n° 123/2010 e a Portaria da Controladoria Geral da União/CGU n° 2.549/2010.

O Plano Operacional e o seu Monitoramento, foram utilizados como ferramentas para subsidiar a Elaboração do referido Relatório de Gestão e demonstram as estratégias de atuação adotada pela Funasa/Superintendência Estadual do Rio Grande do Norte/Suest-RN, para alcance dos resultados no cumprimento da missão institucional.

**ROBERTO MEDEIROS GERMANO**  
Superintendente Estadual do Rio Grande do Norte

## INTRODUÇÃO

Trata este Relatório das Atividades Desenvolvidas pela Fundação Nacional de Saúde/Superintendência Estadual do Rio Grande do Norte, orientado pelas diretrizes e objetivos estratégicos definidos pelo nível central/Funasa/Brasília, em consonância com o Plano Plurianual do Governo Federal (2008/2011), no propósito do cumprimento da missão institucional, que é *“Realizar ações de saneamento ambiental em todos os municípios brasileiros e de atenção integral à saúde indígena, promovendo a saúde pública e a inclusão social, com excelência de gestão, em consonância com o SUS e com as metas de desenvolvimento do milênio”*. Serviram como base deste Relatório, as ações técnico/administrativa desenvolvidas pelos diversos Serviços, Seções, Setores, Assessorias, da Funasa/Suest-RN no exercício de 2011.

Desta forma, o Relatório de Gestão desta Superintendência Estadual do Rio Grande do Norte, demonstra as estratégias de atuação desenvolvida pela instituição, visando à obtenção dos resultados inerentes a área de saneamento ambiental e, por certo, servirá de material útil para à Avaliação e mensuração do desempenho institucional e, servirá também, como instrumento facilitador para o acompanhamento da Gestão desta Superintendência Estadual.

É importante ressaltar que os itens: **2.4.2** Programação de Despesas Correntes; **2.4.3** Programação de Despesas de Capital; **2.4.4** Execução Orçamentária da Despesa; **14.** Informações Sobre Renúncia Tributária; **18.** Análise crítica das demonstrações contábeis da administração pública direta; **19.** Análise das demonstrações contábeis das empresas estatais; **20.** Composição acionária de capital; **21.** Informações sobre Fundo Partidário; **22.** Informações sobre Fundos Constitucionais; **23.** Indicadores de Desempenho do IFES; **24.** Análise de Situação Econômica – Financeira; **25.** Remuneração paga aos Administradores; **26.** Contratação de consultores na modalidade “Produto”; **27.** Supervisão de contratos de gestão celebrados com organizações sociais; **28.** Informações sobre imóveis alienados e 2010 em consonância com o plano nacional de desmobilização; **29.** Informações sobre contratos de gestão celebrados; **30.** Avaliação de Termos de parceria celebrados pela UJ, **“Não se aplica à natureza jurídica desta UJ”**.

Por oportuno informo que nos itens **3.1** Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos; **15.2** Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício; **15.4** Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício, não houveram ocorrências.

## Sumário

<b>1. INFORMAÇÕES SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA</b>	<b>06</b>
1.1 Relatório de Gestão Individual	06
<b>2. INFORMAÇÕES SOBRE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE</b>	<b>07</b>
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade	07
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	13
2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	16
2.3.1 Identificação das subações sob responsabilidade da UJ	16
2.3.2 Resumo da Execução Física das subações realizadas pela UJ	39
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro	69
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa	69
2.4.2 Programação de Despesas Correntes	69
2.4.3 Programação de Despesas de Capital	69
2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa	69
2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	74
2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	75
2.4.7 Indicadores Institucionais	76
<b>3. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS</b>	<b>81</b>
3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recurso	81
<b>4. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS</b>	<b>81</b>
4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	81
4.2 Análise Crítica	81
<b>5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE</b>	<b>82</b>
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	82
5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada	82
5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada	82
5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada	83
5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade	83
5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade	84
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	85
5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria	85
5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada	85
5.3 Composição do Quadro de Estagiários	85

5.4	Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada.....	86
5.5	Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada.....	87
5.5.1	Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão.....	87
5.5.2	Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados.....	87
5.5.3	Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade.....	88
5.5.4	Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão.....	89
5.6	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	90
<b>6.</b>	<b>INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS .....</b>	<b>92</b>
6.1	Instrumentos de transferências vigentes no exercício.....	92
6.1.1	Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011.....	92
6.1.2	Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios.....	92
6.1.3	Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes.....	92
6.2	Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse.....	92
6.2.1	Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse.....	94
6.3	Análise Crítica.....	95
<b>7.</b>	<b>DECLARAÇÃO REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS.....</b>	<b>96</b>
7.1	Modelo da declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV.....	96
<b>8.</b>	<b>INFORMAÇÕES SOBRE DECLARAÇÕES DE BENS E RENDA.....</b>	<b>97</b>
8.1	Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.....	98
8.2	Análise Crítica.....	98
<b>9.</b>	<b>INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE CONTRLE INTERNO DA UJ.....</b>	<b>98</b>
9.1	Estrutura de controles internos da UJ.....	98
<b>10.</b>	<b>INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....</b>	<b>101</b>
10.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	101
<b>11.</b>	<b>INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....</b>	<b>103</b>
11.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	103
<b>12.</b>	<b>INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....</b>	<b>112</b>
12.1	Gestão de Tecnologia da Informação (TI).....	112

<b>13.</b>	<b>INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO.....</b>	<b>113</b>
13.1	Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo.....	112
13.1.1	Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício.....	112
13.1.2	Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade.....	112
<b>14.</b>	<b>INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>113</b>
14.1	Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ.....	113
14.2	Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida.....	113
14.3	Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física.....	113
14.4	Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica.....	113
14.5	Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária.....	113
14.6	Prestações de Contas de Renúncia de Receitas.....	114
14.7	Comunicações à RFB.....	114
14.8	Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas.....	114
14.9	Declaração.....	114
14.10	Fiscalizações Realizadas pela RFB.....	114
<b>15.</b>	<b>INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU.....</b>	<b>115</b>
15.1	Deliberações do TCU atendidas no exercício.....	115
15.2	Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.....	115
15.3	Recomendações do OCI atendidas no exercício.....	115
15.4	Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.....	115
<b>16.</b>	<b>INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.....</b>	<b>120</b>
16.1	Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício.....	120
16.2	Recomendações da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento.....	120
<b>17.</b>	<b>INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....</b>	<b>125</b>
17.1	Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis.....	125
	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>127</b>

## 1. INFORMAÇÕES SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

### Quadro A.1.1. Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Saúde			<b>Código SIORG:</b> 000304
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b> Fundação Nacional de Saúde – Superintendência Estadual do Rio Grande do Norte.			
<b>Denominação abreviada:</b> FUNASA – SUEST/RN			
<b>Código SIORG:</b> FUNASA - (2207)	<b>Código LOA:</b> 36211		<b>Código SIAFI:</b> 255020
<b>Situação:</b> Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Fundação do Poder Executivo			
<b>Principal Atividade:</b> PROMOÇÃO DE PROGRAMAS DE SAÚDE; FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL			<b>Código CNAE:</b> 8412-4/00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(84) 3220-4746	(84) 3220-4745	(84) 3220-4718
<b>E-mail:</b> <a href="mailto:coren.gab@funasa.gov.br">coren.gab@funasa.gov.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.funasa.gov.br">http://www.funasa.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Avenida Almirante Alexandrino de Alencar, 1402 – Tirol – Natal/RN. Cep: 59.015.350			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<i>Instituída pela Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, pelo Decreto n.º 100, de 16 de abril de 91, e em conformidade com o que dispõe o Decreto n.º 4.727, de 9 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União, do dia 10 de junho de 2003. Portaria n.º 1.776 de 8 setembro de 2003 que aprova o regimento interno da Funasa.</i>			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
255020	Superintendência Estadual do Rio Grande do Norte – SUEST/RN		
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
255000	Fundação Nacional de Saúde		
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>		<b>Código SIAFI da Gestão</b>	
255020		255000	

## **2. Informações sobre Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira da Unidade**

### **2.1 Responsabilidades institucionais da unidade**

Exercendo a função de representante da instância Federal no Sistema Único de Saúde/SUS, a Fundação Nacional de Saúde/Superintendência Estadual do Rio Grande do Norte, desenvolve as políticas institucionais na região, buscando o cumprimento da missão da Funasa, principalmente no que se refere à promoção da inclusão social por meio de ações de saneamento ambiental.

A atuação da Superintendência Estadual no estado está direcionada para o fomento e a implantação de ações de saneamento ambiental para a prevenção e controle de doenças em populações vulneráveis, com destaque para os remanescentes de quilombos.

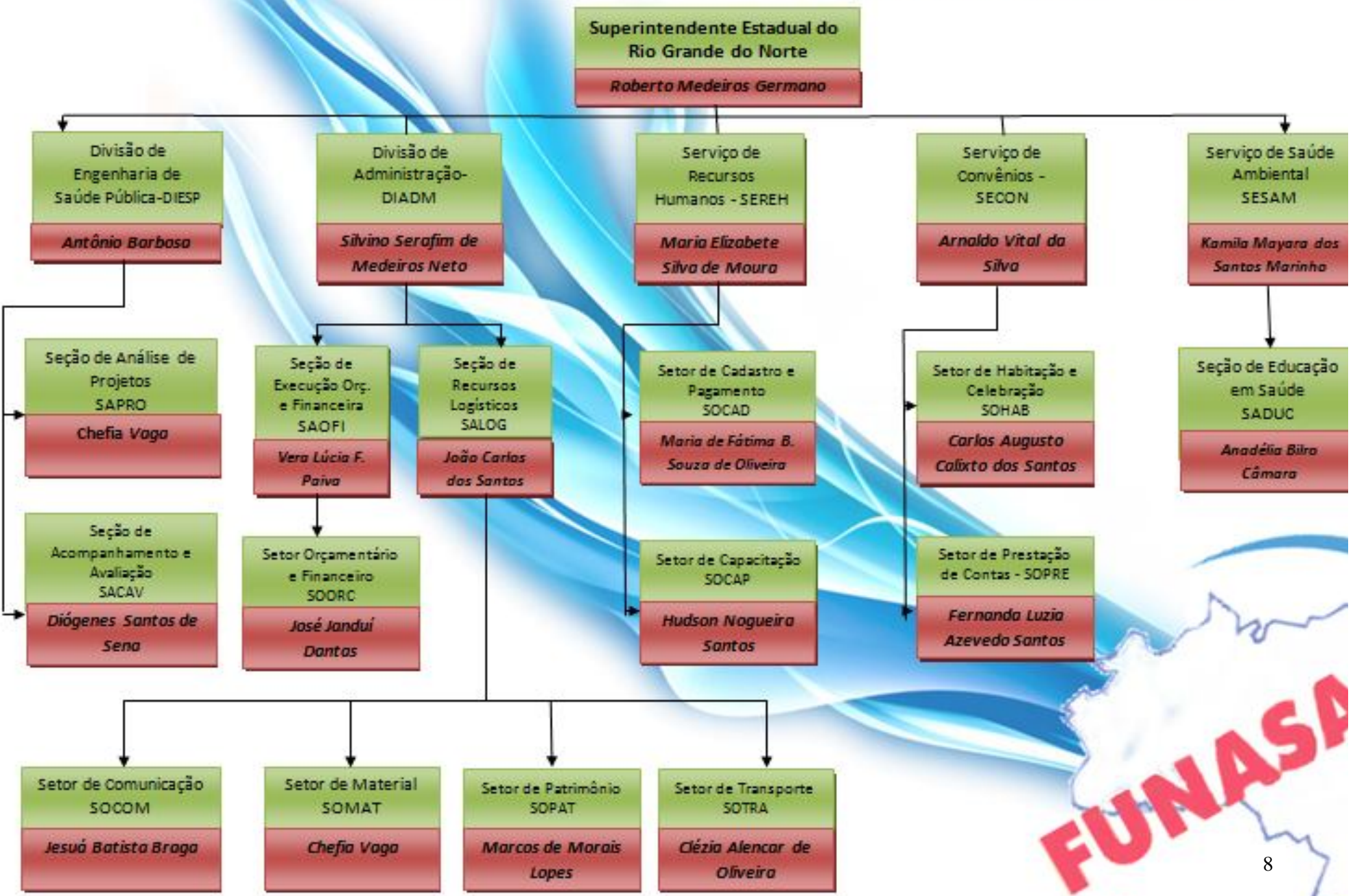
A Superintendência do Rio Grande do Norte conta, atualmente, com a seguinte força de trabalho ativo do Siape: a) 93 servidores em exercício na Sede; b) 03 servidores nomeados e ativo extra Siape; c) 83 empregados terceirizados; d) 05 consultores, e) 01 Geólogo e, f) 30 estagiários, conforme demonstra Informações Sobre os Recursos Humanos (Situação apurada em 31/12/2011) e Quadro Terceirizado, anexo, respectivamente, às fls. 82 a 91, distribuídos nos diversos Serviços, Seções, Setores e Assessorias desta Superintendência Estadual.

A partir do processo de estruturação e implementação do subsistema de atenção à Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Fundação Nacional de Saúde assumiu, no período de 1999 a 2010, a responsabilidade de operacionalização das ações de saúde para os povos indígenas, promovendo uma ampla e profunda estruturação institucional para dar conta de tamanho desafio.

No entanto, o exercício de 2011 foi notoriamente marcado por profundas mudanças institucionais nessa área, com a publicação de Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, que cria a Secretaria Especial de Saúde indígena (SESAI) e transfere a gestão do subsistema de atenção à Saúde indígena, competência até então da Funasa, para o Ministério da Saúde. Coube a Funasa, no período de transição de 180 dias, assegurar todo o apoio administrativo necessário, para que não ocorra prejuízo na execução das ações e dos serviços prestados aos povos indígenas.



Estrutura Organizacional da Superintendência Estadual da Funasa do Rio Grande do Norte, conforme Decreto nº 7.335 de 19/10/2010



De acordo com a Portaria nº 1.776, de 08 de setembro de 2003, que aprova o Regimento Interno da Fundação Nacional de Saúde/FUNASA, apresentamos a seguir, as competências de nossos Departamentos (Divisões, Serviços, Seções e Setores), conforme segue:

**I - Art. 86. Às Superintendências Estaduais**, unidades descentralizadas, diretamente subordinadas ao Presidente, competem coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades da FUNASA nas suas respectivas áreas de jurisdição, em especial:

I - Executar o planejamento de ações, planos e programas de trabalho;

II - Promover, supervisionar e apoiar as ações relativas a:

a) Assistência à saúde das populações indígenas;

b) Engenharia de saúde pública; e

c) Educação em saúde e comunicação social;

III - Acompanhar os processos de natureza jurídica na área de jurisdição da Superintendência Estadual;

IV - Executar as atividades relativas ao desenvolvimento institucional, organização, qualidade, normatização e racionalização de instrumentos, métodos e procedimentos de trabalho;

V - Executar as atividades relativas à utilização e manutenção dos recursos de informação e informática; e

VI - Elaborar relatórios gerenciais e operacionais sobre as atividades desenvolvidas pela Superintendência Estadual.

**II - Art. 87. À Divisão de Recursos Humanos - DIREH** das Superintendências Estaduais e os Serviços de Recursos Humanos - SEREH das Superintendências Estaduais, competem:

I - Planejar, coordenar e orientar as atividades inerentes à gestão de recursos humanos, em harmonia com diretrizes emanadas da unidade central da FUNASA;

II - Supervisionar as atividades relativas à aplicação da legislação de pessoal sob sua administração;

III - Proceder a estudos sobre lotação ideal de servidores, objetivando subsidiar estratégias de gestão de recursos humanos;

IV - Disponibilizar aos servidores, informações e esclarecimentos a respeito das políticas e procedimentos relacionados a recursos humanos;

V - Propor a Coordenação-Geral de Recursos Humanos, Plano Anual de Capacitação de recursos humanos;

VI - Coordenar e acompanhar a execução das ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde dos servidores;

VII - Promover o funcionamento das Juntas Médicas Oficiais e atividades de perícia médica; e

VIII - Promover, e monitorar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.

**II - Art. 88. À Seção de Pagamento - SAPAG**, compete:

I - Acompanhar e executar as atividades de pagamento de remuneração e vantagens dos servidores ativos, aposentados e pensionistas; e

II - Elaborar cálculos de direitos e vantagens decorrentes da implantação e revisão de aposentadorias e pensões e outros que impliquem em alteração de remuneração.

**IV - Art. 89. À Seção de Cadastro - SACAD**, compete:

I - Executar as atividades de atualização cadastral, movimentação de pessoal e concessão de benefícios de servidores ativos e inativos;

II - Promover a apresentação da declaração de bens e rendas dos servidores da

FUNASA, no final de cada exercício financeiro, exoneração ou afastamento definitivo, bem como encaminhar as informações ao órgão de controle externo;  
III - Atualizar a documentação e assentamentos funcionais dos servidores; e  
IV - Supervisionar e controlar a execução das atividades relacionadas à concessão e revisão de aposentadoria e pensão.

**V - Art. 90. Ao Setor de Capacitação - SECAP, compete:**

I - Acompanhar e executar as atividades de avaliação de desempenho, de levantamento das necessidades e de desenvolvimento de recursos humanos;  
II - Elaborar e manter cadastro de qualificação do corpo funcional e de instrutores;  
III - Elaborar e implementar programas e projetos de capacitação, de acordo com diretrizes estabelecidas pela unidade central da FUNASA; e  
IV - Propor a participação de servidores em atividades de treinamento e eventos de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos.

**VI - Art. 91. À Divisão de Administração - DIADM das Superintendências Estaduais Classe “A” e os Serviços de Administração - SEADM das Superintendências Estaduais Classe “B”, e SEADM, competem planejar, coordenar e executar as atividades das áreas de orçamento, finanças, contabilidade e recursos logísticos e insumos estratégicos.**

**VII - Art. 92. À Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SAEOF, compete:**

I - Executar as atividades relativas à execução orçamentária e financeira;  
II - Programar, consolidar e fornecer subsídios às atividades relacionadas à proposta orçamentária anual em articulação com as diversas áreas da Superintendência Estadual;  
III - Executar e acompanhar as atividades de movimentação dos recursos orçamentários e financeiros;  
IV - Promover estudos de custos orçamentários e financeiros das ações desenvolvidas pela Superintendência Estadual;  
V - Elaborar, mensalmente a programação financeira; e  
VI - Proceder à análise e execução dos registros contábeis dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

**VIII - Art. 93. Ao Setor Orçamentário - SOORC, compete:**

I - Executar e acompanhar a programação e execução orçamentária; e  
II - Manter atualizado os registros orçamentários recebidos e os saldos dos empenhos emitidos.

**IX - Art. 94. Ao Setor Financeiro - SOFIN, compete:**

I - Executar as atividades de registro de conformidade contábil diária;  
II - Examinar e manifestar-se nos processos de pagamentos; e  
III - Executar as atividades relativas à programação e execução financeira.

**X - Art. 95. À Seção de Recursos Logísticos - SALOG, compete:**

I - Executar as atividades de apoio administrativo;  
II - Controlar, orientar e fiscalizar a execução de atividades de limpeza, manutenção, vigilância, transporte, administração de material, patrimônio, obras e comunicação;  
III - Proceder análise e acompanhamento dos processos licitatórios, dispensas e inexigibilidade de licitação;  
IV - Acompanhar a execução de contratos, acordos e ajustes da Superintendência; e  
V - Elaborar minutas de contratos, aditivos e acordos, submetendo-os à apreciação do Superintendente.

- XI - Art. 96. Ao Setor de Comunicação - SOCOM, compete:**  
I - Executar as atividades relacionadas ao recebimento, classificação, movimentação e expedição de correspondências e arquivos; e  
II - Proceder à análise, avaliação e seleção de documentos, segundo a Tabela de Temporalidade de Documentos vigentes.
- XII - Art. 97. Ao Setor de Material - SOMAT, compete:**  
I - Executar as atividades de administração de material e serviços, de controle de estoque físico e contábil dos materiais de consumo e insumos estratégicos;  
II - Executar os procedimentos relativos a compras de materiais e contratações de serviços; e  
III - Manter atualizado o Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF.
- XIII - Art. 98. Ao Setor de Transportes - SOTRA, compete:**  
I - Supervisionar e controlar a execução das atividades relativas a transporte de funcionários, de cargas e manutenção da frota de veículos;  
II - Acompanhar e manter atualizado o cadastro de veículos, manutenção da frota em uso, registro e licenciamento, bem como acompanhar o consumo de combustíveis e lubrificantes; e  
III - Acompanhar perícias para apuração de responsabilidade decorrente de má utilização ou negligência por parte dos motoristas.
- XIV - Art. 99. Ao Setor de Patrimônio - SOPAT, compete:**  
I - Executar as atividades de administração patrimonial;  
II - Propor a alienação, cessão ou baixa de materiais permanentes;  
III - Manter atualizados os dados do acervo de bens móveis e imóveis, inclusive contabilmente; e  
IV - Elaborar o inventário anual dos bens móveis e imóveis.
- XV - Art. 100. À Divisão de Engenharia de Saúde Pública - DIESP das Superintendências Estaduais Classe “A” e ao Serviço de Engenharia de Saúde Pública - SENSP das Superintendências Estaduais Classe “B”, competem:**  
I - Coordenar, acompanhar, supervisionar e avaliar as atividades de Engenharia de Saúde Pública, no âmbito da Superintendente Estadual;  
II - Prestar apoio técnico a programas e ações de saneamento desenvolvidas por órgãos estaduais e municipais;  
III - Propor estudos e pesquisas tecnológicas na área de saneamento;  
IV - Analisar projetos de saneamento e edificações destinados à área de saúde;  
V - Acompanhar e supervisionar obras realizadas com transferência de recursos da FUNASA;  
VI - Executar as ações de saneamento e edificações em áreas indígenas;  
VII - Coordenar, acompanhar e prestar suporte técnico na operação e manutenção de sistemas de saneamento em áreas indígenas; e  
VIII - Elaborar projetos de estruturas e instalações relativos a obras em edificações sob responsabilidade da FUNASA, bem assim acompanhar sua execução.
- XVI - Art. 101. À Seção de Análise de Projetos - SAPRO, compete:**  
I - Coordenar a elaboração de projetos técnicos de engenharia de saúde pública destinados aos serviços de saúde indígena;

- II - Analisar projetos técnicos de engenharia destinados a área de saúde, bem assim os relativos a obras nas edificações de uso da FUNASA;
- III - Analisar e emitir parecer técnico relativo a convênios; e
- IV - Prestar cooperação técnica.

**XVII - Art. 102. Ao Setor de Acompanhamento e Avaliação - SECAV, compete:**

- I - Acompanhar a execução das obras realizadas com recursos da FUNASA;
- II - Acompanhar e avaliar as atividades de elaboração de projetos, enfocando custos e concepções técnicas; e
- III - Coordenar a execução, operação e manutenção de sistemas de saneamento e de edificações de saúde em áreas indígenas.

## **2.2 Estratégia de atuação frente às Responsabilidades Institucionais**

A Fundação Nacional de Saúde/Superintendência Estadual do Rio Grande do Norte/Suest/RN, órgão executivo do Ministério da Saúde, busca, por meio de suas ações de saneamento, promover a inclusão social e, para isto, tem como base, as diretrizes definidas no Plano Operacional /2011.

Por meio de Ações que integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Sues/RN, executando ações conduzidas para promover o saneamento ambiental para promoção de saúde e prevenção e o controle de doenças, tem contribuído decisivamente para o alcance das metas relevantes no contexto dos programas de Governo.

Neste Sentido, a Superintendência Estadual do Rio Grande Norte, por meio da Divisão de Engenharia e Saúde Pública - Disep/Suest/RN, e o Serviço de Saúde Ambiental - Sesam/Suest/RN, desenvolveram suas ações direcionadas para: Sistema Público de Abastecimento de Água; Esgotamentos Sanitários Manejo de Resíduos Sólidos; Melhorias Sanitárias Domiciliares Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas; Saneamento em áreas Rurais-Quilombolas e Assentamentos e Fomento a Educação em Saúde.

### **2.2.1 Estratégia de atuação frente à responsabilidades institucionais na visão do DIESP/SUEST/RN**

A Divisão de Engenharia de Saúde Pública – **DIESP** desta Superintendência desenvolve suas atividades dentro do contexto do Saneamento Ambiental, analisando e acompanhando tecnicamente os projetos apresentados pelos Convenientes (Estado e Municípios), cujo repasse de recursos financeiros ocorre por meio de Convênios e Termos de Compromisso. Desta forma até o ano de 2010 a FUNASA vinha adotando uma sistemática de inicialmente empenhar o recurso, via de regra, para os Municípios e posteriormente receber os projetos de engenharia a fim de submeter à análise técnica. Tal metodologia de trabalho causava grande prejuízo ao andamento dos trabalhos, pois ocorria que diversos Convenientes sequer apresentavam projetos, quando muito protocolavam documentação sem qualquer respaldo nas Normas Técnicas de Engenharia. O resultado desta prática foi uma baixa execução nas obras referentes à Primeira Etapa do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, já que existia a dotação orçamentária, mas, no entanto não se chegava à efetiva liberação dos recursos financeiros para concretização das ações.

Em 2011 a FUNASA deu o primeiro passo para alterar a sistemática vigente com a publicação da Portaria Nº 314 de 14/06/2011 na qual instituiu o Processo Seletivo para repasses de recursos para ações de saneamento básico. Entre outros pontos o texto da Portaria esclarecia que as ações seriam implementadas com recursos do Orçamento Geral da União - OGU, notadamente, a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2. A grande mudança consistiu em contemplar com recursos para execução de obras aqueles Proponentes que já possuíam Projeto Básico de Engenharia dentro das ações de Água, Esgotamento Sanitário e Melhorias Sanitárias Domiciliares. Assim ocorreram as diversas fases do processo (habilitação, seleção, classificação, entrevista técnica e visita preliminar), resultando em 45 (quarenta e cinco) pleitos contemplados para formalização de Convênios, nas três ações mencionadas. Aos Municípios que não tinham projeto foi destinada uma parte do recurso visando à contratação direta por parte da FUNASA de Projeto Básico, sendo a Licitação realizada na Presidência em Brasília-DF. Na medida em que este

material seja disponibilizado pelas Empresas contratadas, a instituição tem a expectativa em utilizar este acervo técnico para formalização de novos convênios.

Além das ações do PAC 2 a DIESP prosseguiu na análise técnica de projetos e acompanhamento dos convênios, sobretudo referente aos anos de 2005 a 2010, visto que os convênios formalizados em 2011 apenas tiveram liberação de recursos financeiros no final do exercício, devendo as obras serem iniciadas durante o ano de 2012.

Em relação à Logística disponível para viagens de campo podemos observar que na Regional existe uma boa disponibilidade de veículos, mas, no entanto ainda ocorrem alguns problemas em relação ao abastecimento de combustível e quando da necessidade de realização de pequenos serviços, o que termina em algumas ocasiões causando prejuízo ao andamento dos trabalhos. Outro aspecto relacionado à viagem foi a indisponibilidade de recursos para pagamento de diárias que ocorreu em alguns meses do ano, além das limitações impostas pelo Decreto Nº 7446 de 01/03/2011 em relação à quantidade de diárias por servidor.

Quanto à força de trabalho a Divisão de Engenharia carece de reforço tanto no quantitativo de Técnicos de Saneamento quanto no de Engenheiros do quadro permanente, sendo essencial a realização de Concurso Público.

Em termos de equipamentos de informática (computadores e impressoras) os técnicos do setor estão razoavelmente servidos, no entanto se já enfrentávamos problemas para trabalhar com os diversos sistemas existentes (SISCON, SIGESAN, SIGOB, SICONV, SCDP...), especialmente a partir do segundo semestre de 2011, a nossa conexão de Internet, dado a sua instabilidade, tornou-se um grande problema já que não conseguimos dar o devido andamento às tarefas que basicamente estão restritas a estes sistemas.

O espaço físico disponível no prédio da FUNASA atende à necessidade dos serviços em termos de área, a dificuldade reside nas características e disposição do mobiliário, visto que todos os servidores da Divisão de Engenharia exercem suas atividades em único ambiente, acarretando enorme transtorno, na medida em que compromete a concentração necessária nas atividades de análise e avaliação dos processos e projetos.

### **Plano de Universalização do Acesso à Água para Consumo Humano no Semiárido Água Para Todos**

O Governo do Estado pleiteou a construção de 1.330 cisternas nos municípios de Caicó, Campo Redondo, Jaçanã, Jardim de Piranhas, Lagoa Danta, Lajes Pintadas, Monte das Gameleiras, Serra Caiada, Serra Negra do Norte, Tangará e Timbaúba dos Batistas.

Na visita aos beneficiários indicados pelo Governo, foram aprovadas 1.285 cisternas com a distribuição abaixo:

Caicó = 364	Lagoa Danta = 15	Serra Negra do Norte = 75
Campo Redondo = 116	Lajes Pintadas = 73	Tangará = 66
Jaçanã = 24	Monte das Gameleiras = 43	Timbaúba dos Batista = 15
Jardim de Piranhas = 373	Serra Caiada = 121	

**Total de cisternas = 1.285**

**Valor total do TC/PAC 0715/2011 = R\$ 8.675.478,68**

Celebraram TC/PAC diretamente com a FUNASA os seguintes municípios:

Coronel Ezequiel – foram aprovadas 45 cisternas.

**Valor total do TC/PAC 0694/2011 = R\$ 374.766,88**

São José do Campestre – foram aprovadas 65 cisternas

**Valor total do TC/PAC 0699/2011 = R\$ 439.463,68**

Serra de São Bento – foram aprovadas 124 cisternas

**Valor total do TC/PAC 0709/2011 = R\$ 847.124,02**

**Valor total dos quatro TC's = R\$ 10.336.833,26**

### **2.2.2 Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais na visão da SESAM/SUEST/RN**

Durante o ano de 2011 alguns fatores dificultaram a realização de algumas metas.

Na redução do teto orçamentário inferior a 30%, e assim mesmo só liberado no mês de Abril, conseqüentemente tivemos que ajustar a programação atendendo a esse recurso financeiro; na limitação de 40 diárias, essa situação atingiu os motoristas que, além de atender a SADUC, atendem a todos os setores da SUEST/RN, assim era necessário a autorização da programação pela presidência que na maioria das vezes a liberação da programação acontecia somente depois do período programado, inviabilizando a sua execução, pois a viatura e o motorista já estavam programados para outra atividade de outro setor da SUEST/RN; a redução de recursos humanos na SADUC, também contribuiu negativamente no cumprimento da programação, pois diminuiu a capacidade operacional.

Diante das dificuldades alguns fatores contribuíram positivamente para que pudéssemos melhorar o desempenho da equipe.

Na área de tecnologia da informática com a aquisição de equipamentos novos (microcomputadores) e também com o apoio logístico da FUNASA, melhorando dessa forma a qualidade dos documentos, trabalhos apresentados, etc, e dando agilidade a toda tramitação de rotina de trabalho atendendo as demandas. Outro fator que influiu positivamente foi à qualidade dos veículos disponibilizados para a equipe se deslocar para os municípios, melhoria na relação interna entre DIESP/RN e SESAM/SADUC/RN e no apoio da gestão gerencial.



## 2.3 Subações sob a responsabilidade da UJ

### 2.3.1 Identificação da subações sob responsabilidade da UJ

#### Quadro A.2.1 Identificação do Programa, ação e subação

Identificação do Programa de Governo	
<b>Código no PPA:</b> 0122	<b>Denominação:</b> Serviços Urbanos de Água e Esgoto
<b>Tipo do Programa:</b> Finalístico	
<b>Objetivo Geral:</b> Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com vistas à universalização.	
<b>Objetivos Específicos:</b> Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	
<b>Gerente:</b> Leodegar da Cunha Tiscoski – Ministério das Cidades	<b>Responsável:</b> Ruy Gomide Barreira – Funasa/MS
<b>Público Alvo:</b> População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
<b>Denominação:</b> 10GD – Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
<b>Tipo de Ação:</b> Projeto
<b>Finalidade:</b> Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos com abastecimento público de água adequado visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
<b>Descrição:</b> Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede de distribuição e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde
<b>Coordenador da Ação:</b> Ricardo Frederico de Melo Arantes
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Implantação e melhorias de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
1. Realizar 64 visitas de acompanhamento de convênios/obras de implantação e melhoria de Sistemas públicos de Abastecimento de Água.	Visita técnica de acompanhamento realizada.	Unidade	64	60	93,75%
2. Emitir 25 parecer técnico de convênio/obra de implantação de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água.	Parecer técnico emitido	Unidade	25	13	52%
3. Realizar 10 visitas preliminares para viabilização de convênios/obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água.	Visita preliminar realizada	Unidade	10	10	100%

4. Analisar 10 projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água.	Projetos Analisados	Unidade	10	10	100%
--	---------------------	---------	----	----	------

Fonte: Plano Operacional da Suest-RN/2011

### Análise Crítica

As informações (análise crítica) a seguir apresentadas, foram encaminhadas pela área técnica (DIESP/SACAV/Funasa/Suest/RN), por meio do memorando nº 076/2012/DIESP/SACAV, datado de 12 de março de 2012, conforme segue:

**Cumprimento das metas físicas:** As metas referentes às visitas de acompanhamento, análise de projetos e visitas preliminares foram alcançadas com sucesso.

**Subações que apresentaram problemas de execução:** A emissão de pareceres técnicos ficou prejudicada, pois para que ocorra tal atividade é necessária a apresentação da prestação de contas final pelo conveniente e à medida que estas chegam à DIESP são encaminhadas aos técnicos. O fato é que tais prestações de conta não foram apresentadas na quantidade prevista.

**Subações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:** não se enquadra para este caso.

Identificação da subação					
Denominação: Construção de Poços Tubulares para Abastecimento Público de Água (Execução Direta)					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
1. Realizar 15 Análises Técnicas de pleitos para construção de poços.	Análise Técnica Realizada	Unidade	15	11	73,33%
2. Realizar 10 Supervisões para a perfuração, limpeza, desenvolvimento e o teste de vazão de Poços Tubulares.	Supervisão Realizada	Unidade	10	3	30%
3. Recuperar/ Executar 10 limpezas, desenvolvimento e o teste de vazão de Poços Tubulares.	Poços Recuperados	Unidade	10	14	140%
4. Construção de 10 poços tubulares na Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água.	Poços Construídos	Unidade	10	11	110%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RN/2011

### Análise Crítica

As informações (análise crítica) a seguir apresentadas, foram encaminhadas pela área técnica (DIESP/SACAV/Funasa/Suest/RN), por meio do memorando nº 076/2012/DIESP/SACAV, datado de 12 de março de 2012, conforme segue:

**Cumprimento das metas físicas:** As metas referentes à análise técnica de pleitos e construção de poços tubulares foram alcançadas com relativo sucesso, tendo em vista às dificuldades enfrentadas para realização de viagens para fins de verificação da locação.

**Subações que apresentaram problemas de execução:** As supervisões foram também afetadas pela limitação da quantidade de diárias principalmente para motoristas, bem como pela burocracia existente na programação de viagem do Geólogo - Consultor.

**Subações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:** Os trabalhos de limpeza e teste de vazão superaram a expectativa devido a maior facilidade para desenvolvimento destas, visto requererem um menor número de servidores e reduzido gasto de combustível e material, se comparado à perfuração de poços.

<b>Identificação da Ação</b>
<b>Denominação:</b> 10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
<b>Tipo de Ação:</b> Projeto
<b>Finalidade:</b> Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de sistema público de coleta e tratamento de esgoto sanitário adequado visando à prevenção e o controle de doenças e agravos.
<b>Descrição:</b> Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde
<b>Coordenador da Ação:</b> Ricardo Frederico de Melo Arantes
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

<b>Identificação da subação</b>					
Denominação: Implantação de melhorias de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
1. Realizar 26 visitas de acompanhamento de convênios/obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário.	Visita técnica de acompanhamento realizada	Unidade	26	25	96,15%
2. Emitir 10 parecer técnico final de convênio/obra de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário.	Parecer técnico emitido	Unidade	10	6	60%
3. Realizar 5 visitas preliminares de convênios para viabilização de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário.	Visita técnica preliminar Realizada	Unidade	5	4	80%
4. Analisar 5 projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário.	Projeto Analisado	Unidade	5	4	80%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RN/2011

## Análise Crítica

As informações (análise crítica) a seguir apresentadas, foram encaminhadas pela área técnica (DIESP/SACAV/Funasa/Suest/RN), por meio do memorando nº 076/2012/DIESP/SACAV, datado de 12 de março de 2012, conforme segue:

**Cumprimento das metas físicas:** As metas referentes às visitas de acompanhamento, análise de projetos e visitas preliminares foram alcançadas com relativo sucesso, visto as dificuldades enfrentadas quanto à logística disponível.

**Subações que apresentaram problemas de execução:** A emissão de pareceres técnicos ficou prejudicada, pois para que ocorra tal atividade é necessária a apresentação da prestação de contas final pelo conveniente e a medida que estas chegam à DIESP são encaminhadas aos técnicos. O fato é que tais prestações de conta não foram apresentadas na quantidade prevista.

**Subações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:** não se enquadra para este caso.

<b>Identificação da Ação</b>	
<b>Denominação:</b> 20AG - Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes.	
<b>Tipo de Ação:</b> Atividade	
<b>Finalidade:</b> Promover e apoiar, técnica e financeiramente, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias para o fortalecimento institucional dos modelos de gestão dos serviços públicos de saneamento ambiental de estados e municípios.	
<b>Descrição:</b> Promoção de intercâmbio com estados, municípios, entidades de ensino e pesquisa, associações e instituições públicas de saneamento, a partir do repasse de experiências e de recursos financeiros, visando ao desenvolvimento de novas tecnologias e de Programas de modelo de gestão para qualidade dos serviços de controle de perdas, de fomento à capacitação, de aquisição de equipamentos, de controle de qualidade da produção de água, de elaboração de plano diretor de saneamento, dentre outros. Esta ação busca a melhoria contínua do desempenho ambiental em um processo cíclico, em que os atores envolvidos revêm e avaliam, periodicamente, os sistemas de gestão em saneamento ambiental empregados, de modo a identificar oportunidades de melhorias.	
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde	
<b>Coordenador da Ação:</b> Patricia Valeria Vaz Areal	
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)	

Fonte: Sigplan

<b>Identificação da subação</b>					
<b>Denominação:</b> Fomento à Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)					
<b>Descrição da Meta</b>	<b>Produto</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Exercício 2011</b>		
			<b>Programado</b>	<b>Realizado</b>	<b>Realizado/Programado %</b>
1. Analisar 15 planos de trabalho e orçamento detalhados relativos aos PMSB.	Plano de trabalho e orçamento detalhado analisados	Unidade	15	12	80%
2. Realizar 8 reuniões do NICT para deliberação relativas à elaboração dos PMSB.	Reuniões realizadas	Unidade	8	6	75%
3. Apoiar tecnicamente 15 municípios com a elaboração de Planos Municípios de Saneamento	Municípios Apoiados	Unidade	15	15	100%

Básico, por meio do NICT.					
4. Elaborar 10 pareceres referentes aos produtos exigidos no TR para elaboração do PMSB.	Parecer elaborado	Unidade	10	0	0%
5. Analisar 05 diagnósticos técnicos participativos dos PMSB.	Diagnósticos analisados	Unidade	5	3	60%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RN/2011

### **Análise Crítica**

As informações (análise crítica) a seguir apresentadas, foram encaminhadas pela área técnica (DIESP/SACAV/Funasa/Suest/RN), por meio do memorando nº 076/2012/DIESP/SACAV, datado de 12 de março de 2012, conforme segue:

**Cumprimento das metas físicas:** As metas referentes à análise de planos de trabalho, reuniões do NICT e apoio técnico aos municípios foram alcançadas com relativo sucesso, se considerarmos que o NICT é composto de servidores de diversos setores da Superintendência, o que por várias ocasiões dificultou a realização de reuniões devido às peculiaridades e programação de viagens de cada serviço.

**Subações que apresentaram problemas de execução:** A elaboração de pareceres e análises de diagnósticos técnicos ficaram abaixo do esperado, pois estas metas dependem da apresentação de documentação pelos Municípios contemplados com recursos da FUNASA para confecção dos Planos Municipais de Saneamento – PMSB.

**Subações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:** não se enquadra para este caso.

<b>Identificação da Ação</b>
<b>Denominação:</b> 6908 - Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental
<b>Tipo de Ação:</b> Atividade
<b>Finalidade:</b> Assessorar gestores e técnicos em todos os níveis para o desenvolvimento de ações permanentes de comunicação e educação em saúde, por meio da mobilização social, visando à promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pela falta e/ou inadequação de ações de saneamento ambiental.
<b>Descrição:</b> As ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento ambiental financiados junto aos estados e municípios pela Funasa têm o sentido de fomentar, apoiar e fortalecer ações que resultem em efetiva melhoria na qualidade de vida da população beneficiada. A proposta é garantir que as melhorias em saneamento ambiental implementada nos municípios de até 50.000 habitantes, nos projetos das áreas metropolitanas e em áreas especiais (assentamentos, remanescentes de quilombo e áreas extrativistas) integrem-se de forma harmoniosa e sustentável nas comunidades, garantindo a inclusão social por intermédio do acesso das populações vulneráveis aos serviços a que têm direito e colaborando para a adequada e transparente aplicação dos recursos públicos nessa área, inclusive estimulando a parceria junto a outros projetos e programas de iniciativa governamental e não governamental. Com essas ações, esperam-se iniciativas nos municípios beneficiados. Para tal é necessário o assessoramento técnico qualificado, por intermédio das ações discriminadas a seguir: atuação junto aos gestores e técnicos em todos os níveis visando sensibilizá-los para a importância do desenvolvimento de atividades permanentes de Comunicação e Educação em Saúde; apoio técnico aos profissionais que atuam nas diversas instâncias de governo, representantes de ONGs para a elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente; ampliação do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (PESMS), financiada por recursos de convênio, para que se torne gerador/estimulador de outros projetos de alcance social; incentivo à integração das ações permanentes de Comunicação e Educação em Saúde a outros projetos sociais/comunitários visando estimular a participação, controle e inclusão sociais, geração de emprego e renda; fomento à organização de estruturas e equipes locais para o desenvolvimento de ações permanentes de Educação em Saúde; incremento ao apoio logístico e de recursos

humanos às Assessorias de Comunicação e Educação em Saúde (ASCOM) das Coordenações Regionais da Funasa, por intermédio da aquisição de equipamentos e insumos, pagamento de diárias e passagens, prestação de serviços de terceiros por pessoas física e jurídica visando o cumprimento das ações propostas.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde
<b>Coordenador da Ação:</b> Onivaldo Ferreira Coutinho
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Saúde Ambiental (Desam)

Fonte: Sigplan

<b>Identificação da subação</b>					
Denominação: Fomento à Educação em Saúde Voltada para o Saneamento Ambiental					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
1. Apoiar 61 municípios na implantação de ações educativas referentes ao Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social Pesms, nos convênios celebrados com a Funasa, anteriores a 2006.	Município apoiado	Unidade	61	10	16,39%
2. Apoiar a implantação e/ou implementação de ações de educação em Saúde em 96 municípios conveniados com a Funasa, contemplados com recursos do PAC.	Município Apoiado	Unidade	96	51	53,13%
3. Apoiar 96 municípios na implantação e/ou implementação dos Núcleos Municipais de Educação em Saúde atendidos com recursos da Funasa.	Município Apoiado	Unidade	96	43	44,79%
4. Apoiar 05 municípios a beneficiarem as comunidades de áreas especiais (quilombolas) com ações de Educação em Saúde e Mobilização Social.	Município Beneficiado	Unidade	5	7	140%
5. Sensibilizar e apoiar técnicos e gestores em municipais para implantação e/ou implementação de ações e projetos permanentes de Educação em Saúde, em 96 municípios conveniados com a Funasa contemplados com recursos do PAC.	Município Apoiado	Unidade	96	53	55,21%
6. Apoiar tecnicamente a realização de 12 projetos de coleta de reciclagem no âmbito do programa Resíduos Sólidos (catadores) em ações de educação em saúde e mobilização social	Projeto apoiado	Unidade	12	0	0%

7. Apoiar 53 municípios conveniados com a Funasa, para implantação e/ou implementação de ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento (outros recursos não PAC).	Município Apoiado	Unidade	53	36	67,92%
--	-------------------	---------	----	----	--------

Fonte: Plano Operacional da Suest-RN/2011

### **Análise Crítica:**

As informações (análise crítica) a seguir apresentadas, foram encaminhadas pela área técnica (SESAM/Funasa/Suest/RN), por meio do memorando nº 25/SESAM, datado de 07 de março de 2012, conforme segue:

A subação fomento à educação em saúde voltada para o saneamento ambiental foi programada no plano operacional 2011, levando-se em consideração as demandas existentes oriunda dos anos anteriores e força de trabalho existente naquela oportunidade. Dessa forma foram programadas as metas.

No decorrer do ano aconteceram alguns fatores que influenciaram no alcance e até ultrapassando a meta, quanto impedido de cumprir a meta programada.

Os principais fatores foram:

- Redução do teto orçamentário (inferior a 30%), e somente liberado a partir do mês de Abril;
- Limite de 40 diárias/ano para cada servidor;
- Diminuição dos recursos humanos, reduzida em três servidores, o que diminuiu a capacidade operacional da seção;
- A liberação das programações de viagens por parte do nível central da Funasa, não atendeu a demanda em tempo hábil.

A seguir as dificuldades enfrentadas em cada meta:

**1** - Apoiar os municípios em implantação das Ações Educativas PESMS: essa meta não foi cumprida de acordo como planejado, porque os documentos referentes aos convênios (processos) não chegaram a estas áreas técnicas para serem feitas as prestações de contas. Outro fator para o não cumprimento foi à falta de liberação das programações de viagens pela Presidência.

**2, 3 e 5** - Apoiar a implantação e/ou implementação de ações de educação em saúde em 96 municípios conveniados com a Funasa, contempladas com recursos do PAC, apoiar implantação dos núcleos municipais de educação em saúde (PESMS), e sensibilizar e apoiar técnicos e gestores municipais para a implantação e/ou implementação de ações e projetos remanescentes de educação em saúde, em 96 municípios conveniados com a Funasa contemplados com recursos do PAC: essas metas não são 100% cumpridas devidos as dificuldades quanto a liberação das programações para técnicos, pelo nível central devido os motoristas terem atingido a

quantidade para o ano. Outro motivo foi a liberação do teto financeiro inferior ao planejado (30%), mesmo assim só liberado a partir do mês de Abril/2011.

**4** - Apoiar 05 municípios a beneficiarem as comunidades de áreas especiais (quilombolas) com Ações de Educação e Saúde e Mobilização Social: essa meta foi cumprida e superada porque além dos municípios programados surgiram outros com comunidades quilombolas que não estavam na pactuação do Plano Operacional, mas estavam em programação com outras atividades.

**6** - Apoiar tecnicamente a realização de 12 projetos de coleta, de reciclagem no âmbito do programa de resíduos sólidos (catadores) em ações de educação em saúde e mobilização social: essa meta não foi realizada devido alguns projetos estarem ainda em análise técnica e também devido à priorização de outras ações mais urgentes, tendo em vista a dificuldade na liberação das programações de viagem pela presidência.

**7** - Apoiar 53 municípios conveniados com a Funasa, para implantação e/ou implementação de ações de educação em saúde e mobilização social nos projetos de saneamento (outros recursos não PAC): essa meta foi cumprida abaixo do planejado devido a ser ações relativas ao não PAC e ainda houve limitações na quantidade de diárias (motoristas) para viagens, isso influenciou no desempenho da equipe. Outro motivo foi à liberação do teto financeiro inferior ao planejado (30%), só sendo liberado a partir do mês de Abril.



<b>Identificação da Ação</b>	
<b>Denominação:</b> 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos	
<b>Tipo de Ação:</b> Projeto	
<b>Finalidade:</b> Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de condições sanitárias adequadas visando à prevenção e controle de doenças e agravos.	
<b>Descrição:</b> Melhorias Sanitárias Domiciliares são intervenções promovidas, prioritariamente, nos domicílios e eventualmente intervenções coletivas de pequeno porte. Incluem a construção de módulos sanitários, banheiro, privada, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de reservatório domiciliar de água, tanque de lavar roupa, lavatório, pia de cozinha, ligação à rede pública de água, ligação à rede pública de esgoto, dentre outras. São consideradas coletivas de pequeno porte, por exemplo: banheiro público, chafariz público, ramais condominiais, tanque séptico, etc. Pode também fomentar a implantação de oficina municipal de saneamento.	
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde	
<b>Coordenador da Ação:</b> José Antônio da Motta Ribeiro	
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)	

Fonte: Sigplan

<b>Identificação da subação</b>					
Denominação: Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
1. Realizar 48 visitas de acompanhamento de convênios das obras de implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares.	Visita técnica de acompanhamento realizada	Unidade	48	48	100%
2. Emitir 20 parecer técnico final de convênio/obra de implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares de 2010.	Parecer Técnico emitido	Unidade	20	18	90%
3. Realizar 8 visitas preliminares de convênios para viabilização de obras de implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares.	Visita técnica preliminar	Unidade	8	7	87,5%
4. Analisar 8 projetos de implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares.	Projetos Analisados	Unidade	8	7	87,5%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RN/2011

### Análise Crítica

As informações (análise crítica) a seguir apresentadas, foram encaminhadas pela área técnica (DIESP/SACAV/Funasa/Suest/RN), por meio do memorando nº 076/2012/DIESP/SACAV, datado de 12 de março de 2012, conforme segue:

**Cumprimento das metas físicas:** Cumprimento das metas físicas: As metas programadas nesta subação foram alcançadas com sucesso, se considerarmos as dificuldades de limitação de diárias, quantidade de servidores e todas as demandas impostas na implementação do PAC2, que também contemplou melhorias sanitárias domiciliares, ocupando assim boa parte da força de trabalho, sobretudo no segundo semestre.

### Subações que apresentaram problemas de execução:

Subações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: não se enquadra para este caso.

Identificação do Programa de Governo	
<b>Código no PPA:</b> 1036	<b>Denominação:</b> Integração das Bacias Hidrográficas
<b>Tipo do Programa:</b> Finalístico	
<b>Objetivo Geral:</b> Disponibilizar água bruta para usos múltiplos	
<b>Objetivos Específicos:</b> Aumentar a oferta de água nas bacias com baixa disponibilidade hídrica.	
<b>Gerente:</b> Francisco Campos de Abreu – Ministério da Integração Nacional	<b>Responsável:</b> Ruy Gomide Barreira- Funasa/MS
<b>Público Alvo:</b> Comunidades ribeirinhas, pequenos agricultores situados ao longo das várzeas dos rios e açudes, centros industriais e a população urbana.	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
<b>Denominação:</b> 10TA - Elaboração de Projetos de Saneamento nas Bacias Receptoras do São Francisco para Municípios com até 50.000 Habitantes, Exclusivo de Regiões Metropolitanas ou Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
<b>Tipo de Ação:</b> Projeto
<b>Finalidade:</b> Recuperar ambientalmente as áreas degradadas ocupada por população de baixa renda, mediante a elaboração de planos e projetos integrados de saneamento. Esta ação visa cumprir condicionalidade interposta pela Licença de Instalação do Projeto de Integração das Bacias do São Francisco e do Nordeste Setentrional.
<b>Descrição:</b> Apoio a Estados e municípios para a elaboração de projetos de saneamento básico e/ou integrado em municípios integrantes da Bacia do Nordeste Setentrional. Os projetos apoiados poderão contemplar a prestação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, manejo de águas pluviais e drenagem urbana, incluindo iniciativas de melhoria e desenvolvimento gerencial e organizacional, reestruturação e reforma administrativa, otimização da área de atuação do prestador do serviço, estímulo à estruturação de novos operadores de serviços de saneamento, especialmente de consórcios públicos multimunicipais, redução de perdas, mediante macromedicação, micromedicação, reforma de unidades operacionais, substituição de equipamentos e redes, melhoria da eficiência no consumo de água e de energia elétrica; desenvolvimento de sistemas informatizados de gestão e controle operacional e setorização dos serviços, bem como formulação de Planos municipais, regionais, estaduais e Nacional de saneamento, Planos Diretores de Drenagem Urbana e de Gestão Integrada e Sustentável de Resíduos Sólidos, gerenciamento das atividades, capacitação de recursos humanos, educação ambiental e fortalecimento da participação social, fiscalização e avaliação. Os projetos de saneamento integrado apoiados deverão contemplar também iniciativas complementares para adequação do sistema viário, a contenção de encostas, o reassentamento de população, melhorias habitacionais e projetos conexos de equipamentos comunitários, paisagismo e iluminação pública. Em áreas de assentamentos precários o apoio contempla a elaboração de Projetos de Saneamento Integrado (PSI) e Planos de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI).
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde
<b>Coordenador da Ação:</b> Ricardo Frederico de Melo Arantes
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Engenharia e Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Elaboração de estudos de concepção e projeto básico de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
1. Analisar projeto básico de 31 estudos de concepção e projeto básico para Sistema Esgotamento	Projeto Analisado	Unidade	31	1	3.23%

Sanitário.					
2. Analisar projeto básico de 14 estudos de concepção e projeto básico para Sistema Abastecimento Água.	Projeto Analisado	Unidade	14	1	7,14%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RN/2011

### Análise Crítica

As informações (análise crítica) a seguir apresentadas, foram encaminhadas pela área técnica (DIESP/SACAV/Funasa/Suest/RN), por meio do memorando nº 076/2012/DIESP/SACAV, datado de 12 de março de 2012, conforme segue:

**Cumprimento das metas físicas:** não houve alcance das metas programadas.

**Subações que apresentaram problemas de execução:** o sucesso desta subação depende exclusivamente da apresentação dos produtos previstos no TC/PAC 0810/07 (celebrado com a SEMARH), que são projetos de Abastecimento D'Água e Esgotamento Sanitário para diversos municípios do Estado. Portanto cabe ao Conveniente exigir da Empresa por ele contratada a efetiva entrega dos projetos.

**Subações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:** não se enquadra para este caso.

<b>Identificação do Programa de Governo</b>	
<b>Código no PPA:</b> 1287	<b>Denominação:</b> Saneamento Rural
<b>Tipo do Programa:</b> Finalístico	
<b>Objetivo Geral:</b> Promover e participar da adoção de medidas voltadas à prevenção e ao controle dos determinantes e condicionantes de saúde da população.	
<b>Objetivos Específicos:</b> Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.	
<b>Gerente:</b> Gilson de Carvalho Queiroz Filho	<b>Responsável:</b> Ruy Gomide Barreira
<b>Público Alvo:</b> População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta.	

Fonte: Sigplan

<b>Identificação da Ação</b>
<b>Denominação:</b> 10GC – Implantação e melhoria de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais– Saneamento em Escolas
<b>Tipo de Ação:</b> Projeto
<b>Finalidade:</b> Promover a melhoria das condições de saúde dos alunos, reduzir a evasão escolar e elevar a capacidade de ensino e aprendizagem por meio da melhoria das condições sanitárias das escolas públicas rurais em municípios selecionados.
<b>Descrição:</b> Implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água mediante estudo hidrológico local e instalação de poço tubular (poços, cisternas, cacimbões, dentre outros); pequenas adutoras; dessalinizadores, quando necessário; caixas d'água; banheiros com dois gabinetes e um lavatório; cozinha e chafariz para atender as comunidades vizinhas, bem como capacitação de alunos, corpo docente e membros da comunidade local no uso e gestão da água..
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde
<b>Coordenador da Ação:</b> José Raimundo Machado dos Santos
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Implantação e Melhoria de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais – “Saneamento em Escolas”					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
1. Analisar 10 projetos de convênios/obra de Escolas Públicas com Sistema de Abastecimento de Água e Instalações Hidrossanitárias.	Projetos Analisados	Unidade	10	10	100%
2. Realizar 16 visitas de acompanhamento de convênios/obra de Escolas Públicas com Sistema de Abastecimento de água e Instalações Hidrossanitárias.	Visita Técnica de acompanhamento realizada	Unidade	16	8	50%
3. Emitir 3 parecer técnico final de convênio/obra de Escolas Públicas com Sistema de Abastecimento de Água e Instalações Hidrossanitárias.	Parecer técnico emitido	Unidade	3	3	100%
4. Realizar 10 Visitas preliminares para viabilização de convênios/obras de Escolas Públicas com Sistema de Abastecimento de Água e Instalações Hidrossanitárias.	Visita técnica preliminar	Unidade	10	10	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RN/2011

### **Análise Crítica**

As informações (análise crítica) a seguir apresentadas, foram encaminhadas pela área técnica (DIESP/SACAV/Funasa/Suest/RN), por meio do memorando nº 076/2012/DIESP/SACAV, datado de 12 de março de 2012, conforme segue:

**Cumprimento das metas físicas:** As metas referentes à emissão de parecer técnico, análise de projetos e visitas preliminares foram alcançadas com sucesso, visto as dificuldades enfrentadas quanto à logística disponível e limitação de diárias.

**Subações que apresentaram problemas de execução:** as visitas de acompanhamento ficaram aquém do esperado devido ao atraso na liberação de pagamentos das parcelas dos Convênios por parte da FUNASA-PRE e ainda à limitação de diárias para os servidores.

**Subações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:** não se enquadra para este caso.

<b>Identificação da Ação</b>	
<b>Denominação:</b> 3921 - Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas	
<b>Tipo de Ação:</b> Projeto	
<b>Finalidade:</b> Melhorar as condições físicas e sanitárias das habitações, tornando-as refratárias à colonização de triatomíneos contribuindo para controle da doença de Chagas.	
<b>Descrição:</b> A ação visa melhorar as condições físico-sanitárias da casa por meio de restauração (reforma) ou reconstrução; a restauração compreende, dentre os principais serviços, os seguintes: reboco das paredes internas e externas e pintura das mesmas; calçada de proteção em torno da casa; cobertura com materiais adequados; piso cimentado ou de madeira; recuperação de abrigo de animais e depósitos; substituição de cercas; e implantação e/ou recuperação de instalações sanitárias; nos casos em que as casas não suportarem reformas, as mesmas serão demolidas e reconstruídas.	
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde	
<b>Coordenador da Ação:</b> José Antônio da Motta Ribeiro	
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)	

Fonte: Sigplan

<b>Identificação da subação</b>					
Denominação: Implantação de Melhorias Habitacionais para o controle da Doença de Chagas					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
1. Realizar 37 visitas de acompanhamento de convênios das obras de implantação de Melhorias Habitacionais.	Visita técnica de acompanhamento realizada	Unidade	37	35	94,59%
2. Emitir 15 parecer técnico final de convênio/obra de implantação de Melhorias Habitacionais.	Parecer técnico emitido	Unidade	15	11	73,33%
3. Realizar 5 visitas preliminares de convênios para viabilização de obras de implantação de Melhorias Habitacionais.	Visita técnica preliminar	Unidade	5	4	80%
4. Analisar 5 projetos de convênios/obra de implantação de Melhorias Habitacionais.	Projetos Analisados	Unidade	5	4	80%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RN/2011

### Análise Crítica

As informações (análise crítica) a seguir apresentadas, foram encaminhadas pela área técnica (DIESP/SACAV/Funasa/Suest/RN), por meio do memorando nº 076/2012/DIESP/SACAV, datado de 12 de março de 2012, conforme segue:

**Cumprimento das metas físicas:** As metas programadas nesta subação foram alcançadas com relativo sucesso, se considerarmos as dificuldades de limitação de diárias, quantidade de servidores e todas as demandas impostas na implementação do PAC2, que também contemplou melhorias sanitárias domiciliares, ocupando assim boa parte da força de trabalho, sobretudo os Técnicos de Saneamento que tem sido designados para análise e acompanhamento de Melhorias Habitacionais.

**Subações que apresentaram problemas de execução:** não se enquadra para este caso.

**Subações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:** não se enquadra para este caso.

<b>Identificação do Programa de Governo</b>	
<b>Código no PPA:</b> 8007	<b>Denominação:</b> Resíduos Sólidos Urbanos
<b>Tipo do Programa:</b> Finalístico	
<b>Objetivo Geral:</b> Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.	
<b>Objetivos Específicos:</b> Ampliar a área de cobertura e eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores	
<b>Gerente:</b> Silvano Silvério da Costa - Ministério do Meio Ambiente	<b>Responsável:</b> Ruy Gomide Barreira- Funasa/MS
<b>Público Alvo:</b> População localizada em áreas de maior concentração de pobreza do país e/ou de fragilidade físico-ambiental; em municípios de pequeno e médio portes, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas.	

Fonte: Sigplan

<b>Identificação da Ação</b>
<b>Denominação:</b> 10GG - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusivo de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
<b>Tipo de Ação:</b> Projeto
<b>Finalidade:</b> Apoiar, técnica e financeiramente, os estados e municípios na implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos para prevenção e controle de agravos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 50.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue.
<b>Descrição</b> A ação de implantação e ampliação dos sistemas de limpeza pública, acondicionamento, coleta, disposição final e tratamento de resíduos sólidos urbanos contempla intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 30.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue, e será implementada por intermédio das modalidades relacionadas a seguir: a) acondicionamento, coleta e transporte; implantação de sistema de coleta convencional e/ou seletiva, incluindo a aquisição de veículos, material e equipamentos para acondicionamento (cestas e contenedores para Postos de Entrega Voluntária - PEV e Locais de Entrega Voluntária - LEV instalados em logradouros públicos); b) unidades de disposição final - aterros sanitários ou de rejeitos. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura para implantar aterros sanitários, incluindo: acesso; proteção adequada da área (cercamento e barreira vegetal); edificações de controle e apoio (balança, escritório, oficina de reparos, etc.), drenagem pluvial de chorume e de gases, impermeabilização de base, tratamento do chorume e equipamentos para operação. c) unidades de tratamento - triagem e/ou compostagem. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura de implantação de unidades de tratamento de resíduos, bem como galpão para separação de resíduos destinados a catadores, incluindo obras civis, materiais e equipamentos; pátio de compostagem; balança; aterro de rejeitos e equipamentos para a operacionalização da unidade de tratamento. d) erradicação de "lixões" e recuperação das áreas degradadas.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde
<b>Coordenador da Ação:</b> José Antônio da Motta Ribeiro
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

<b>Identificação da subação</b>					
Denominação: Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
1. Realizar 12 visitas de acompanhamento de convênios das obras de	Visita técnica de acompanham	Unidade	12	6	50%

implantação de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos.	nto realizada				
2. Emitir 10 parecer técnico final de convênio/obra de implantação de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos	Pareceres técnicos emitidos	Unidade	10	4	40%
3. Realizar 15 visitas de convênios para viabilização de obras de implantação de Sistemas Públicos de manejo de Resíduos Sólidos	Visitas técnicas preliminares Realizadas	Unidade	15	10	66,67%
4. Analisar 15 projetos de convênios/obra de implantação de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos	Projetos Analisados	Unidade	15	8	53,33%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RN/2011

### **Análise Crítica**

As informações (análise crítica) a seguir apresentadas, foram encaminhadas pela área técnica (DIESP/SACAV/Funasa/Suest/RN), por meio do memorando nº 076/2012/DIESP/SACAV, datado de 12 de março de 2012, conforme segue:

**Cumprimento das metas físicas:** As metas referentes a esta subação ficaram abaixo do esperado.

**Subações que apresentaram problemas de execução:** A emissão de pareceres técnicos ficou prejudicada, pois para que ocorra tal atividade é necessária a apresentação da prestação de contas final pelo conveniente e a medida que estas chegam à DIESP são encaminhadas aos técnicos. O fato é que tais prestações de conta não foram apresentadas na quantidade prevista. Quanto às visitas de acompanhamento dos convênios o número resultou baixo devido a demora na realização do processo licitatório por parte da Prefeitura ou ainda atraso no início das obras.

**Subações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:** não se enquadra para este caso.

Identificação do Programa de Governo	
<b>Código no PPA:</b> 0750	<b>Denominação:</b> Apoio Administrativo
<b>Tipo do Programa:</b> Apoio às Políticas e Áreas Especiais	
<b>Objetivo Geral:</b> Não definido	
<b>Objetivos Específicos:</b> Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos	
<b>Gerente:</b> Não se aplica	<b>Responsável:</b> Marcos Roberto Muffareg - Funasa/MS
<b>Público Alvo:</b> Governo	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
<b>Denominação:</b> 2000 - Administração da Unidade
<b>Tipo de Ação:</b> Atividade
<b>Finalidade:</b> Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
<b>Descrição:</b> Descrição: A atividade padronizada Administração da Unidade substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades - meio necessárias à gestão e administração da unidade.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde
<b>Coordenador da Ação:</b> Valteir Lopes Pereira
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Administração (DEADM)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Implantação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
1. Desenvolver/Implementar 6 ações de promoção a saúde, do PCMSO na SUEST-RN, sendo uma delas a ginástica laboral.	Ações desenvolvidas	Unidade	6	7	116,67%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RN/2011.



## **Análise Crítica**

As informações (análise crítica) a seguir apresentadas, foram encaminhadas pela área técnica (SEREH/Funasa/Suest/RN), por meio do memorando nº 021/2012/SEREH, datado de 09 de março de 2012, conforme segue:

Na Funasa/Suest/RN, temos implantado os Programas de Prevenção do Alcoolismo, Tabagismo, Diabetes, Hipertensão Arterial Sistêmica e Obesidade.

Em 2011, implantamos a prevenção da saúde do homem e da saúde mental. A meta está concluída acima da expectativa, o percentual de conclusão é 116,67%. Realizamos as ações através de palestras educativas, com médicos especialistas convidados (urologista, psiquiatra) e não utilizamos recursos financeiros.

<b>Identificação da subação</b>					
Denominação: Melhoria do Ambiente de trabalho - Laudo de Avaliação Ambiental					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
1. Construir/Criação de 1 grupo de trabalho, por meio de portaria, para a promoção, acompanhamento, aplicação e fiscalização das medidas corretivas implementadas e apontadas no laudo para melhoria no ambiente de trabalho.	GT construído	Unidade	1	0	0%
2. Executar/Implementar 3 medidas corretivas dos itens apontadas no laudo de avaliação ambiental sob responsabilidade da SUEST/RN.	Medidas executadas	Unidade	3	3	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RN/2011

## **Análise Crítica**

As informações (análise crítica) a seguir apresentadas, foram encaminhadas pela área técnica (SEREH/Funasa/Suest/RN), por meio do memorando nº 21/SEREH, datado de 09 de março de 2012, conforme segue:

A meta 1 acima descrita, não foi concluída tendo em vista dificuldades de encontrar servidores capacitados e interessados em compor o grupo de trabalho para fiscalizar as medidas corretivas apontadas no laudo para melhoria ambiental de trabalho. O grupo foi formado, porém não foi oficializado através de portaria, o que não foi possível, tendo em vista que, a responsável pelo grupo foi redistribuída para o Ministério da Saúde.

A meta 2 acima descrita, vem sendo cumprida por meio da execução das medidas corretivas nesta Funasa/Núcleo/Suest/RN na área de ergonomia, ventilação e iluminação.

<b>Identificação da Ação</b>	
<b>Denominação:</b> 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados Públicos – Exames Periódicos	
<b>Tipo de Ação:</b> Atividade	
<b>Finalidade:</b> Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.	
<b>Descrição:</b> Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusivamente para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.	
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde	
<b>Coordenador da Ação:</b> Carlos Luiz Barroso Junior	
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Administração (DEADM)	

Fonte: Sigplan

<b>Identificação da subação</b>					
Denominação: Realização dos exames periódicos nos servidores ativos na Funasa					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
1. Viabilizar a realização de exames periódicos em 100% dos servidores, empregados públicos.	Servidores com exames realizados	Unidade	384	81	21,09%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RN/2011

### **Análise Crítica**

As informações (análise crítica) a seguir apresentadas, foram encaminhadas pela área técnica (SEREH/Funasa/Suest/RN), por meio do memorando nº 21/SEREH, datado de 09 de março de 2012, conforme segue:

A subação que trata de realização dos exames periódicos apresenta diversos problemas de execução. Os exames periódicos foram iniciados por esta Suest/RN em setembro de 2011. Foram convocados 187 (cento e oitenta e sete) servidores, que já realizaram os exames e destes 80 (oitenta) concluíram com a emissão do ASO (Atestado de Saúde Ocupacional).

As dificuldades foram decorrentes da Capesaúde em credenciar as clínicas e o médico do trabalho. O médico do trabalho não conseguia acessar o SIAPE-SAÚDE no Módulo do Exame Periódico, o que atrasou o cronograma programado. Em decorrência disso, vários ASO foram emitidos manualmente e alguns servidores não concluíram, ficando pendentes. Alguns servidores se recusaram a realizar os exames, apesar de intensiva campanha educativa na Suest/RN.

Em virtude destes motivos a nossa conclusão foi de 21,09%. Em 2012 esperamos concluir os servidores pendentes e viabilizar a realização de exames periódicos em 100% dos servidores desta Suest/RN.

<b>Identificação do Programa de Governo</b>	
<b>Código no PPA:</b> 0016	<b>Denominação:</b> Gestão de Política de Saúde
<b>Tipo do Programa:</b> Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
<b>Objetivo Geral:</b> Fortalecer a gestão do SUS nas três esferas de governo, de modo a melhorar e aperfeiçoar a capacidade resolutiva das ações e serviços prestados à população	
<b>Objetivos Específicos:</b> Coordenar o planejamento e a formulação de políticas públicas setoriais a avaliação e controle dos programas na área de saúde.	
<b>Gerente:</b> Márcia Aparecida do Amaral – Ministério da Saúde	<b>Responsável:</b> Arionaldo Bomfim Rosendo – Ministério da Saúde
<b>Público Alvo:</b> Governo	

Fonte: Sigplan

<b>Identificação da Ação</b>
<b>Denominação:</b> 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
<b>Tipo de Ação:</b> Atividade
<b>Finalidade:</b> Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
<b>Descrição:</b> Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público..
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde
<b>Coordenador da Ação:</b> Joselias Ribeiro da Silva
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Administração (DEADM)

Fonte: Sigplan

<b>Identificação da subação</b>					
Denominação: Participação de Servidores Públicos Federais em Eventos de Capacitação					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
1. Promover a participação de 60 servidores públicos federais em eventos de capacitação.	Nº de participação	Unidade	60	79	131,67%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RN/2011

### **Análise Crítica**

As informações (análise crítica) a seguir apresentadas, foram encaminhadas pela área técnica (SEREH/Funasa/Suest/RN), por meio do memorando nº 21/SEREH, datado de 09 de março de 2012, conforme segue:

A meta prevista para a capacitação de servidores no ano de 2011 foi superada devido à maior oferta de cursos nesta Suest/RN, bem como a liberação de recursos além daqueles inicialmente programados para capacitação de seus servidores. Percebe-se assim, uma maior preocupação da Instituição com a capacitação e qualificação dos seus servidores como forma de buscar melhorias dos padrões de qualidade no serviço público.

Pôde-se realizar parte dos eventos de capacitação no próprio Estado atendendo às orientações do Memorando Circular nº 27/2011/Coder, bem como, preservado a economicidade dos gastos públicos, conforme orienta o Decreto 5.707/2006. Houve ampla divulgação das oportunidades de capacitações e do Plano Anual de Capacitação 2011, uma vez que cada servidor o recebeu em seu *e-mail* funcional.

Oportuniza-se ainda acentuar a realização nesta Suest/RN, atendendo o Decreto nº 5.626/2005, do Curso de Libras, com a participação de 9 (nove) servidores, como também, o Curso Regional de Convênios, Curso de Informática para 11 (onze) servidores; Curso de Pregoeiro para 4 (quatro) servidores e o Curso de Fiscal de Contratos Administrativos para 5 (cinco) servidores.

<b>Identificação do Programa de Governo</b>	
<b>Código no PPA:</b> 1287	<b>Denominação:</b> Saneamento Rural
<b>Tipo do Programa:</b> Finalístico	
<b>Objetivo Geral:</b> Promover e participar da adoção de medidas voltadas à prevenção e ao controle dos determinantes e condicionantes de saúde da população	
<b>Objetivos Específicos:</b> Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.	
<b>Gerente:</b> Faustino Barbosa Lins Filho – Funasa	<b>Responsável:</b> José Raimundo Machado dos Santos - Funasa
<b>Público Alvo:</b> População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta	

Fonte: Sigplan

<b>Identificação da Ação</b>
<b>Denominação:</b> 7656 – Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos.
<b>Tipo de Ação:</b> Projeto
<b>Finalidade:</b> Propiciar resolutibilidade, em áreas de interesse especial (assentamentos, remanescentes de quilombos e áreas extrativistas) para problemas de saneamento, prioritariamente o abastecimento público de água, o esgotamento sanitário e as melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, bem como a implantação de oficina municipal de saneamento, visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
<b>Descrição:</b> Fomento e financiamento a implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água e de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora de esgoto, rede de distribuição de água e estação de tratamento, ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos, bem como a implantação de melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, assim como a implantação de oficina municipal de saneamento, compreendendo desde a elaboração do projeto até a sua operação plena.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde
<b>Coordenador da Ação:</b> Jose Antonio da Motta Ribeiro
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

<b>Identificação da subação</b>					
Denominação: Implantação do programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
1. Verificação de demanda por cisternas nos 16 municípios selecionados.	Levantamento Realizado	Unidade	600	600	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RN/2011

## Análise Crítica

As informações (análise crítica) a seguir apresentadas, foram encaminhadas pela área técnica (DIESP/SACAV/Funasa/Suest/RN), por meio do memorando nº 076/2012/DIESP/SACAV, datado de 12 de março de 2012, conforme segue:

**Cumprimento das metas físicas:** A meta programada para esta subação foi alcançada com sucesso. Tal fato ocorreu principalmente devido ao grande empenho dos servidores desta Divisão e priorização do Programa de Universalização do Uso da Água pela Presidência da FUNASA, autorizado o programa de diárias além do limite estabelecido no Decreto nº 7446.

**Subações que apresentam problemas de execução:** não se enquadra para este caso.

**Subações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:** não se enquadra para este caso.

Identificação do Programa de Governo	
<b>Código no PPA:</b> 0122	<b>Denominação:</b> Serviços Urbanos de Água e Esgoto
<b>Tipo do Programa:</b> Finalístico	
<b>Objetivo Geral:</b> Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com vistas à universalização.	
<b>Objetivos Específicos:</b> Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	
<b>Gerente</b> Leodegar da Cunha Tiscoski – Ministério das Cidades	<b>Responsável:</b> Ruy Gomide Barreira – Funasa/MS
<b>Público Alvo:</b> População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
<b>Denominação:</b> 2272 – Gestão e Administração do Programa
<b>Tipo de Ação:</b> Atividade
<b>Finalidade:</b> Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
<b>Descrição:</b> Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades - meio necessárias à gestão e administração do programa.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde
<b>Coordenador da Ação:</b> Patricia Valeria Vaz Areal
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Engenharia de Saúde Pública – DENSP

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Apoiar o Processo de Seleção do PAC 2, com visitas para definição da contratação de projetos de água e esgoto.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
1. Realizar visita local para definição da contratação de projetos de água e esgoto.	Visita realizada	Unidade	51	51	100%
2. Realizar visita técnica preliminar de validação das informações prestadas na carta consulta pra ação de melhorias sanitárias domiciliares.	Visita realizada	Unidade	45	45	100%
3. Realizar entrevistas com municípios pré-selecionados para realização de obras de água e esgoto.	Entrevista realizada	Unidade	59	59	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RN/2011

### Análise Crítica

As informações (análise crítica) a seguir apresentadas, foram encaminhadas pela área técnica (DIESP/SACAV/Funasa/Suest/RN), por meio do memorando nº 076/2012/DIESP/SACAV, datado de 12 de março de 2012, conforme segue:

**Cumprimento das metas físicas:** Todas as metas programadas para esta subação foram alcançadas com sucesso. Tal fato ocorreu principalmente devido ao grande empenho dos servidores desta Divisão e priorização do PAC 2 pela Presidência da FUNASA, autorizando o pagamento de diárias além do limite estabelecido no Decreto Nº 7446.

**Subações que apresentaram problemas de execução:** não se enquadra para este caso.

**Subações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:** não se enquadra para este caso.

Identificação da Ação
<b>Denominação:</b> 20AF – Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano
<b>Tipo de Ação:</b> Atividade
<b>Finalidade:</b> Apoiar técnica e financeiramente os responsáveis pela operação de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água visando à melhoria dos procedimentos de controle da qualidade da água e o atendimento dos padrões de potabilidade estabelecidos na legislação vigente. Proporcionar o financiamento da implantação de unidades de fluoretação da água.
<b>Descrição:</b> Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos envolvidos com a operação e manutenção de sistema

ou solução alternativa de abastecimento de água; financiamento para aparelhamento e implantação de unidades laboratoriais e outras instalações destinadas ao controle da qualidade da água para consumo humano; desenvolvimento de ações de vigilância e controle de qualidade da água em áreas indígenas.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde
<b>Coordenador da Ação:</b> Vilma Ramos Feitosa
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Saúde Ambiental (DESAM)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: <b>Apoio ao Controle de Qualidade da água para consumo humano</b>					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
1. Adquirir a Unidade Móvel do Controle da Qualidade da água - UMCQA	UMCQA Adquirida	Unidade	1	1	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RN/2011

### Análise Crítica

As informações (análise crítica) a seguir apresentadas, foram encaminhadas pela área técnica (SESAM/Funasa/Suest/RN), por meio do memorando nº 25/SESAM, datado de 07 de março de 2012, conforme segue:

**Cumprimento das metas físicas:** A meta foi positivamente cumprida, pois conseguimos a aquisição da Unidade Móvel para o Apoio ao Controle da Qualidade da Água.

**Subações que apresentaram problemas de execução:** Não ocorreu nenhum problema para a aquisição da Unidade Móvel.

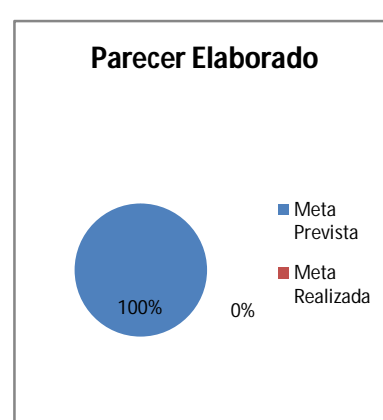
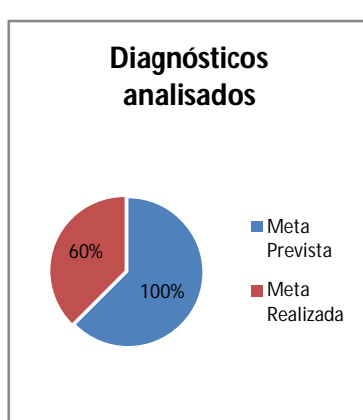
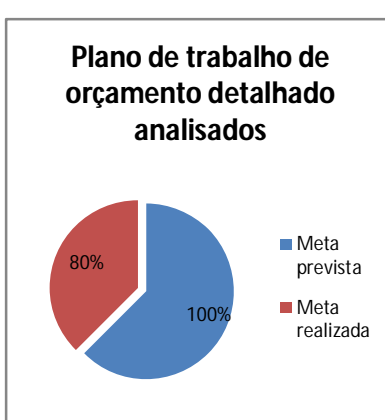
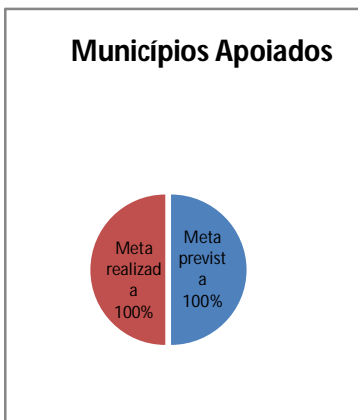
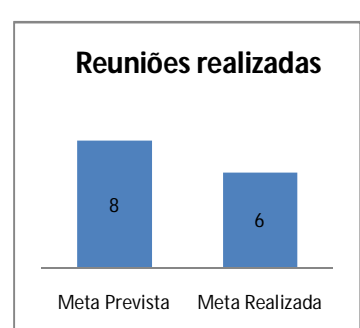
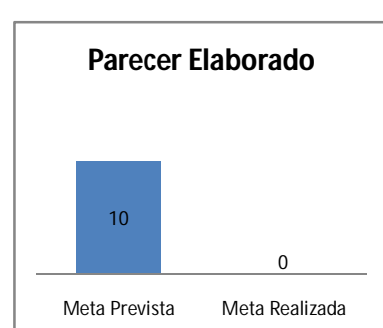
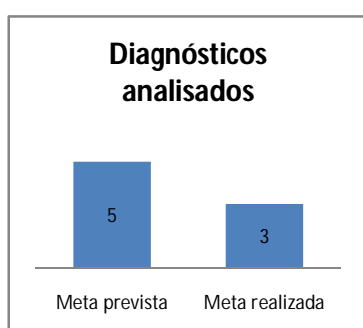
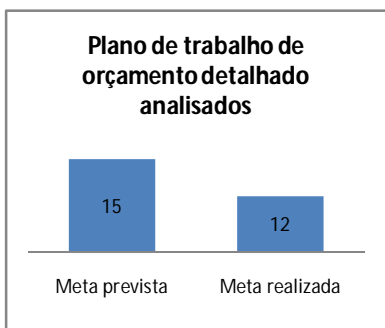
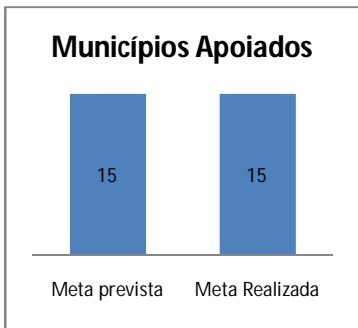
**Subações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:** A nossa meta foi à aquisição da Unidade Móvel para o Apoio ao Controle da Qualidade da Água, assim sendo cumprido o nosso planejamento.

**Quadro A.2.2 Resumo da Execução Física das subações realizadas pela UJ**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Um. Medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
10	512	0122	20AG	A	3	(47383)SUEST/RN – Fomento à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)	Analisar 15 planos de trabalho e orçamentos detalhados relativos aos PMSB	<b>Plano de Trabalho e orçamento detalhado analisados</b>	Unidade	15	12	-	-
							Realizar 8 reuniões do NICT para deliberações relativas à elaboração dos PMSB	<b>Reuniões realizadas</b>	Unidade	8	6	-	-
							Apoiar tecnicamente 15 municípios com a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico, por meio do NICT	<b>Municípios Apoiados</b>	Unidade	15	15	-	-
							Elaborar 10 pareceres referentes aos produtos exigidos no TR para elaboração do PMSB	<b>Parecer elaborado</b>	Unidade	10	0	-	-
							Analisar 5 diagnósticos técnico-participativos dos PMSB	<b>Diagnósticos analisados</b>	Unidade	5	3	-	-



REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA 0122, AÇÃO 20AG

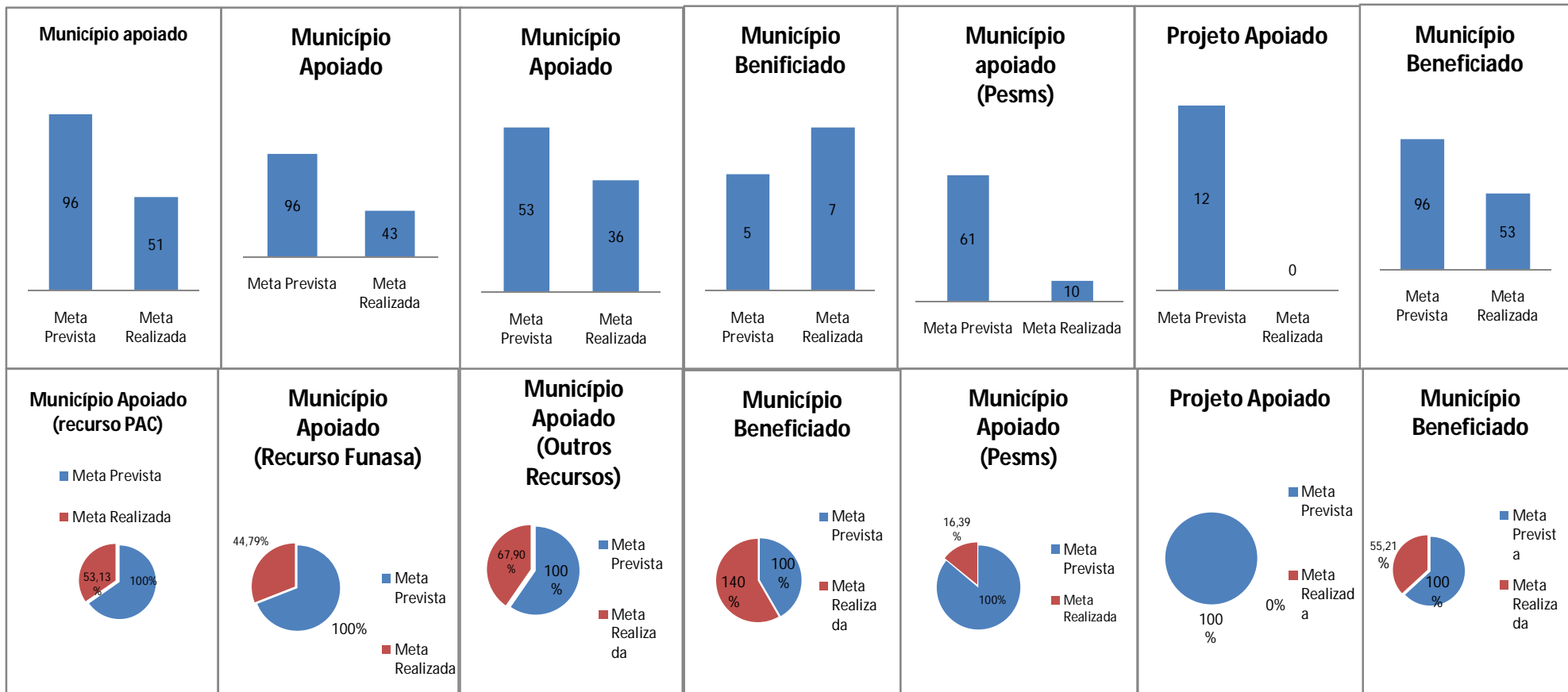


Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Um. Medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
10	541	0122	6908	A	3	(46483) SUEST/RN – Fomento à Educação em Saúde voltada para Saneamento	Apoiar 61 municípios na implantação de ações educativas referentes ao Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social Pesms, nos convênios celebrados com a Funasa, anteriores a 2006.	Municípios apoiado	Unidade	61	10	-	-
							Apoiar a implantação e/ou implementação de ações de educação em Saúde em 96 municípios conveniados com a Funasa, contemplados com recursos do PAC.	Municípios apoiado	Unidade	96	51	-	-
							Apoiar 96 municípios na implantação e/ implementação dos Núcleos Municipais de Educação em Saúde atendidos com recursos da Funasa.	Municípios apoiado	Unidade	96	43	-	-

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Um. Medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
10	541	0122	6908	A	3	(46483) SUEST/RN – Fomento à Educação em Saúde voltada para Saneamento	Apoiar 05 municípios a beneficiarem as comunidades de áreas especiais (quilombolas) com ações de Educação em Saúde e Mobilização Social.	Município Beneficiado	Unidade	5	7	-	-
							Sensibilizar e apoiar técnicos e gestores em municipais para implantação e/ou implementação de ações e projetos permanentes de Educação em Saúde, em 96 municípios conveniados com a Funasa contemplados com recursos do PAC	Município apoiado	Unidade	96	53	-	-

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Um. Medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
10	541	0122	6908	A	3	(46483) SUEST/RN – Fomento à Educação em Saúde voltada para Saneamento	Apoiar tecnicamente a realização de 12 projetos de coleta de reciclagem no âmbito do programa Resíduos Sólidos (catadores) em ações de educação em saúde e mobilização social	Projeto apoiado	Unidade	12	0	-	-
							Apoiar 53 municípios conveniados com a Funasa, para implantação e/ou implementação de ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento (outros recursos não PAC)	Município apoiado	Unidade	53	36	-	-

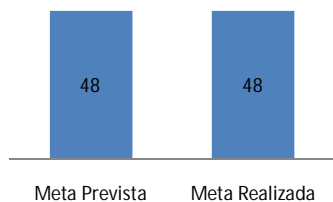
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA 0122, AÇÃO 6908 AG



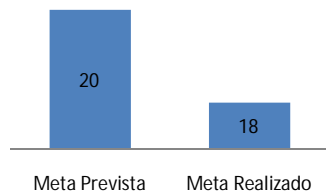
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Um. Medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
10	512	0122	7652	P	1	(47403) SUEST - RN - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares	Realizar 48 visitas de acompanhamento de convênios/obras de implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares.	Visita técnica de acompanhamento realizada	Unidade	48	48	-	-
							Emitir 20 parecer técnico final de convênio/obra de implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares de 2010.	Parecer técnico emitido	Unidade	20	18	-	-
							Realizar 8 visitas preliminares de convênios para viabilização de obras de implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares.	Visita técnica preliminar	Unidade	8	7	-	-
							Analisar 8 projetos de implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares.	Projetos Analisados	Unidade	8	7	-	-

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA 0122, AÇÃO 7652

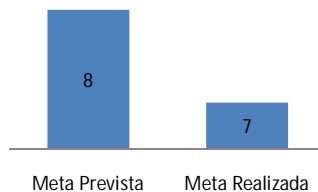
**Visita Técnica de acompanhamento**



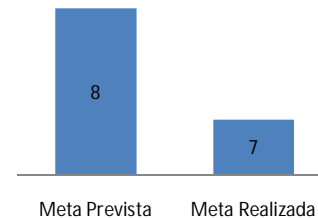
**Parecer Técnico emitido**



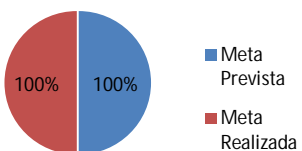
**Visita técnica preliminar**



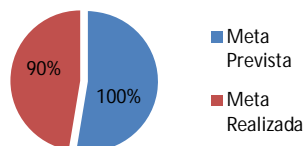
**Projetos Analisados**



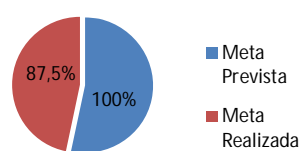
**Visita Técnica de acompanhamento**



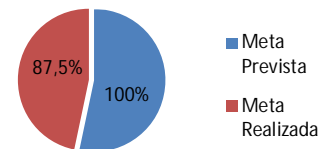
**Parecer técnico emitido**



**Visita técnica preliminar**



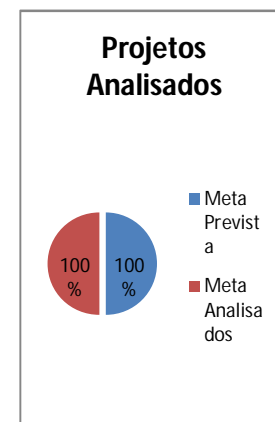
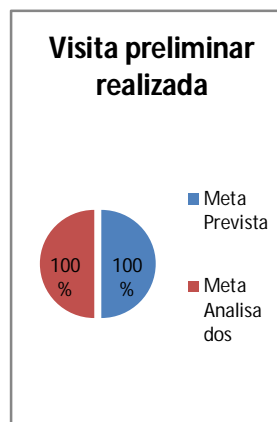
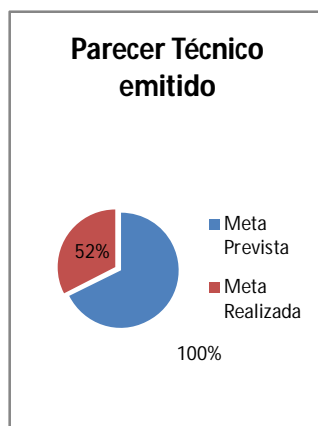
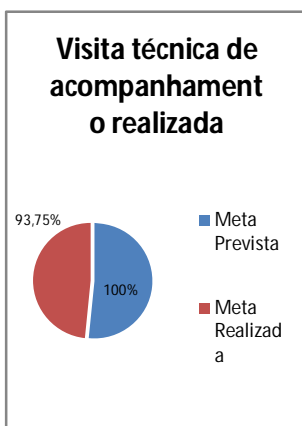
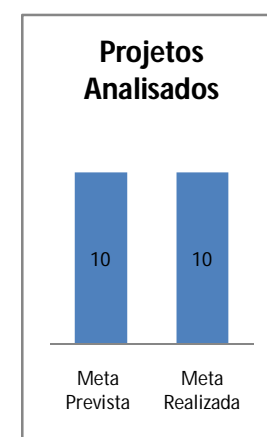
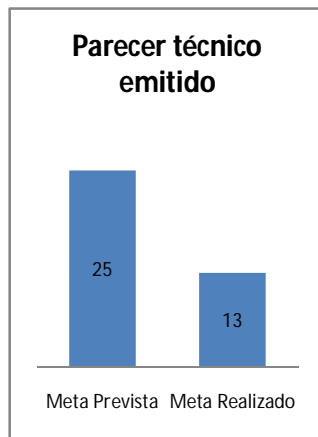
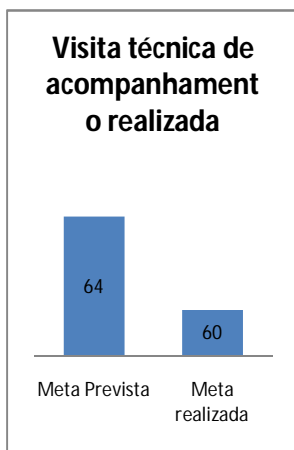
**Projetos Analisados**



Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Um. Medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
10	512	0122	10GD	P	1	(46443) SUEST - RN - Implantação e melhorias de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água	Realizar 64 visitas de acompanhamento de convênios/obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água.	Visita técnica de acompanhamento realizada	Unidade	64	60	-	-
							Emitir 25 parecer técnico final de convênio/obra de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água.	Parecer técnico emitido	Unidade	25	13	-	-
							Realizar 10 visitas preliminares para viabilização de convênios/obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água.	Visita preliminar realizada	Unidade	10	10	-	-
							Analisar 10 projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água.	Projetos Analisados	Unidade	10	10	-	-

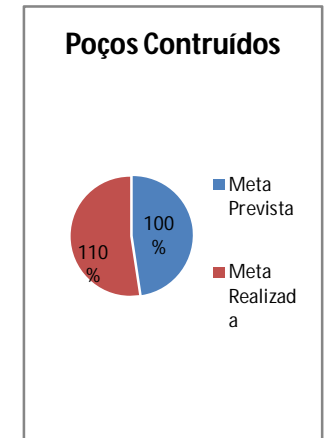
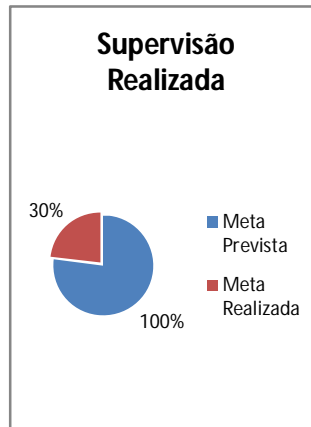
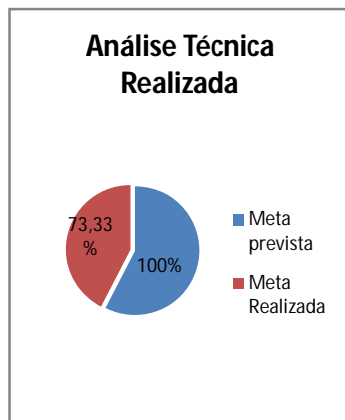
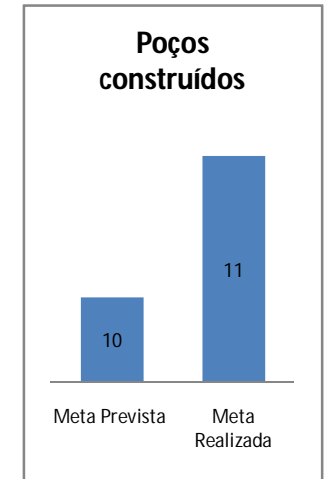
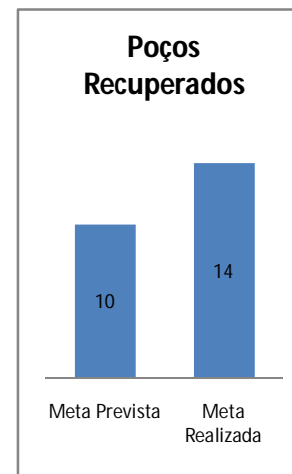
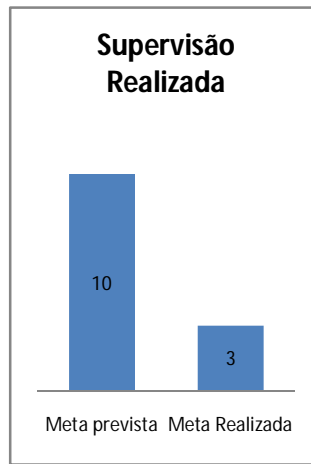
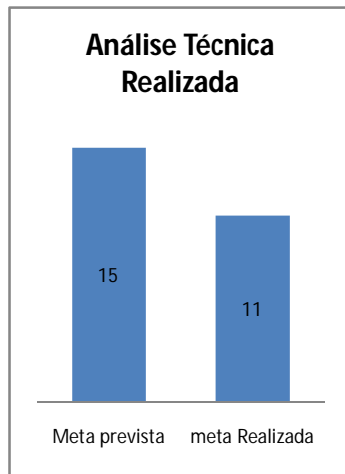


REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA 0122, AÇÃO 7652



Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Um. Medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
10	512	0122	10 GD	P	1	(46463) SUEST - RN - Construção de Poços Tubulares para Abastecimento Público de Água (Execução Direta)	Realizar 15 Análises Técnicas de pleitos para construção de poços.	<b>Análise Técnica Realizada</b>	Unidade	15	11	-	-
							Realizar 10 Supervisões para a perfuração, limpeza, desenvolvimento e o teste de vazã de Poços Tubulares.	<b>Supervisão Realizada</b>	Unidade	10	3	-	-
							Recuperar/ Executar 10 limpezas, desenvolvimento e o teste de vazão de Poços Tubulares.	<b>Poços Recuperados</b>	Unidade	10	14	-	-
							Construção de 10 poços tubulares na Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água.	<b>Poços construídos</b>	Unidade	10	11	-	-

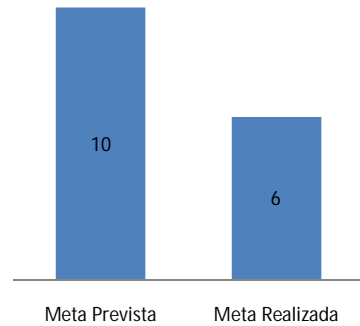
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA 0122, AÇÃO 10GD



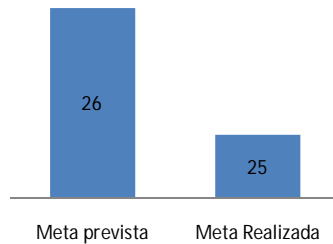
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Um. Medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
10	512	0122	10GE	P	1	(46444) SUEST - RN - Implantação de melhorias de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário	Realizar 26 visitas de acompanhamento de convênios/obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário	<b>Visita técnica de acompanhamento realizada</b>	Unidade	26	25	-	-
							Emitir 10 parecer técnico final de convênio/obra de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário.	<b>Parecer técnico emitido</b>	Unidade	10	6	-	-
							Realizar 5 visitas preliminares de convênios para viabilização de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário.	<b>Visita técnica preliminar realizada</b>	Unidade	5	4	-	-
							Analisar 5 projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário	<b>Projeto Analisado</b>	Unidade	5	4	-	-

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA 0122, AÇÃO 10GE

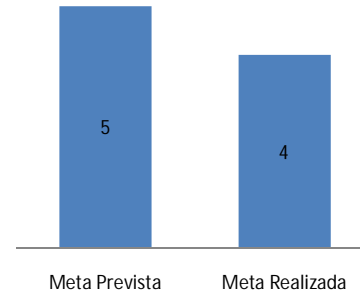
Parecer técnico emitido



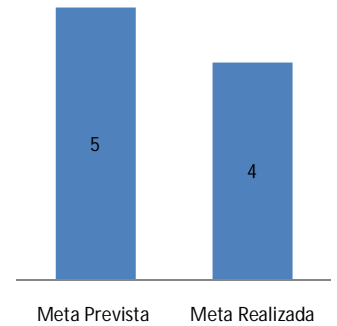
Visita técnica de acompanhamento realizada



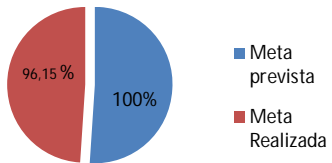
Visita técnica preliminar realizada



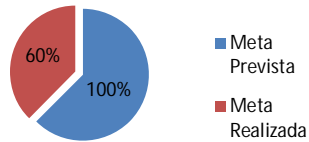
Projeto Analisado



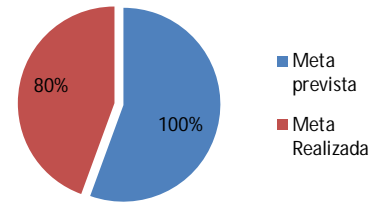
Visita técnica de acompanhamento realizada



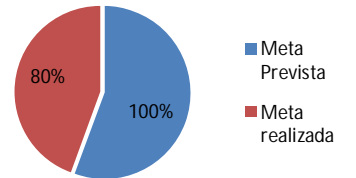
Parecer técnico emitido



Visita técnica preliminar realizada

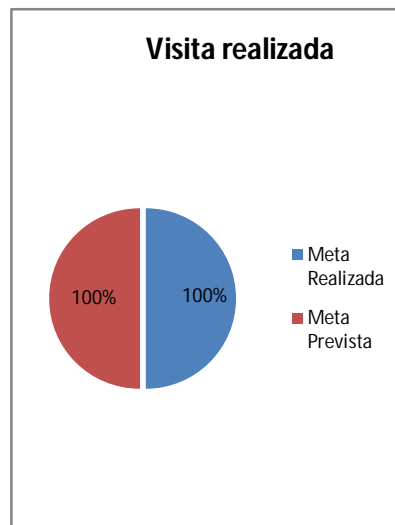
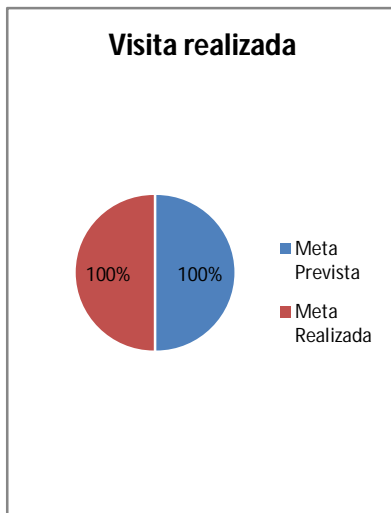
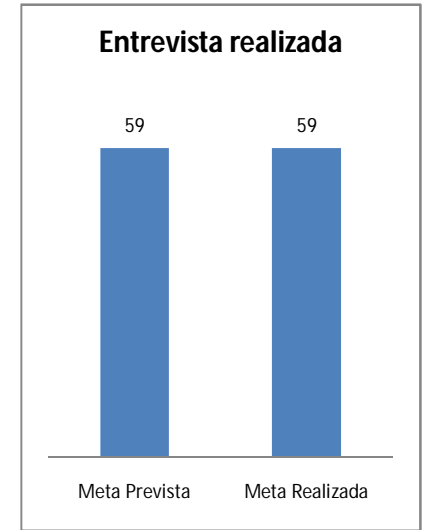
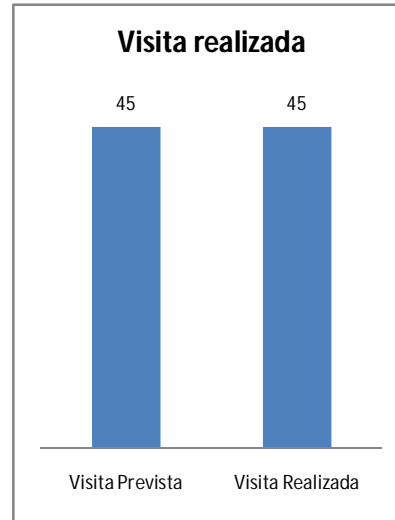
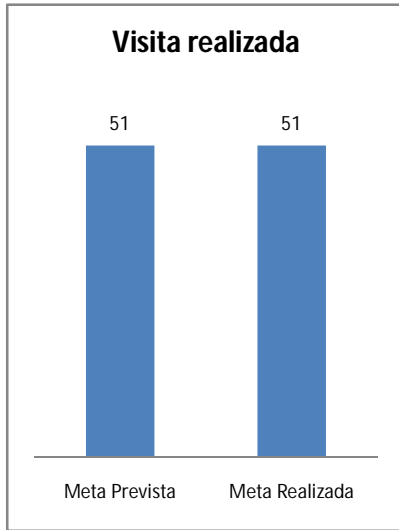


Projeto Analisado



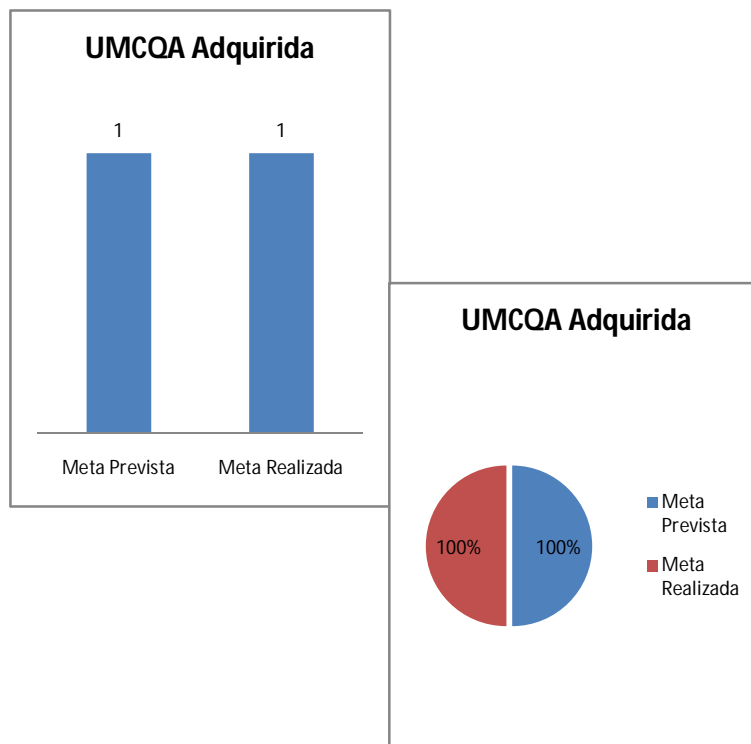
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Um. Medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
10	512	0122	2272	A	3	(47423) SUEST - RN - Apoio ao processo de seleção do PAC 2	Realizar visita local para definição da contratação de projetos de água e esgoto.	Visita realizada	Unidade	51	51	-	-
							Realizar visita técnica preliminar de validação das informações prestadas na carta consulta para ação de melhorias sanitárias domiciliares.	Visita realizada	Unidade	45	45	-	-
							Realizar entrevistas com municípios pré-selecionados para realização de obras de água e esgoto.	Entrevista realizada	Unidade	59	59	-	-

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA 0122, AÇÃO 2272



Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Um. Medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
		0122	20AF	A	3	(47387) SUEST - RN - Apoio ao Controle de Qualidade da água para consumo humano	Adquirir a Unidade Móvel do Controle da Qualidade da água - UMCQA	UMCQA Adquirida	Unidade	1	1		

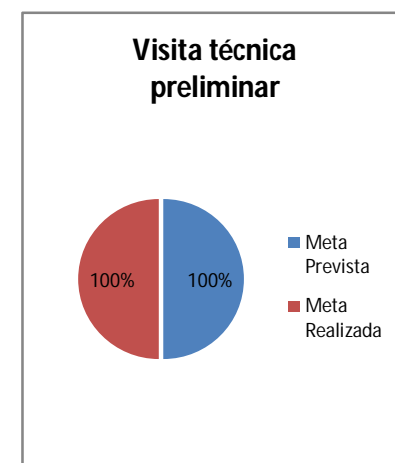
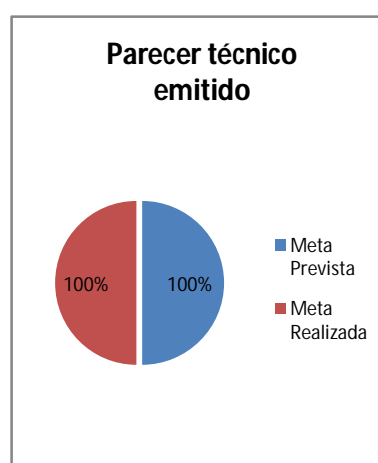
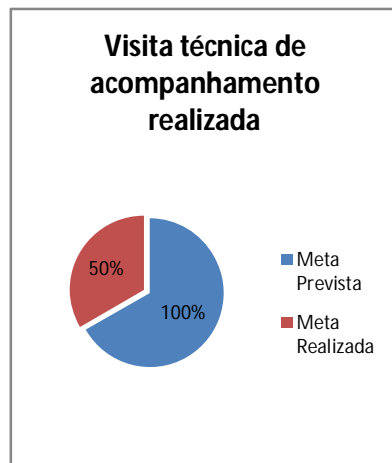
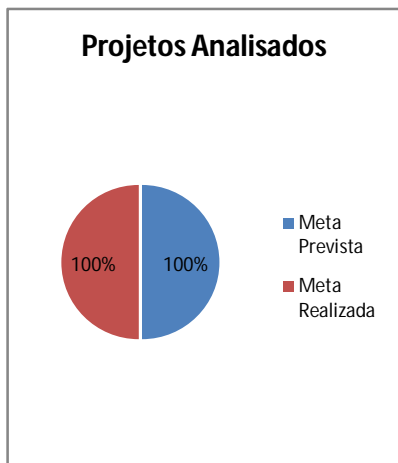
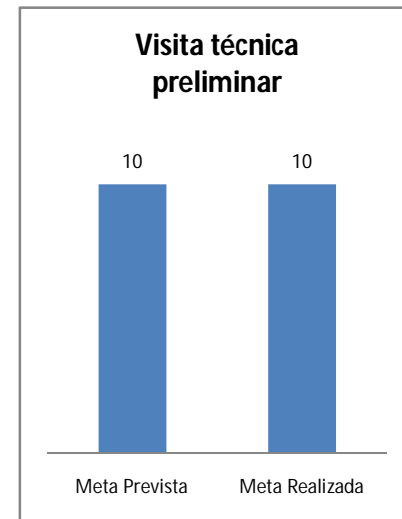
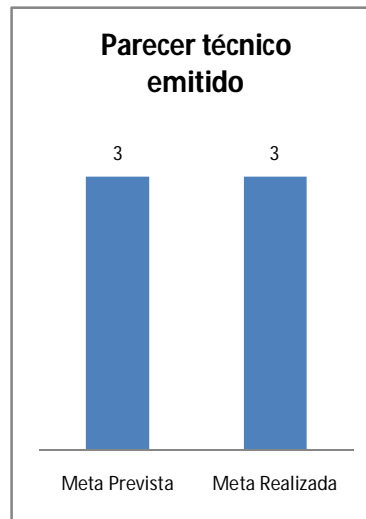
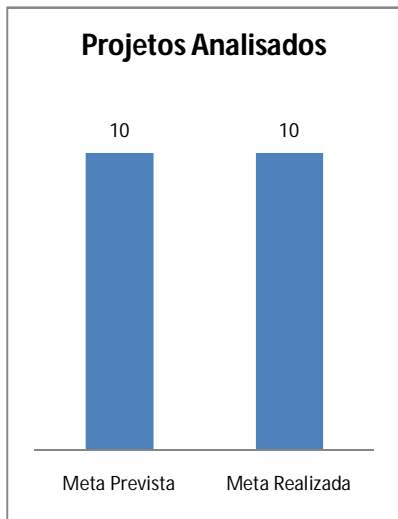
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA 0122, AÇÃO 20AF





Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Um. Medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
10	511	1287	10GC	P	1	(47443) SUEST - RN - Implantação e Melhoria de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais	Analisar 10 projetos de convênios/obra de Escolas Públicas com Sistema de Abastecimento de Água e Instalações Hidrossanitárias.	<b>Projetos Analisados</b>	Unidade	<b>10</b>	<b>10</b>		
							Realizar 16 visitas de acompanhamento de convênios/obra de Escolas Públicas com Sistema de Abastecimento de Água e Instalações Hidrossanitárias.	<b>Visita técnica de acompanhamento realizada</b>	Unidade	<b>16</b>	<b>8</b>		
							Emitir 3 parecer técnico final de convênio/obra de Escolas Públicas com Sistema de Abastecimento de Água e Instalações Hidrossanitárias.	<b>Parecer técnico emitido</b>	Unidade	<b>3</b>	<b>3</b>		
							Realizar 10 visitas preliminares para viabilização de convênios/obras de Escolas Públicas com Sistema de Abastecimento de Água e Instalações Hidrossanitárias.	<b>Visita técnica preliminar</b>	Unidade	<b>10</b>	<b>10</b>		

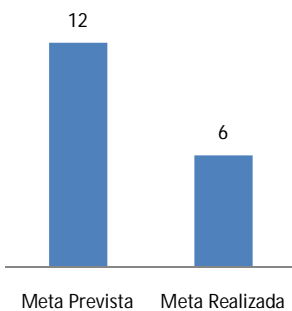
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA 0122, AÇÃO 10 GC



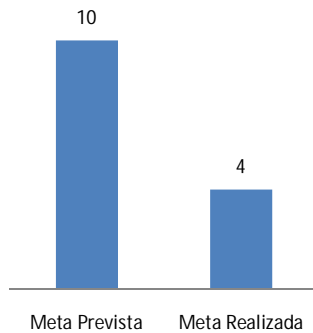
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Um. Medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
10	512	8007	10GG	P	3	(47426) SUEST - RN - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos	Realizar 12 visitas de acompanhamento de convênios das obras de implantação Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos.	<b>Visita técnica de acompanhamento realizada</b>	Unidade	12	6	-	-
							Emitir 10 parecer técnico final de convênio/obra de implantação de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos.	<b>Parecer técnico emitido</b>	Unidade	10	4	-	-
							Realizar 15 visitas preliminares de convênios para viabilização de obras de implantação de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos.	<b>Visita técnica preliminar</b>	Unidade	15	10	-	-
							Analisar 15 projetos de convênios/obra de implantação de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos.	<b>Projetos Analisados</b>	Unidade	15	8	-	-

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA 0122, AÇÃO 10 GG

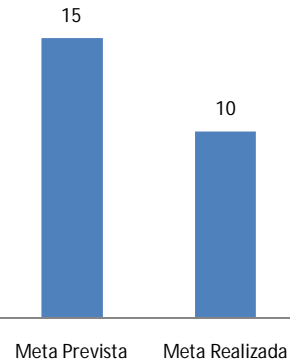
**Visita técnica de acompanhamento realizada**



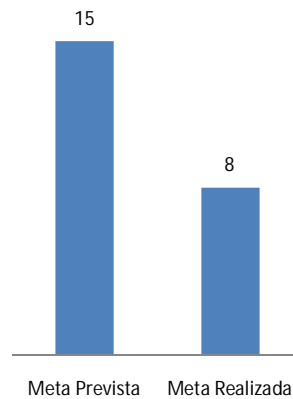
**Parecer técnico emitido**



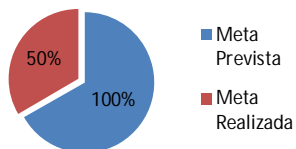
**Visita técnica preliminar**



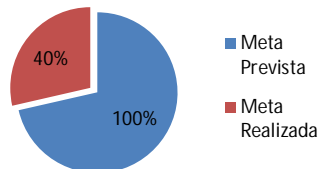
**Projetos Analisados**



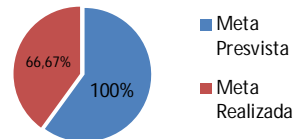
**Visita técnica de acompanhamento realizada**



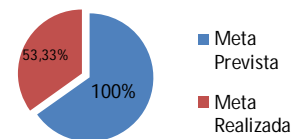
**Parecer técnico emitido**



**Visita técnica preliminar**

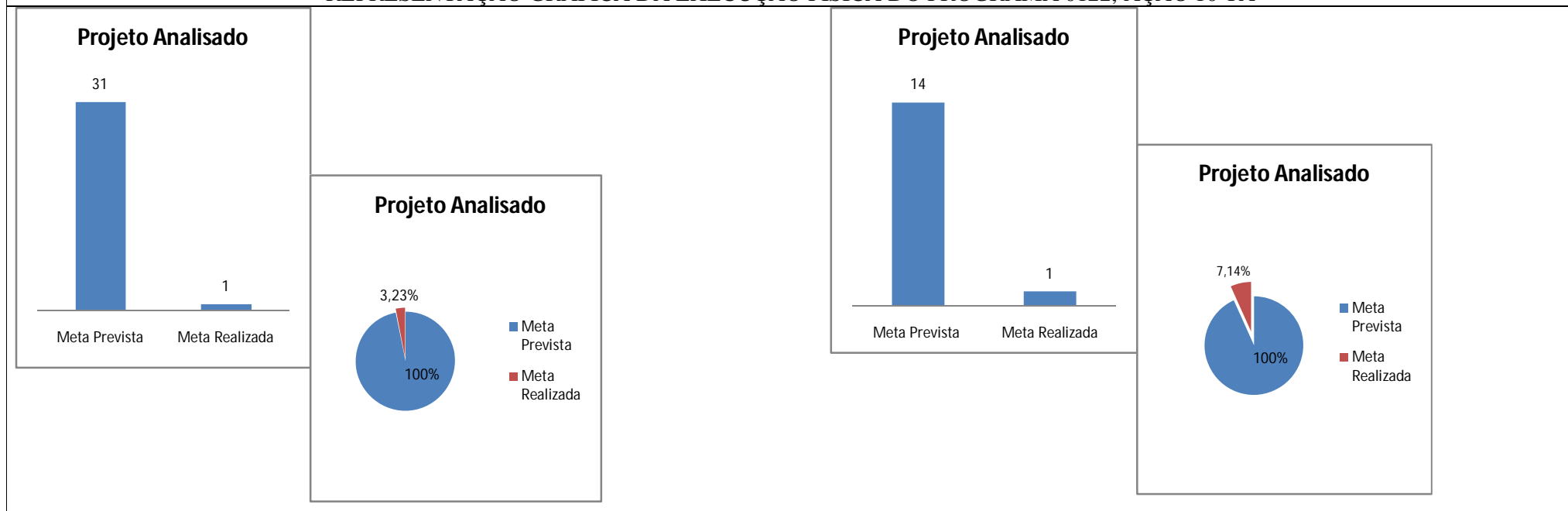


**Projetos Analisados**



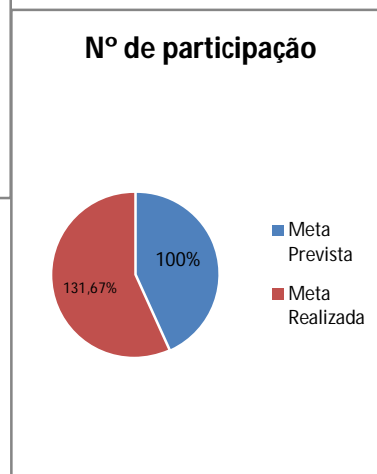
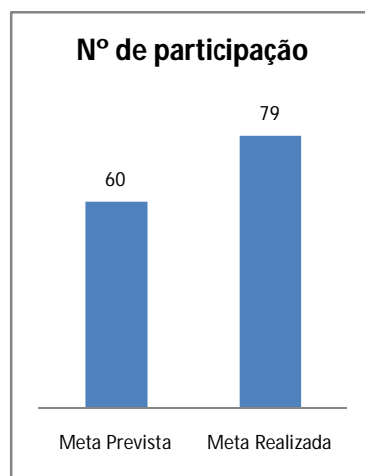
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Um. Medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
10	512	1036	10TA	P	1	(47385) SUEST - RN- Elaboração de estudos de concepção e projeto básico de sistemas de abastecimento de água	Analisar projeto básico de 31 estudos de concepção e projeto básico para Sistema Esgotamento Sanitário.	Projeto Analisado	Unidade	31	1		
							Analisar projeto básico de 14 estudos de concepção e projeto básico para Sistema Abastecimento Água.	Projeto Analisado	Unidade	14	1		

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA 0122, AÇÃO 10 TA



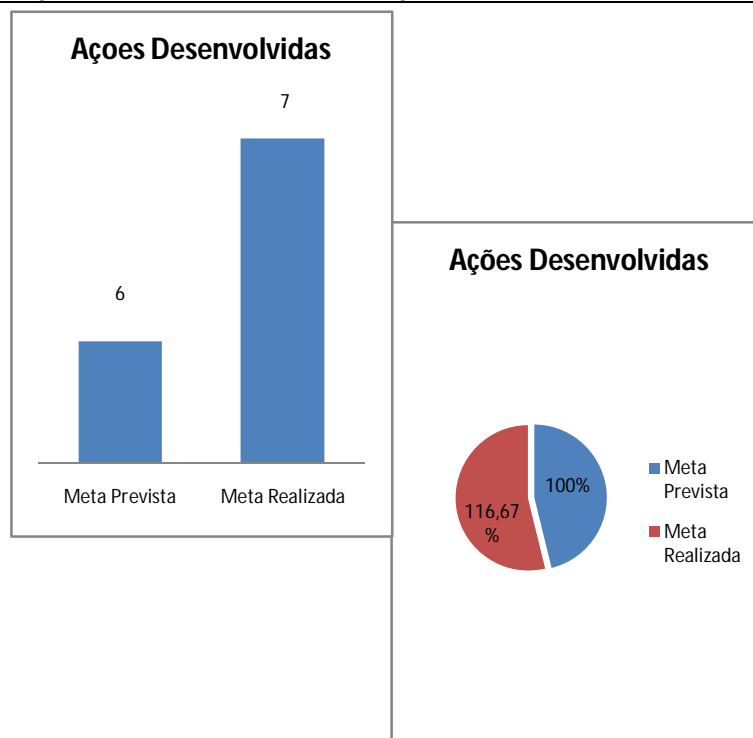
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Um. Medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
10	128	0016	4572	A	3	(47404) SUEST - RN - Participação de Servidores Públicos Federais em Eventos de Capacitação	Promover a participação de 60 servidores públicos federais em eventos de capacitação.	Nº de participação	Unidade	60	79		

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA 0122, AÇÃO 4572



Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Um. Medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
10	122	0750	2000	A	4	(47444) SUEST - RN - Implantação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO	Desenvolver/Implementar 6 ações de promoção a saúde, do PCMSO na Suest-RN, sendo uma delas a ginástica laboral.	Ações desenvolvidas	Unidade	6	7	-	-

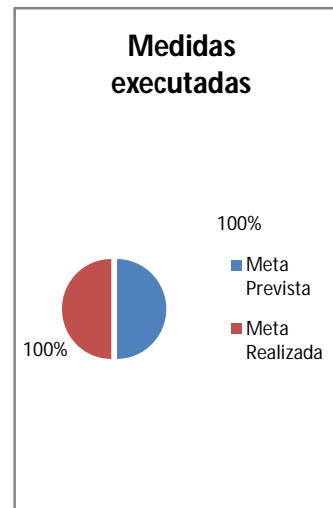
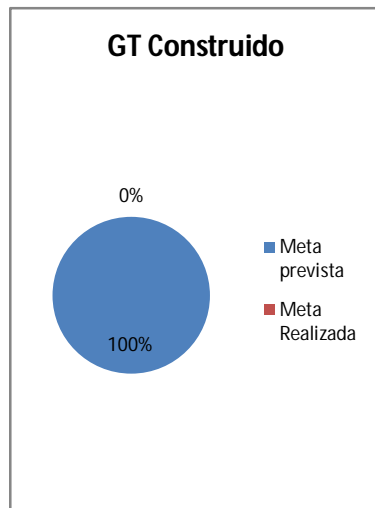
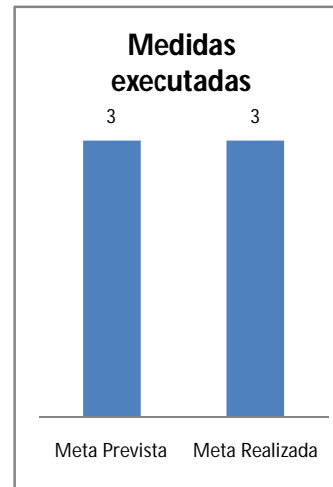
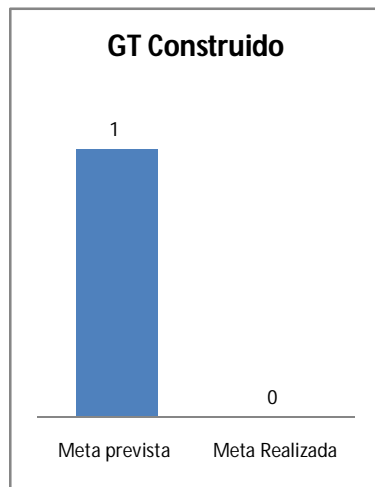
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA 0122, AÇÃO 2000



Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Um. Medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
10	122	0750	2000	A	4	(47427) SUEST - RN - Melhoria do Ambiente de trabalho - Laudo de Avaliação Ambiental	Constituir/Criação de 1 grupo de trabalho, por meio de portaria, para a promoção, acompanhamento, aplicação e fiscalização das medidas corretivas implementadas e apontadas no laudo para melhoria no ambiente de trabalho.	GT construído	Unidade	1	0	-	-
							Executar/Implementar 3 medidas corretivas dos itens apontadas no laudo de avaliação ambiental sob responsabilidade da SUEST-RN..	Medidas executadas	Unidade	3	3	-	-

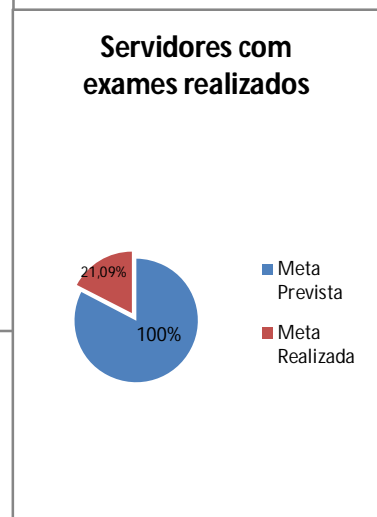
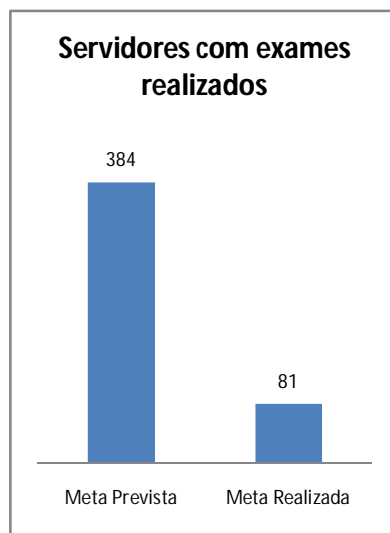


REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA 0122, AÇÃO 2000



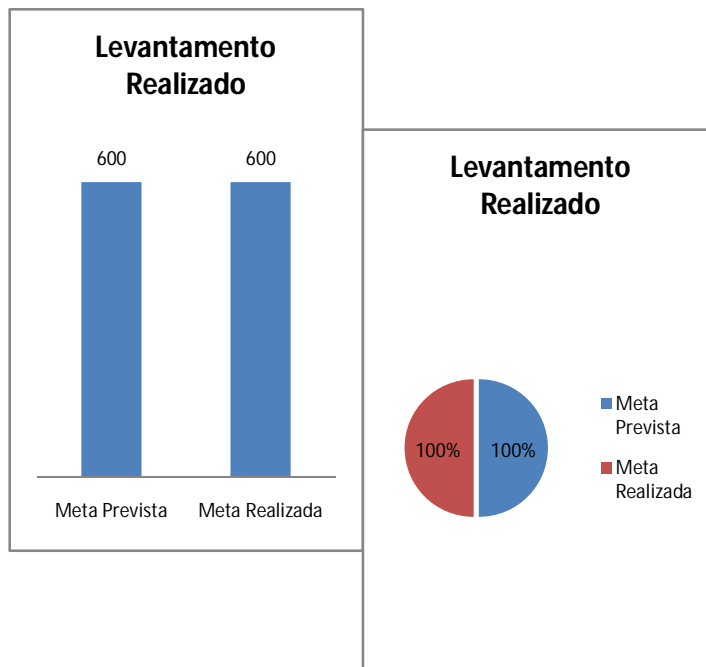
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Um. Medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
10	301	0750	20 CW	A	4	(47386) SUEST - RN - Realização dos exames periódicos nos servidores ativos na Funasa	Viabilizar a realização de exames periódicos em 100% dos servidores, empregados público	Servidores com exames realizados	Unidade	384	81	-	-

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA 0122, AÇÃO 20 CW



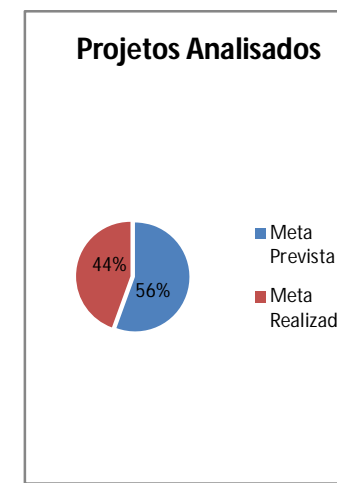
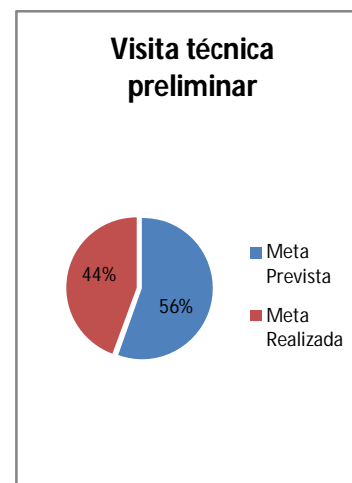
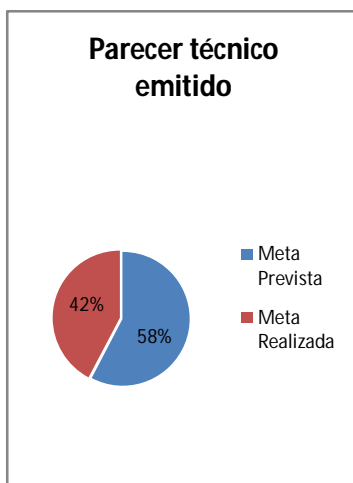
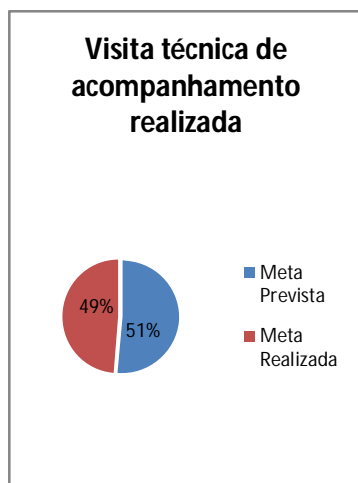
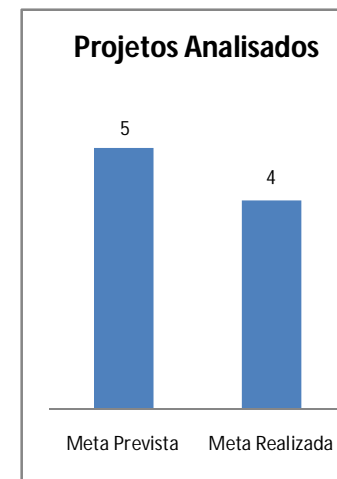
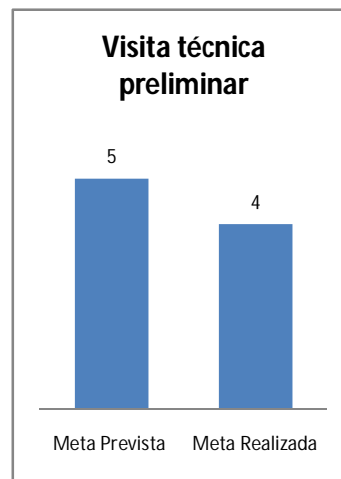
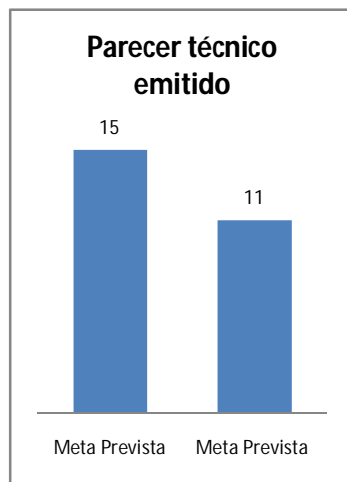
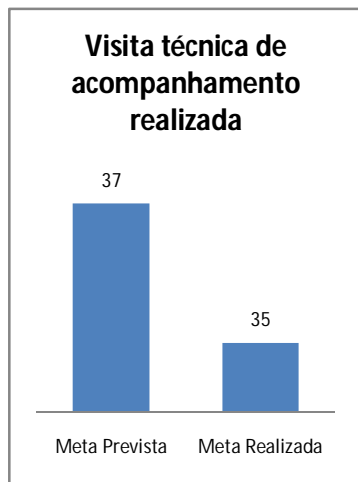
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Um. Medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
10	512	1287	7656	A	3	(47425) SUEST - RN - Implantação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água	Verificação de demanda por cisternas nos 16 municípios selecionados.	Levantamento Realizado	Unidade	600	600		

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA 0122, AÇÃO 7656



Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Um. Medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
10	511	1287	3921	p	1	(47424) SUEST - RN - Implantação de Melhorias Habitacionais para o controle da Doença de Chagas	Realizar 37 visitas de acompanhamento de convênios das obras de implantação Melhorias Habitacionais.	<b>Visita técnica de acompanhamento realizada</b>	Unidade	37	35		
							Emitir 15 parecer técnico final de convênio/obra de implantação de Melhorias Habitacionais.	<b>Parecer técnico emitido</b>	Unidade	15	11		
							Realizar 5 visitas preliminares de convênios para viabilização de obras de implantação de Melhorias Habitacionais.	<b>Visita técnica preliminar</b>	Unidade	5	4		
							Analisar 5 projetos de convênios/obra de implantação de Melhorias Habitacionais.	<b>Projetos Analisados</b>	Unidade	5	4		

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA 0122, AÇÃO 3921



Fonte: PlamSUS

**Observação:** O demonstrativo referente à execução financeira não foi preenchido.

**Justificativa:** A UJ não faz o acompanhamento de execução financeira da Subação, uma vez que sua programação recai sobre custeio, e a sua aplicação se realiza forma compartilhada com outras subações.

## 2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

### 2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

#### Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Fundação Nacional de Saúde /Superintendência Estadual do Rio Grande do Norte- RN	36211	255020

### 2.4.2 Programação de Despesas Correntes

**Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes – “NÃO SE APLICA À ESTA UNIDADE JURISDICIONADA” UJ”.**Justificativa: “as operações de programação de despesas é de responsabilidade da Presidência da Funasa”.

### 2.4.3 Programação de Despesas de Capital

**Quadro A.2.5 Programação de Despesas Capital - “NÃO SE APLICA À ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”**

**Justificativa:** “as operações de programação de despesas é de responsabilidade da Presidência da Funasa”.

#### 2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

**Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência - “NÃO SE APLICA À ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”**

**Justificativa:** “as operações de programação de despesas é de responsabilidade da Presidência da Funasa”.

**2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - “NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”**

**Quadro A.2.7 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes
<b>Movimentação Interna</b>	<b>Concedidos</b>	158369	1012800164572	-	-	4.400,00
	<b>Recebidos</b>	255020	0927200890181	65.703,13	-	-
		255020	1012201222272	-	-	134.482,71
		255020	1012207502000	-	-	2.326.023,09
		255020	1012212872272	-	-	28.030,88
		255020	1012800164572	-	-	31.111,94
		255020	1054101226908	-	-	20.358,65
<b>Movimentação Externa</b>	<b>Concedidos</b>	-	-	-	-	-
	<b>Recebidos</b>	255020	1030412896138	-	-	52.626,41
Natureza Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Capital		
				4-Pessoal e Encargos Sociais	5-Juros e Encargos da Dívida	6-Outras Despesas Correntes
<b>Movimentação Interna</b>	<b>Concedidos</b>	-	-	-	-	-
	<b>Recebidos</b>	255020	10512012220AF	232.727,00	-	-
<b>Movimentação Externa</b>	<b>Concedidos</b>	-	-	-	-	-
	<b>Recebidos</b>	-	-	-	-	-

Fonte:

## **Análise crítica**

As informações (análise crítica) a seguir apresentadas, foram encaminhadas pela área técnica (DIADM/Funasa/Suest/RN), por meio do memorando nº 20/DIADM, datado de 19 de março de 2012, conforme segue:

Durante exercício de 2011, a Suest/RN recebeu a importância de R\$ 2.838.427,40 (Dois milhões oitocentos e trinta e oito mil, quatrocentos e vinte e sete reais e quarenta centavos), a título de provisão - MOVIMENTAÇÃO INTERNA, sendo R\$ 2.605.700,40 (Dois milhões seiscentos e cinco mil setecentos reais e quarenta centavos), apropriado em Despesas Correntes e R\$ 232.727,00 (Duzentos e trinta e dois mil, setecentos e vinte e sete reais), apropriado em Despesas de Capital:

- a) A importância movimentada na ação 1012207502000 - Administração da Unidade corresponde a 89,27 %, da provisão recebida;
- b) A importância movimentada na ação 1012201222272 – Gestão e Administração do Programa corresponde a 5,16%, da provisão recebida;
- c) A importância movimentada na ação 0927200890181 – Pagamento de Aposentadoria e Pensões corresponde a 2,52%, da provisão recebida;
- d) A importância movimentada na ação 1012800164572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais corresponde a 1,19%, da provisão recebida;
- e) A importância movimentada na ação 1012212872272 - Gestão e Administração do Programa corresponde a 1,08%, da provisão recebida, e;
- f) A importância movimentada na ação 1054101226908 – Fomento a Educação em Saúde voltada ao Saneamento Ambiental corresponde a 0,78%, da provisão recebida.

A provisão recebida na ação 1030412896138 – MOVIMENTAÇÃO EXTERNA, refere-se a Termo de Rateio nº 01/2007, firmado com a Anvisa – Agência Nacional de Sanitária.

A provisão concedida na ação 1012800164572 – refere-se ao Curso de Libras ministrado nesta Suest, no período de 28/11 a 02/12/2011 em cumprimento ao Decreto 5.626/05.



**2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa - “NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”**

**2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ - “NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”**

**2.4.4.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação - “NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”**

**Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ - NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE**

**2.4.4.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa - “NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”**

**Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ - NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA**

**2.4.4.1.3 Despesas da Capital por Grupo e Elemento de Despesa - “NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”**

**Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ - NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA**

#### 2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

#### 2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

**Quadro A.2.11 – Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação**

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
<b>Licitação</b>				
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preço	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	1.733.577,97	1.505.472,95	1.703.231,57	1.497.685,67
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	205.182,01	248.948,19	205.182,01	230.779,85
Inexigibilidade	124.186,40	151.276,49	124.186,40	143.853,72
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos	2.660,10	5.289,91	2.660,10	5.289,91
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha	65.703,13	74.014,03	65.703,13	74.014,03
Diárias	357.720,75	808.100,85	357.720,75	808.100,85
<b>Outras</b>				
Não se Aplica	59.614,65	858.863,97	59.614,65	858.681,00

Fonte:

#### **Análise crítica**

As informações (análise crítica) a seguir apresentadas, foram encaminhadas pela área técnica (DIADM/Funasa/Suest/RN), por meio do memorando nº 20/DIADM, datado de 19 de março de 2012, conforme segue:

O montante de despesas liquidadas no exercício 2011 é de R\$ 2.548.645,01, tendo sido realizadas por Licitação, Contratações Diretas e Regime de Execução Especial o valor de R\$ 2.065.606,48 na seguinte proporção:

- a) 83,93% - Pregão;
- b) 9,93% - Dispensa;
- c) 6,01% - Inexigibilidade e;
- d) 0,13% - Regime de Execução Especial.

O montante das despesas pagas no exercício 2011 importa em R\$ 2.518.298,61, o que corresponde a 98,81% da despesa liquidada.

Observa-se que o valor das despesas com diárias no exercício 2011 representa 44,27% do valor que foi pago no exercício 2010.

## 2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos recebidos por Movimentação

Quadro A.2.12 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Grupos de Despesas	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>								
<b>08</b>	<b>65.703,13</b>	<b>74.014,03</b>	<b>65.703,13</b>	<b>74.014,03</b>	-	-	<b>65.703,13</b>	<b>74.014,03</b>
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>								
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>								
<b>14</b>	301.552,75	600.094,35	301.552,75	600.094,35	-	-	301.552,75	600.094,35
<b>30</b>	234.241,65	295.194,51	176.320,75	273.902,25	57.920,90	21.292,36	145.974,35	273.902,25
<b>36</b>	60.568,00	207.158,50	56.168,00	207.158,50	-	-	56.168,00	207.158,50
<b>37</b>	1.427.657,71	1.313.309,69	1.427.657,71	1.313.309,69	-	4.193,07	1.427.657,71	1.313.309,69
<b>39</b>	576.728,27	609.472,95	493.913,89	587.773,95	82.814,38	21.699,00	493.913,89	554.395,56
<b>47</b>	28.770,00	40.361,85	28.031,12	40.361,85	738,88	-	28.031,12	40.178,88
<b>92</b>	9.216,76	21.654,44	9.216,76	21.654,44	-	-	9.216,76	21.654,44
<b>93</b>	26.732,25	14.505,92	26.732,25	14.505,92	-	-	26.732,25	14.505,92

Fonte:

### Análise Crítica

As informações (análise crítica) a seguir apresentadas, foram encaminhadas pela área técnica (DIADM/Funasa/Suest/RN), por meio do memorando nº 20/DIADM, datado de 19 de março de 2012, conforme segue:

O valor da despesa empenhada no exercício 2011 é de R\$ 2.731.170,52, que corresponde ao decréscimo de 14,00% em relação ao exercício de 2010 que teve empenhado o valor de R\$ 3.175.766,24.

A despesa liquidada do exercício 2011 no valor de R\$ 2.585.296,36, que corresponde ao decréscimo de 17,5% em relação ao exercício 2010, que liquidou o valor de R\$ 3.132.774,98.

No exercício 2011 a Suest/RN efetuou o pagamento de R\$ 2.554.949,96, que corresponde ao decréscimo de 17,6% em relação ao exercício 2010, que pagou a importância de R\$ 3.099.213,62.

## 2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos por Movimentação

**Quadro A.2.13 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação**

Grupos de Despesas	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>1- Investimentos</b>								
<b>52</b>	<b>232.727,00</b>	-	-	-	<b>232.727,00</b>	-	-	-
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos								
<b>2- Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3- Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:

### Análise crítica

As informações (análise crítica) a seguir apresentadas, foram encaminhadas pela área técnica (DIADM/Funasa/Suest/RN), por meio do memorando nº 20/DIADM, datado de 19 de março de 2012, conforme segue:

O valor refere-se ao Pregão nº 010/2011 realizado em 28/12/2011, objetivando a aquisição de Unidade Móvel de Controle de Qualidade da Água, conforme Processo nº 25255.013.016/2011-82.

Não ocorreu despesa de capital no exercício 2010.

## 2.4.7 Indicadores Institucionais

**Observação:** Devido a ajustes durante o ano de 2011 (informada no Plano Operativo), conseguimos atingir a adesão nos municípios.  
**Indicadores de saneamento ambiental**

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2010	Resultado 2011
Percentual de execução física de obras de abastecimento de água com recursos do PAC (*) (*) Acumulado - 2007 a 2011. (Parâmetro de verificação: Portaria 544)	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão } < 30\%}{\text{N}^{\circ} \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\frac{17}{48} \times 100$	Eficácia	Sigesan e Siscon Siafi	Relatórios do Sigesan; Parecer Técnico de visita de acompanhamento (Diesp e Sensp)	Densp Depin Suest	89,3%	<b>35,41 %</b>
		$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão } \geq 70\% \text{ e } < 100\%}{\text{N}^{\circ} \text{ obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\frac{23}{48} \times 100$					5,4%	<b>47,92 %</b>
		$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de obras de abastecimento de água concluídas}}{\text{N}^{\circ} \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\frac{08}{48} \times 100$					1,8%	<b>16,67 %</b>

## 2.4.7 Indicadores Institucionais (Continuação)

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2010	Resultado 2011
Percentual de execução física de obras de esgotamento sanitário com recursos do PAC (*) (*) Acumulado - 2007 a 2011. (Parâmetro de verificação: Portaria 544)	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário concluídas}}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\frac{06}{19} \times 100$	Eficácia	Sigesan e Siscon Siafi	Relatórios do Sigesan;  Parecer Técnico de visita de acompanhamento (Diesp e Sensp)	Densp Depin Suest	70%	31,57 %
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão } \leq 30\%}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\frac{10}{19} \times 100$					10%	52,63 %
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão } > 70\% \text{ e } \leq 100\%}{\text{N}^\circ \text{ obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\frac{03}{19} \times 100$					0%	15,80 %
Percentual de aldeias com sistema de abastecimento com recursos do PAC (*) (*) Acumulado – 2007 a 2011 OBS: Será por Suest – definido em reunião com técnicos do Densp em 08/10/2010	Medir o percentual de aldeias com sistema de abastecimento de água implantados com recursos do PAC	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de aldeias com SAA (*)}}{\text{Total de aldeias previsto nos 4 anos do PAC}} \times 100$	XXXXXXX	Eficácia	Planilha de acompanhamento de obras. Visita de acompanhamento de obras	Planilha Acompanhamento de obras (Densp) e visita de acompanhamento de obras (Diesp)	DENSP/Suest	XXX	XXXX

### 2.4.7 Indicadores Institucionais (Continuação)

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2010	Resultado 2011
Percentual de aldeias com tratamentos de água implantado com recursos do PAC (*) (*) Acumulado	Aferir o percentual de aldeias com tratamento de água implantado com	$\frac{\text{Nº de aldeias com SAA com tratamento de água implantado}}{\text{Total de aldeias com SAA implantado com recursos do PAC}} \times 100$	XXXXXXXX	Eficácia	Planilha de acompanhamento em Excel visita de acompanhamento	Planilha de Acompanhamento (Densp) e visita de acompanhamento	DENSP/Suest	XXX	XXXX

## 2.4.7 Indicadores Institucionais (Continuação)

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2010	Resultado 2011
Percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias domiciliares implantadas com recursos do PAC (RA ajustado) (*) Acumulado – 2007 a 2011	Verificar percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de domicílios com MSD implantado (*)}}{\text{N}^\circ \text{ de domicílios programados nos 4 anos PAC}} \times 100$	$\frac{1456}{5433} \times 100$	Eficácia	Programação do PAC Sigesan	Relatório gerado do Sistema Programação do PAC	DENSP/ SUEST	21,34%	<b>26,80 %</b>
Percentual de domicílios com Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas realizada com recursos do PAC (*) Acumulado – 2007 a 2011	Aferir percentual de domicílios com Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas realizada	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de domicílios com MHCDC realizada (*)}}{\text{N}^\circ \text{ de domicílios programados nos 4 anos PAC}} \times 100$	$\frac{559}{1287} \times 100$	Eficácia	Programação do PAC Sigesan	Relatório gerado do Sistema Programação do PAC	DENSP/ SUEST	23,20%	<b>43,43%</b>



## **Análise Crítica**

- 1- **Abastecimento de água e 2- Sistema de Esgotamento Sanitário** os percentuais de execução física de obras acima de 70% foram baixos devido ao elevado número de processos em análise técnica nesta Superintendência Regional, sendo importante ressaltar a baixa qualidade técnica dos projetos apresentados demandando varias diligencias para saneamento das pendências; além do que nos casos em que os convênios/obras se encontra em andamento, existe morosidade tanto no ritmo de execução por parte do conveniente, quanto demora na liberação de recursos pela FUNASA. Desta forma resultou em valor elevado para o percentual de conclusão abaixo de 30%, que inclui processos em análise, processos já aprovados sem ou com liberação de recursos, mas com obras não iniciadas ou em ritmo lento de execução.
- 3- **Melhorias Sanitárias Domiciliares e 4- Melhorias Habitacionais para o Controle da Doença de Chagas** – Os Percentuais executados abaixo do esperado devem-se ao fato dos convênios encontrarem-se não concluídos e a grande maioria com obra não iniciadas e outros com percentuais de execução física baixo em virtude de atraso no pagamento de parcelas, morosidade das Prefeituras em iniciar a obra devido de problemas licitatórios. A não disponibilização dos processos para análise devido à falta de apresentação do projeto pelos proponentes, como também o não atendimento das convenientes em relação às pendências de documentação para a aprovação interferiram no nº de domicílios implantados, pois estes não foram contabilizados como melhorias implantadas no referido exercício. Um outro fator que contribuiu para o não cumprimento em sua totalidade foi o corpo técnico insuficiente para o acompanhamento dos convênios, portanto alguns com recurso pago terão visitas em 2011.

OBSERVAÇÃO: Para contagem dos indicadores relacionados aos convênios do PAC foram considerados os convênios que efetivamente deram entrada na documentação física para análise e acompanhamento do pleito nesta SUEST-RN.

### 3. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

#### 3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

##### Quadro A.3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
NÃO HOUVE OCORRÊNCIA NESTA UNIDADE JURISDICIONADA					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2010	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
<b>Razões e Justificativas:</b>					
Fonte:					

“Não houve ocorrência no período para as Contas Contábeis de códigos 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do SIAFF”

#### 3.2 Análise Crítica

“Não houve ocorrência no período para as Contas Contábeis de códigos 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do SIAFF”

### 4. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

#### 4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

##### Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$  
1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamento acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo Pagar em 31/12/2011
2011	33.561,36	-	33.561,36	-
2010	-	-	-	-
.....	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamento acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo Pagar em 31/12/2011
2011	38.885,33	23.139,53	15.745,80	-
2010	13.213,19	-	13.213,19	-
.....	-	-	-	-
<b>Observações/Análise Crítica:</b>				
O valor de Restos a Pagar Processados inscritos em 2011 foi pago no exercício, e não existia saldo referente ao exercício de 2009. Os valores referentes Restos a Pagar não Processados dos exercícios 2009 e 2010 são equivalentes e foram pagos nos respectivos anos de inscrição.				

Fonte:

## 5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS

### 5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

#### 5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

**Quadro A.5.1 Força de Trabalho da UJ – situação apurada em 31/12/2011**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2011	Egressos em 2011
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em cargos efetivos (1.1 +1.2)</b>	<b>93</b>	<b>93</b>	-	<b>04</b>
<b>1.1 Membros de poder e agentes políticos</b>	-	-	-	-
<b>1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)</b>	<b>93</b>	<b>93</b>	-	<b>04</b>
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	92	92	-	04
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	01	01	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	-	-
<b>3. Total de servidores (1+2)</b>	<b>94</b>	<b>94</b>	-	<b>04</b>

Fonte: Sistema SIAPE

**Quadro A.5.2 – Situação que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – situação em 31/12/2010**

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>280</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	<b>1</b>
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	279*
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>-</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eleito	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participar em Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>3</b>
3.1. De ofício, no interesse da Administração	1
3.2. A pedido, a critério da Administração	1
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por motivo de saúde	1
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
<b>4. Licença remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>-</b>
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
<b>5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>1</b>
5.1. Afastamento do cônjuge u companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-

5.5. Mandato classista	1
<b>6. Outras situações (Especificar o ato normativo)</b>	-
<b>7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	284

\* - Referem-se às Leis nº 8.270; art. 2º, § 1 da Lei nº 6.999/82 e art. 6º, § 2º da Resolução TSE nº 23.255/2010.

Fonte: Sistema SIAPE

**Quadro A.5.3 – Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificados da UJ (situação em 31 de dezembro)**

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificados	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em comissão</b>	<b>07</b>	<b>07</b>	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
<b>1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior</b>	<b>07</b>	<b>07</b>	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	03	03	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	01	01	-	-
1.2.4. Sem vínculo	03	03	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
<b>2. Funções gratificadas</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	-	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	12	12	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outro órgão e esferas	-	-	-	-
<b>3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)</b>	<b>19</b>	<b>19</b>	-	-

Fonte: Sistema SIAPE

**Quadro A.5.4 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária - situação apurada em 31/12/2011**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidor por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	-	<b>12</b>	<b>116</b>	<b>248</b>	<b>18</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	11	116	248	18
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	01	-	-	-
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	<b>01</b>	<b>02</b>	<b>01</b>	<b>14</b>	<b>01</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	01	-	01	04	01
2.3. Funções gratificadas	-	02	-	10	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>01</b>	<b>14</b>	<b>117</b>	<b>262</b>	<b>19</b>

Fonte: Extrator de dados/SIAPE.

**Quadro A.5.5 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade – situação apurada em 31/12/2011**

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	-	<b>03</b>	<b>11</b>	<b>29</b>	<b>176</b>	<b>152</b>	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-					-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	03	11	29	176	151	-		-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	11	8	-	-	
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	3	4	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	8	4	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	<b>03</b>	<b>11</b>	<b>29</b>	<b>187</b>	<b>160</b>	-	-	-

**LEGENDA**  
**Nível de Escolaridade**  
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extrator de dados/SIAPE.

## 5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

**Quadro A.5.6 – Composição do Quadro de Servidores Inativos – situação apurada em 31 de dezembro de 2011**

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentadoria até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência 2011
<b>1. Integral</b>	<b>371</b>	<b>11</b>
1.1 Voluntária	306	11
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	65	-
1.4 Outras	-	-
<b>2. Proporcional</b>	<b>76</b>	<b>-</b>
2.1 Voluntária	62	-
2.2 Compulsória	05	-
2.3 Invalidez Permanente	09	-
2.4 Outras	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>447</b>	<b>11</b>

Fonte: Sistema SIAPE.

**Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – situação apurada em 31/12/2011**

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>462</b>	<b>14</b>
1.1 Integral	324	9
1.2 Proporcional	138	5
<b>2. Em Atividade</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>462</b>	<b>14</b>

Fonte: Sistema SIAPE.

## 5.3 Composição do Quadro de Estagiário

**Quadro A.5.8 - Composição do quadro de Estagiários**

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa do exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>46.728,77</b>
Área Fim	2	2	1	1	9.453,86
Área Meio	6	6	6	5	37.274,91
<b>2. Nível Médio</b>	<b>22</b>	<b>21</b>	<b>19</b>	<b>15</b>	<b>71.779,89</b>
Área Fim	7	8	8	8	29.100,97
Área Meio	15	13	11	7	42.678,92
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>30</b>	<b>29</b>	<b>26</b>	<b>21</b>	<b>118.508,66</b>

Fonte: Sistema SIAPE.

#### 5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

**Quadro A.5.9 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois anteriores (EM R\$ 1,00)**

Tipologias/Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercício	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>											
Exercício	2011	8.552.906,66	0,00	5.717.146,76	592.985,75	954.282,79	1.385.271,08	0,00	0,00	73.109,18	<b>17.275.702,22</b>
	2010	24.454.307,00	0,00	18.252.491,28	2.454.027,74	4.058.857,45	1.833.277,90	0,00	12.856,99	204.408,84	<b>51.270.227,20</b>
	2009	27.446.949,74	0,00	24.086.996,71	3.409.864,38	2.836.733,30	1.171.399,13	0,00	0,00	290.088,58	<b>59.242.031,84</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercício	2011	42.910,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>42.910,00</b>
	2010	79.690,00	0,00	6.130,00	4.086,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>89.906,66</b>
	2009	130.773,60	0,00	9.705,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>140.479,43</b>
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença*</b>											
Exercício	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercício	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercício	2011	112.591,81	45.230,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>157.822,54</b>
	2010	173.213,73	70.195,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>243.409,70</b>
	2009	166.350,27	75.884,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>249.234,80</b>
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>											
Exercício	2011	122.585,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>122.585,52</b>
	2010	194.171,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>194.171,02</b>
	2009	176.771,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>176.771,54</b>

Fonte: Sistema SIAPE.

\* - No Sistema SIAPE as rubricas remuneratórias são comuns a servidores da sede e aos cedidos.

## 5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

**Quadro A.5.9 – Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada**

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
<b>Motorista</b>	08	09	07	05	00
<b>Análise crítica da situação da terceirização no órgão</b>					
<p>A contratação ocorre com fundamento na Lei nº 9.632/98, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta autárquica e fundacional.</p> <p>A Suest/RN encaminhou a Coordenação-Geral de Recursos Humanos/Cgerk/Deadm, em agosto/2011, o Memorando nº 54/Sereh, sugerindo a realização de concurso público, considerando o elevado quantitativo de servidores que preencheram ou que se encontram na iminência de os requisitos para aposentadoria, o quantitativo de servidores cedidos ao SUS e o percentual de servidores terceirizados que a Suest dispõe para o desempenho de suas atribuições.</p>					

**Quadro A.5.10 – Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público ou de Provedimento Adicional Autorizados**

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
<b>NÃO HOUVE OCORRÊNCIA NESTA UNIDADE</b>	<b>JURISDICIONADA</b>	

Fonte:



**Quadro A.5.11 – Autorização para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados - “NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”**

**5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higienização e vigilância ostensiva pela unidade**

**Quadro A.5.12 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva**

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Rio Grande do Norte													
UG/Gestão: 255020 / 36211						CNPJ: 26.989.350/2011-98							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	25255.006.384/2010-93	ROLAND VIGILÂNCIA LTDA CNPG 07.573.987/0001-82	01/04/2011	01/04/2012			13	13			A
2010	L	O	25255.001.283/2010-26	SALMOS – COMÉRCIO, REP E SERV. LTDA. CNPJ 06.982.630/0001-95	22/04/2010	22/04/2012	20	20					P
<b>Observações:</b> O contrato de vigilância foi reduzido para 9 contratados a partir de 10 de dezembro de 2011.													
<p><b>LEGENDA:</b>  <b>Área:</b> (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  <b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.  <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>													

**Quadro A.5.13 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra**

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Rio Grande do Norte													
UG/Gestão: 255020 / 36211						CNPJ: 26.989.350/0011-98							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	4, 6, 7, 8, 11 e 14	O	25255.000.128/2009-95	SALMOS – COMERCIO, REP. E SERV. LTDA. CNPJ: 06982.630/0001-95	03/04/2009	03/04/2012			50	50			P

**LEGENDA**

**Área:**

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
14. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato;  
(C) Efetivamente contratada.

Fonte:

## 5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2010	Meta 2011	Resultado 2011
Percentual de servidores em exercício Funasa.	Conhecer os servidores que atuam na instituição	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Servidores em exercício}}{\text{Total de servidores ativos}} \times 100$ <p>Eficácia 2009(%) = 93/1.091*100=8,52%</p> <p>Eficácia 2010(%) = 93/301*100=30,89%</p> <p>Eficácia 2011(%) = 91/279=32,61%</p>	Eficácia	Siape	Siape	DEADM SUEST	30,89%		32,61%

Observação:

Ver Análise crítica/observações feitas às fls. 91.

### **Análise crítica / Observações:**

As informações, a seguir descritas, foram apresentadas, pelo Serviço de Recursos Humanos, por meio do Memorando nº 31/SEREH, datado de 16 de março de 2012.

Na Área de Recursos Humanos os principais indicadores são, necessariamente, o quantitativo de servidores que integram o Quadro de Pessoal da instituição. Levando-se em consideração a relação existente entre o quantitativo de servidores ativos e que os que efetivamente estão em exercício nesta Sede, teremos um indicador da eficiência do aproveitamento dessa força de trabalho.

Um indicador que deve realmente ser analisado de forma imediata é o quantitativo de servidores com Abono de Permanência, no âmbito desta SUEST/RN. Esse indicador reflete a necessidade primordial da realização de concurso público, haja vista que demonstra uma elevada quantidade de servidores que estão prestes a se aposentarem.

Em 2011, esta SUEST/RN possuía 99 (noventa e nove) servidores usufruindo de Abono de Permanência, de tal modo, percebe-se a rápida saída de profissionais que estão se aposentando sem que haja uma correspondente substituição.

Por fim, vale salientar que os indicadores gerais sobre os Recursos Humanos são aferidos com base na seguinte fórmula:

Percentual de servidores em exercício na Funasa (%) =	Número de servidores em exercício / Total de servidores ativos
---	--

Em 2011 a eficácia do aproveitamento da força de trabalho desta SUEST/RN pode ser averiguada da seguinte memória de cálculo, na distribuição: 91 servidores na sede e 279 cedidos:

$$\text{Eficácia 2011 (\%)} = 91 / 279 = 32,61 \%$$

Ressalte-se que não se deve olvidar, na análise desse indicador gerencial, a já salientada quantidade de servidores que percebem o Abono de Permanência, que se reduz a cada ano sem a correspondente substituição.

Desta feita, diante da explanação retro, espera-se que o Serviço de Recursos Humanos/Sereh tenha apresentado todas as informações requeridas referentes à análise e utilização de indicadores para a tomada de decisão. Contudo, faz-se mister salientar que de nada adianta a mera análise de indicadores sem a correspondente tomada de decisão. Motivo pelo qual deixo expressa a necessária realização de concurso público para suprir a defasagem de pessoal pela qual passa esta SUEST/RN.

## **6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS**

### **6.1 Instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011**

**Quadro A.6.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência (“NÃO SE APLICA A SUEST”).**

**Quadro A.6.2 Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios (“NÃO SE APLICA A SUEST”).**

**Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferências que vigerão em 2011 e exercícios seguintes (“NÃO SE APLICA A SUEST”).**

### **6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse**

**Quadro A.6.4. Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.**

1,00

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Estadual do Rio Grande do Norte					
CNPJ: 26.989.350/0001-16			UG/GESTÃO: 36211		
Exercício da prestação das contas	Quantidade e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas Prestadas	Quantidade	40		
		Montante Repassado	8.559.492,14		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	24		
		Montante Repassado	15.746.084,46		
2010	Contas Prestadas	Quantidade	70		
		Montante Repassado	13.810.359,39		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	01		
		Montante Repassado	119.974,07		
2009	Contas Prestadas	Quantidade	76		
		Montante Repassado	18.839.959,69		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	02		
		Montante Repassado	3.488.241,36		

Fonte: SIAFI/SICONV/PLANILHA DE CONVÊNIOS SECON/SUEST/RN

**Quadro A.6.5 - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse**

Valores em R\$  
1,00

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>					
<b>Nome: Superintendente Estadual do Rio Grande do Norte</b>					
<b>CNPJ: 26.989.350/0001-16</b>			<b>UG/GESTÃO: 36211</b>		
<b>Exercício da prestação das contas</b>	<b>Quantitativos e montantes repassados</b>			<b>Instrumentos</b>	
				<b>Convênios</b>	<b>Contratos de Repasse</b>
<b>2011</b>	<b>Quantidade de contas prestadas</b>			<b>83</b>	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	<b>8</b>	
			Contas Não analisadas	<b>75</b>	
	<b>Montante repassado (R\$)</b>			<b>30.982.498,59</b>	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	<b>14</b>	
			Quantidade Reprovada	<b>14</b>	
			Quantidade de TCE	<b>4</b>	
Contas NÃO analisada		Quantidade	<b>43</b>		
<b>Montante repassado (R\$)</b>			<b>15.930.713,00</b>		
<b>2010</b>	<b>Quantidade de contas prestadas</b>			<b>103</b>	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		<b>34</b>	
		Quantidade Reprovada		<b>6</b>	
		Quantidade de TCE		<b>17</b>	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		<b>60</b>	
<b>Montante repassado (R\$)</b>			<b>15.436.171,21</b>		
<b>2009</b>	<b>Quantidade de contas prestadas</b>			<b>115</b>	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		<b>31</b>	
		Quantidade Reprovada		<b>19</b>	
		Quantidade de TCE		<b>12</b>	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		<b>65</b>	
<b>Montante repassado</b>			<b>16.274.740,00</b>		
<b>Exercícios anteriores a 2009</b>	Contas NÃO analisadas	Quantidade		<b>6</b>	
	<b>Montante repassado</b>			<b>86.734,59</b>	

Fonte: SIAFI/SICONV/PLANILHA DE CONVÊNIO SECON/SUEST/RN

### 6.3 Análise Crítica

As informações (análise crítica) a seguir apresentadas, foram encaminhadas pela área técnica (SECON/FUNASA/SUEST/RN), por meio do memorando nº 037/2012 - Serviço de Convênios-SECON, datado de 09 de março de 2012, conforme segue:

No ano de 2011 (dois mil e onze) foram apresentadas a SUEST/RN, 83 (oitenta e três) prestações de contas de convênios, que representam a transferência de recursos da ordem de R\$ 30.982.921,59 (trinta milhões, novecentos e oitenta e dois mil, novecentos e vinte e um reais, cinquenta e nove centavos), para intervenções na área de saneamento.

Dentre os 83 (oitenta e três) convênios que receberam recursos apresentaram prestação de contas 08 (oito) tiveram suas contas analisadas dentro do prazo de vencimento e 75 (setenta e cinco) não tiveram suas contas analisadas dentro do prazo.

Foram analisadas fora do prazo 32 (trinta e duas) prestações de contas, sendo que 14 (quatorze) foram aprovadas, 18 (dezoito) foram reprovadas, das quais 4 (quatro) receberam a instauração de TCE (Tomada de Contas Especial). Sendo analisadas ao todo, 40 (quarenta) prestações de contas.

Deixaram de serem analisadas 43 (quarenta e três) prestações de contas. É importante salientar que das 43 não analisadas, 26 encontram-se na área técnica (Divisão de engenharia), aguardando parecer e 17 por força da portaria 623 não necessitam de análise, tendo em vista, os convênios de até R\$ 500.000,00 careceram apenas de uma única prestação de contas.

Em 2011 apenas 9,6% dos convênios tiveram suas conta analisadas dentro do prazo, sendo 90,4% analisados fora do prazo. Foram analisados ao todo 40 (quarenta) prestações de contas no ano de 2011 o que equivale a 43,8 % do total e 56,2 % deixaram de ser analisadas.

No ano de 2010 55,3% das prestações de contas foram analisadas, restando 44,7% sem análise.

O ano de 2009 apresenta-se com os seguintes números, 54,4% de prestação de contas analisadas e 45,6 % sem análise.

Comparando o ano de 2011 aos de 2010 e 2009, podemos afirmar que no que diz respeito à quantidade de contas aprovadas, 2011 apresentou em percentual de 16,8%, enquanto que, os anos anteriores apresentaram um percentual de 33 % e 26%, respectivamente, sendo o ano de 2011 o de menor aprovação de prestação de contas. Referente ao percentual de reprovação os percentuais se apresentam da seguinte forma: 2011 = 12%, 2010 = 0,03% e 2009 = 16,5%. Quanto ao número de TCEs instauradas a situação é a seguintes: 2011 = 4,8%, 2010 = 16,5% e 2009 = 10,4%.

Fazendo a leitura dos números podemos concluir o seguinte: O baixo percentual de aprovação deve-se principalmente a dois fatores; 1º – A demora na emissão de parecer por parte do setor técnico e 2º – A não obrigatoriedade de prestação de contas parcial para os convênios com valores abaixo de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Em se tratando do número de reprovação e TCEs, identificamos como fator determinante:

1. Corpo técnico das prefeituras insuficientes;
2. Feitura das prestações de contas por escritórios contratados ou por associações de municípios; e
3. Falta de acompanhamento “um loco”.



## 7. DECLARAÇÃO REFERENTE A CONTRATOS E CONVÊNIOS

### 7.1 Declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

#### Quadro A.7.1 – Declaração de Inserção e Atualização de dados no SIASG e SICONV



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
Avenida Alexandrino de Alencar, 1402 – Tirol  
Natal/RN - CEP: 59.015-350  
Fone: (84) 3220-4745//4746 - Fax: (84) 3220-4744

## DECLARAÇÃO

Eu, Roberto Medeiros Germano portador do CPF nº 200.139.224-91, Superintendente Estadual da Superintendência Estadual do Rio Grande do Norte, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que somente algumas das informações referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Natal, 09 de março de 2012

  
ROBERTO MEDEIROS GERMANO

CPF: 200.139.224-91

Superintendente Estadual do Rio Grande do Norte

## 8. INFORMAÇÕES SOBRE DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS

Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

### DECLARAÇÃO

Eu, Roberto Medeiros Germano, CPF nº 200.139.224-91, Superintendente Estadual da Superintendência Estadual do Rio Grande do Norte, exercido na Fundação Nacional de Saúde, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que estão sendo tomadas todas as medidas necessárias ao cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Natal, 28 de março de 2012.

  
ROBERTO MEDEIROS GERMANO

200.139.224-91

Superintendente Estadual do Rio Grande do Norte

## 8.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93

### Quadro A.8.1 – Demonstrativo do Cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entrega a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
<b>Autoridades</b> (Inciso I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança u em Comissão)	Obrigados a entregar a DBR	4	-	-
	Entregaram a DBR	4	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

## 8.2 Análise Crítica

As informações (análise crítica) a seguir apresentadas, foram encaminhadas pela área técnica (SEREH/FUNASA/SUEST/RN), por meio do memorando nº 038/2012/SEREH, datado de 29 de março de 2012, conforme segue:

Registro que o Setor de Cadastro e Pagamento/SOCAD/SEREH é a unidade responsável pela recepção das DBR (em papel) dos servidores desta Superintendência Estadual da FUNASA no RN e que essas declarações são guardadas em pastas funcionais devido à natureza confidencial desses documentos, assim como, acentuo a inexistência de sistema informatizado para o trabalho do SOCAD/SEREH.

## 9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO DA UJ.

### 9.1 Estrutura de controles internos da UJ

#### Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e		X			

servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		X			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.		X			
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
Considerações gerais: Para analisar as afirmativas constantes do quadro A.9.1(Estrutura de Controles Internos da UJ), o Superintendente Estadual da FUNASA/SUEST/RN, definiu que os formulários fossem distribuídas com as áreas estratégicas da FUNASA/SUEST/RN, (Divisão de Administração; Serviços de Convênios; Serviço de Recursos Humanos; Divisão de Engenharia de Saúde Pública e Serviço de Saúde Ambiental), e, após o recebimento do formulário das referidas áreas, houve tabulação dos dados apresentados, encontrando-se uma média entre as diversas opiniões apresentadas pela gerencias destas áreas estratégicas.					
<b><u>LEGENDA</u></b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## 10. INFORMAÇÕES QUANTO A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### 10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

**Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?		X			
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			X		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?		X			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?			X		
<i>Considerações Gerais:</i> Para analisar as afirmativas constantes do quadro A.10.1(Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis), o Superintendente Estadual da FUNASA/SUEST/RN, definiu que os formulários fossem distribuídas com as áreas estratégicas da FUNASA/SUEST/RN, (Divisão de Administração; Serviços de Convênios; Serviço de					

Recursos Humanos; Divisão de Engenharia de Saúde Pública e Serviço de Saúde Ambiental), e, após o recebimento do formulário das referidas áreas, houve tabulação dos dados apresentados, encontrando-se uma média entre as diversas opiniões apresentadas pela gerências destas áreas estratégicas.

**LEGENDA**

***Níveis de Avaliação:***

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

## 11. INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIARI

### 1.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1- Estado do Rio grande do Norte		01
	Município de Natal (Superintendência Estadual do Rio Grande do Norte) SUEST/RN	01	01
	município 2	01	-
	município "n"	-	-
	UF "n"	-	-
	município 1	-	-
	município 2	-	-
	município "n"	-	-
Subtotal Brasil		01	01
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		01	01


1º) Em relação a localização Geográfica e Quantidade de Imóveis de Propriedade da União de Responsabilidade da UJ, os dados/informações, foram colhidos junto aos registros existentes no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – Spiunet.



**Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União (IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA FUNASA SUEST/RN)**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	<b>UF 1- Estado do Rio Grande do Norte</b>	<b>46</b>	<b>46</b>
	Município de Angicos (Centro de Saúde de Angicos).	<b>01</b>	<b>01</b>
	Município de Apodí (Centro de Saúde de Apodí, Posto de Saúde de Córrego, posto de Saúde de Soledade, Posto de Saúde de Melancias e Santa Rosa).	<b>05</b>	<b>05</b>
	Município de Assu (Unidade Mista de Assú, Casa de Bomba, posto de Saúde de Santo Antônio, Posto de Saúde de Riacho e Nova Esperança).	<b>05</b>	<b>05</b>
	Município de Caicó (Centro de Operações de Caico, Distrito Sanitário de Caicó).	<b>02</b>	<b>02</b>
	Município Ceará-Mirim (Unidade Mista de Ceará-Mirim, Centro de Operações de Ceará-Mirim Posto de Saúde de Aningas, Posto de Saúde de Coqueiros, Posto de Saúde de Primavera, Posto de Saúde de Primeira Lagoa, Posto de Saúde de Capela, Posto de Saúde de Massangana e Mineiro).	<b>09</b>	<b>09</b>
	Município de Currais novos (Centro de Saúde de Currais-Novos, Posto de São Sebastião, posto de Saúde de Boa Vista, Posto de Saúde de Catunda, Posto de Saúde de Povoado Cruz, Posto de Saúde de Trangola e Totoró).	<b>07</b>	<b>07</b>
	Município de Fernando Pedrosa (Centro de Saúde de Fernando Pedroza).	<b>02</b>	<b>02</b>
	Município de Macaíba (Centro de Saúde de Macaíba/Prédio Antigo), Centro de Saúde Macaíba Prédio Atual), Posto de Saúde de Traíras, Posto de Saúde de Cajazeiras, Posto de Lagoa do Lima, Posto de Saúde de Canabrava, Posto de Saúde de Lagoa do Sítio, e Mangabeira).	<b>08</b>	<b>08</b>
	Município de Pureza (Centro de Saúde de Pureza).	<b>01</b>	<b>01</b>
	Município de Pau dos Ferros (Centro de Saúde de Pau dos Ferros).	<b>01</b>	<b>01</b>
	Município de Serra Negra do Norte (Centro de Saúde de Serra Negra do Norte).	<b>01</b>	<b>01</b>
	Município de Santa Cruz (Centro de Saúde de Santa Cruz).	<b>01</b>	<b>01</b>
	Município de Touros (Posto de Saúde de Vila Assis, Posto de Saúde de Cajueiro e Vila Israel).	<b>03</b>	<b>03</b>
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>46</b>	<b>46</b>
EXTERIOR	<b>PAÍS 1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	<b>PAÍS "n"</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	cidade 1		
	cidade 2		
cidade "n"			
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte:



1º) Em relação a localização Geográfica e Quantidade de Imóveis de Propriedade da União de Responsabilidade da UJ, os dados/informações, foram colhidos junto aos registros existente no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União-Spiunet.

**Quadro A.11. 3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ (BENS DE PROPRIEDADE DA FUNASA SUEST/RN)**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
255020	1619.00001.500-2	5	3	174.139,43	04/12/2007	174.139,43	-	-
255020	1619.00005.500-4	5	6	32.487,00	04/12/2007	32.487,00	-	-
255020	1619.00006.500-0	5	6	28.477,50	04/12/2007	28.477,50	-	-
255020	1619.00007.500-5	5	6	32.487,00	04/12/2007	32.487,00	-	-
255020	1619.00008.500-0	5	6	31.694,68	11/12/2007	31.694,68	-	-
255020	1603.00001.500-6	5	4	471.092,49	29/11/2007	471.092,49	12.305,60	-
255020	1603.00042.500-0	5	4	10.615,73	29/11/2007	10.615,73	-	-
255020	1603.00045.500-6	5	4	32.577,69	29/11/2007	32.577,69	1.230,00	-
255020	1603.00044.500-0	5	4	36.129,29	29/11/2007	36.129,29	4.262,08	-
255020	1603.00043.500-5	5	4	32.045,54	29/11/2007	32.045,54	1.230,00	-
255020	1615.00002.500-58	5	4	112.681,44	19/11/2007	112.681,44	5.438,65	-
255020	1639.00001.500-7	5	4	206.570,69	11/12/2007	225.462,50	45.000,00	-
255020	1639.00012.500-7	5	4	137.773,50	11/12/2007	137.773,50	7.997,34	1.730,00
255020	1651.00002.500-1	5	4	223.682,93	26/12/2000	223.682,93	-	-
255020	1651.00001.500-6	5	3	609.809,79	26/12/2000	609.809,79	6.423,50	-
255020	1651.00017.500-3	5	4	31.778,42	26/12/2000	31.778,42	-	-
255020	1651.00015.500-2	5	3	30.164,44	26/12/2000	30.164,44	1.497,70	-
255020	1651.00013.500-1	5	6	40.466,04	26/12/2000	40.466,04	-	-

255020	1651.00014.500-7	5	6	20.164,44	26/12/2000	20.164,44	9.908,30	-
255020	1651.00016.500-8	5	4	34.248,85	26/12/2000	34.248,85	-	-
255020	1651.00012.500-6	5	4	30.164,44	26/12/2000	30.164,44	2.031,30	-
255020	1651.00048.500-2	5	4	29.446,58	27/04/2011	29.446,58	-	-
255020	1661.00001.500-3	5	3	204.431,93	07/11/2007	242.769,97	-	-
255020	1661.00021.500-2	5	4	23.413,65	07/11/2007	23.413,65	-	-
255020	1661.00018.500-6	5	6	36.129,29	07/11/2007	36.129,29	-	-
255020	1661.00017.500-0	5	4	36.129,29	07/11/2007	36.129,29	-	-
255020	1661.00020.500-7	5	4	22.463,25	07/11/2007	22.463,25	-	-
255020	1661.00019.500-1	5	4	47.659,25	07/11/2007	47.659,25	-	-
255020	1661.00016.500-5	5	4	36.129,29	07/11/2007	36.129,29	-	-
255020	1615.00008.500-8	5	4	37.311,85	19/11/2007	59.438,40	-	-
255020	1741.00002.500-0	5	3	33.398,27	26/11/2000	33.398,27	-	-
255020	1741.00001.500-5	5	3	117.639,83	26/11/2000	117.639,83	-	-
255020	1741.00013.500-0	5	3	25.596,07	26/12/2000	25.596,07	-	-
255020	1741.00011.500-0	5	3	23.547,29	26/12/2000	23.547,29	-	-
255020	1741.00014.500-6	5	4	19.713,07	26/12/2000	19.713,07	-	-
255020	1741.00012.500-5	5	3	23.308,04	26/12/2000	23.308,04	-	-
255020	1741.00010.500-4	5	6	23.547,29	26/12/2000	23.547,29	-	-
255020	1741.00009.500-9	5	4	23.416,79	26/12/2000	23.416,79	-	-
255020	1807.00001.500-1	5	4	135.307,09	26/12/2000	135.307,09	45.000,00	25.000,00
255020	1787.00001.500-3	5	3	170.872,43	26/12/2000	170.872,43	8.350,00	1.430,00
255020	1823.00001.500-3	5	4	103.445,55	29/10/2007	533.184,00	5.923,56	7.560,00

<b>255020</b>	<b>1865.00001.500-9</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>29.656,66</b>	<b>13/12/2007</b>	<b>29.659,66</b>	<b>4.800,00</b>	<b>-</b>
<b>255020</b>	<b>1885.00021.500-2</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>84.588,74</b>	<b>27/11/2011</b>	<b>84.588,74</b>	<b>--</b>	<b>-</b>
<b>255020</b>	<b>1885.00023.500-3</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>23.955,14</b>	<b>30/08/2011</b>	<b>23.955,14</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>255020</b>	<b>1885.00007.500-6</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>24.416,29</b>	<b>13/11/2007</b>	<b>24.416,29</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>255020</b>	<b>1761.00009.500-3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>2.358.990,80</b>	<b>28/02/2008</b>	<b>2.358.990,80</b>	<b>661,17</b>	<b>3.642,19</b>
<b>255020</b>	<b>0416.00002.500-5</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>19.793,40</b>	<b>31/08/2011</b>	<b>19.793,40</b>	<b>1.260,00</b>	<b>6.591,00</b>
							<b>163.319,30</b>	<b>45.953,19</b>

Fonte: SPIUNET/SIAFI E Sopat/Salog/Diadm/Suest/RN

## **Análise Crítica**

1º) Em relação a UG, Número do Registro Imobiliário Patrimonial-RIP, Regime, Valor Histórico, Data da Avaliação e Valor Reavaliado, os dados/informações, foram colhidos junto aos registros existentes no Sistema Spiunet- Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União;

2º) Em relação ao Estado de Conservação, os dados/informações foram colhidos junto aos Termos de Vistoria e de Responsabilidade para Formalização dos Termos de Cessão de Uso, elaborado pelo servidor Guilherme Pinto da Silva, Técnico designado pela Divisão de Engenharia/SUEST/RN, conforme Memorando nº 177/Sensp;

3º) No que se refere a despesas com manutenção no exercício:

3.1- Rip nºs 1619.00001.500-2, 1619.00005.500-4, 1619.00006.500-0, 1619.00007.500-5 e 1619.00008.500-0, Conforme consta do ofício nº 057/2012, expedido pela Prefeitura Municipal de Apodí/RN, Para o Centro de Saúde de Apodí/Rn, Posto de Saúde de Santa Rosa, Posto de Saúde de Melândias, Posto de Saúde de Córrego e Posto de Saúde de Soledade, não foi efetuada nenhuma despesa com manutenção, do imóvel, bem como, com instalações no exercício de 2011.

3.2- Rip nºs 1603.00001.500-6, 1603.00042.500-0, 1603.00045.500-6, e 1603.00043.500-5, Conforme consta do ofício nº 034/2012, expedido pela Prefeitura Municipal de Assú/RN, Para Unidade Mista de Assú, Posto de Saúde de Riacho, Posto de Saúde de Santo-Antônio e Posto de Saúde de Nova Esperança, foram declarados valores despesas com manutenção dos imóveis, e não consta nenhuma despesas para o imóvel, Casa de Bomba Rip nº 1603.00042.500-0.

3.3- Rip nº 1615.00002.500-5, Conforme consta do ofício 014/2012, expedido pela Prefeitura Municipal de Angicos/RN, Para o Centro de Saúde de Angicos/RN, foram declarados valores de despesas com manutenção do imóvel e não foi efetuada nenhuma despesas com instalações no exercício de 2011.

3.4- Rip nº 1639.00001.500-7, Conforme consta do ofício nº s/n, expedido pelo Atlético Clube do Contintians, para o Centro de Operações de Caicó/RN, foi declarados valores de despesas com manutenção do imóvel e não foi efetuada nenhuma despesas com instalações no exercício de 2011.

3.5- Rip nº 1639.00012.500-7, Conforme consta do ofício nº 007/2012, expedido pela Secretaria Municipal de Saúde de Caicó/RN, Para o Distrito Sanitário de Caicó/RN, foi declarados valores despesas com manutenção e instalações do imóvel no exercício de 2011.

3.6- Rip nºs 1651.00002.500-1, 1651.00001.500-6, 1651.00017.500-3, 1651.00015.500-2, 1651.00013.500-1, 1651.00014.500-7, 1651.00016.500-8, 1651.00012.500-6 e 1651.00048.500-2, Conforme consta do ofício nº 016/2012,

expedido pela Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim/RN, Para a Unidade Mista de Ceará-Mirim, Posto de Saúde de Primavera, Posto de Saúde de Primeira-Lagoa, Posto de Saúde de Aningas, Posto de Saúde de Mineiro Posto de Saúde de Capela, Posto de Saúde de Massangana e Posto de Saúde de Coqueiros, foram declarados valores de despesas com manutenção dos imóveis, Unidade Mista de Ceará-Mirim Rip nº 1651.00001.500-6, Posto de Saúde de Mineiro Rip nº 1651.00014.500-7, Posto de Saúde de Primeira Lagoa Rip nº 1651.00015.500-2 e 1651.00012.500-6, e não foram efetuadas nenhuma despesas com instalações no exercício de 2011.

3.7- Rip nºs 1661.00001.500-3, 1661.00021.500-2, 1661.00018.500-6, 1661.00017.500-0, 1661.00020.500-7, 1661.00019.500-1 e 1661.00016.500-5, Conforme consta do ofício nº 069/2012-GP, expedido pela Prefeitura Municipal de Currais-Novos, Para o Centro de Saúde de Currais-Novos, Posto de Saúde de Totoró, Posto de Saúde de São Sebastião, Posto de Saúde de Povoado Cruz, Posto de Saúde de Catunda e Posto de Saúde de Boa Vista, não há como especificá-las, as despesas pois foram executados valores despesas com manutenção e instalações dos imóveis no exercício 2011, por servidores da Prefeitura, bem como utilizando material já licitado e estocado no Setor competente.

3.8- Rip nº 1615.00008.500-8, Registro em duplicidade e, deverá ser excluído de seqüência.

3.9- Rip nºs 1741.00002.500-0, 1741.00001.500-5, 1741.00013.500-0, 1741.00011.500-0, 1741.00014.500-6, 1741.00012.500-5, 1741.00010.500-4 e 1741.00009.500-9, Centro de Saúde de Macaíba (Prédio Antigo), Centro de Saúde de Macaíba, (Prédio atual), Posto de Saúde de Canabrava, Posto de Saúde de Traíras, Posto de Saúde de Lagoa do Sítio, Posto de Saúde de Cajazeiras, Posto de Saúde de Lagoa do Lima e Posto de Saúde de Mangabeira, Prefeitura Municipal de Macaíba. Até a data da emissão deste relatório (08/03/2012), não foi encaminhado pela Prefeitura informações sobre os referidos imóveis, apesar das insistentes cobranças do Sopat/Suest/RN.

3.10- Rip nº 1807.00001.500-1, Conforme consta do ofício nº 17/2012-GP, expedido pela Prefeitura Municipal de Pureza/RN, para o Centro de Saúde de Pureza/RN, foram declarados valores despesas com manutenção e instalações no exercício de 2011.

3.11- Rip nº 1787.00001.500-3, conforme consta do ofício nº 051/2012/SMSS, expedido pela Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros/RN, para o Centro de Saúde de Pau dos Ferros, foram declarados valores de despesas com manutenção do imóvel e instalações no exercício de 2011.

3.12- Rip nº 1823.00001.500-3, Conforme consta do ofício nº 025/2012, expedido pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz/RN, para o Centro de Saúde de Santa-Cruz/RN, foram declarados valores de despesas com manutenção e instalações do imóvel no exercício de 2011.

3.13- Rip nº 1865.00001.500-9, Conforme consta do ofício/GAB/PMSNN/RN nº 0386/2011, expedido pela Prefeitura Municipal de Serra Negra do Norte/RN, para o Centro e Saúde de Serra Negra do Norte/RN, foram declarados valores de despesas com manutenção do imóvel, não foi efetuada nenhuma despesas com instalações no exercício de 2011.

3.14- Rip nº 1885.00021.500-2, 1885.00023.500-3 e 1885.00007.500-6, Conforme consta do ofício nº 015 expedido pela Prefeitura Municipal de Touros/RN, para os Postos de Saúde de Cajueiro, Posto de Saúde de Vila Israel e Posto de saúde de Vila Assis, Conforme consta do ofício nº 015/2012, não foram declarados valores de despesas com manutenção e instalações do imóvel no exercício de 2011.

3.15- Rip nº 1761.00009.5003, Superintendência Estadual do Rio Grande do Norte SUEST/RN, informo que conforme registros no RMA, foram declarados valores de despesas com manutenção e instalações do imóvel no exercício de 2011.

3.16- Rip nº 0416.00002.500-5, Conforme consta do ofício nº 07/2012, expedido pela Prefeitura Municipal de Fernando Pedrosa/RN, para o Centro de Saúde de Fernando Pedrosa, foi declarados valores de despesas com manutenção do imóvel e instalações no exercício de 2011.



## 12. INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).

**DEIXAMOS DE RESPONDER A QUADRO TENDO EM VISTA QUE ESTA SUEST/RN, NÃO TEM CONTRATO DE TI (CONFORME ORIENTAÇÃO DO CGPLA)**

### QUADRO A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento da área</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da J como um todo.					
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					
3. Há comitê que decide sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					
<b>Perfil da Informação</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					
5. Há carreiras específicas para a área de TI no Plano de cargos do Órgão/Entidade.					
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviços das soluções de TI do órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultados para UJ e não somente em termos de TI.					
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					
<b>Considerações em Gerais:</b>					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significativa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ;					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significativa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ;					
(3) <b>Neutra:</b> Significativa como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ;					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, AM sua maioria;					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

### 13. INFORMAÇÃO SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO

#### 13.1 Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

Quadro A.13.1 – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por portador

Código da UG 1		Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Gilza Vidal de Negreiros Lima	526.739.524-20	7.803,00	121,09	1.792,09	1.909,98
Clézia Alencar de Oliveira	663.532.464-04	16.604,00	450,00	269,92	746,92
Total utilizado pela UG					
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
Total utilizado pela UG					
Total utilizado pela UJ					

Fonte:

Quadro A.13.2 – Despesas com Cartão de Crédito Cooperativo (série histórica)

Valores em R\$ 1,00

Exercício	Saque		Fatura		Total (R\$) (a+b)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	
2011	04	571,09	10	2.089,01	2.660,10
2010	22	1.649,22	10	3.640,69	5.289,91
2009	21	2.750,00	14	11.402,99	14.152,99

Fonte:

### 14. INFORMAÇÕES SOBRE RÉNUCIA TRIBUTARIA.

**(“NÃO SE APLICA A SUEST”).**

Justificativa: A Suest não executa renúncia tributária, pois a gestão orçamentária e financeira é de responsabilidade da Presidência.

**14.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ “NÃO SE APLICA À ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”**

**14.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida “NÃO SE APLICA À ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”**

**14.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física “NÃO SE APLICA À ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”**

**14.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica “NÃO SE APLICA À ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”**

**14.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária “NÃO SE APLICA À ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”**

**14.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas “NÃO SE APLICA À ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”**

**14.7 Comunicações à RFB “NÃO SE APLICA À ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”**

**14.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas “NÃO SE APLICA À ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”**

**14.9 Declaração “NÃO SE APLICA À ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”**

**14.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB “NÃO SE APLICA À ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”**

## 15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU.

### 15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

#### Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

IDENTIFICAÇÃO DO RA:			COMUNICAÇÃO EXPEDIDA:	
(ITEM DO RA): CONSTATAÇÃO	Nº do registro do SCDWEB	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	UNIDADE RESP. PARA AÇÃO	RESPOSTA DA UNIDADE/PROVIDÊNCIAS
Comunicação de Decisão Ofício nº 1592/2011 – TCU/SECEX-RN, datado de 23/11/2011	25255.015.753/2011-10	Encaminhado cópia de acórdão nº 9621/2011, no Processo de Contas Especial dando quitação.	EQUIPE CONVÊNIOS	Em 29/11/2011, cópia do acórdão foi encaminhada pelo Superintendente Estadual à SECON/RN, conforme consta o Despacho nº 1770/2011/Serviço de Convênios/SUEST/RN, datado de 14/12/2011, foi encaminhado para a FUNASA/Presidência, para providências.
Acórdão nº 43783/2011 – TCU/SECEX-RN	25255.016.092/2011-40	Encaminha cópia do acórdão nº 9346/2011-TCU-Primeira Câmara, nos Termos da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007.	SALOG/SOCOM/RN e SEREH/RN	Conforme consta o Despacho assinado por Célia Maria Gomes de Medeiros, datado de 07/12/2011, foi anexada cópia à ficha funcional do aposentado Jisuíno Umblino Barros, em 07/12/2011.
Ofício nº 0312/2011 – GAB - TCU/SECEX-RN	25255.013.270/2011-81	Encaminha cópia dos documentos entregues na SECEX/RN em 28/29/2011, referente ao débito imputado por meio do acórdão nº 3889/2008, TCU- Segunda Câmara.	PGF/PF/SERAD	O referido documento encontra-se na FUNASA/PRESIDÊNCIA, desde 31/10/2011, na PGF/PF/SERAD/Brasília.
Acórdão nº 41707/2011 – TCU/Sefip	25255.014.495/2011-54	Encaminha cópia de acórdão nº 9125/2011 – TCU – Primeira Câmara	SALOG/SOCOM/RN e SEREH/RN	Após Providências cabíveis, (cumprimento do acórdão nº 9125/2011) o documento foi arquivado no setor SALOG/SOCOM/RN.
Acórdão nº 41641/2011 – TCU/Sefip	25255.014.837/2011-36	Encaminha cópia de acórdão nº 9136/2011 – TCU – Primeira Câmara	SEREH/SACAD/RN	Anexado cópia do Acórdão nº 9136/TCU – 1º Câmara aos Processos de Pensão, bem como a ficha funcional dos citados pensionistas, o qual considerou o ATO LEGAL.
Acórdão nº 41706-TCU/Sefip	25255.014.494/2011-18	Envia cópia do acórdão 9124/2011 – TCU – Primeira Câmara	SALOG/SOCOM/RN e SEREH/RN	Após Providências cabíveis, foi arquivado no setor SALOG/SOCOM/RN.
Acórdão nº 41528-TCU/Sefip	25255.014.836/2011-91	Encaminha em anexo, cópia do acórdão 8924/2011 – TCU – Primeira Câmara	SALOG/SOCOM/RN e SEREH/RN	Após Providências cabíveis; anexado cópia do acórdão nº 8924/2011-TCU, às fichas funcionais, bem como aos processos de aposentadoria, e o documento foi arquivado no setor SALOG/SOCOM/RN.
Acórdão nº 39676-TCU/Sefip	25255.012.695/2011-72	Encaminha cópia do acórdão 8188/2011 – TCU – Primeira Câmara	SALOG/SOCOM/RN e SEREH/RN	Após Providências cabíveis; anexado cópia do acórdão nº 8188/2011-TCU, à ficha funcional, bem como aos processos de aposentadoria, e o documento foi arquivado no setor SALOG/SOCOM/RN.

Acórdão nº 39707-TCU/Sefip	25255.014.838/2011-81	Encaminha em anexo, cópia do acórdão 7052/2011 – TCU – Primeira Câmara	SALOG/SOCOM/RN e SEREH/RN	Após Providências cabíveis; anexado cópia do acórdão nº 7052/2011-TCU, às fichas funcionais, bem como aos processos de aposentadoria e o documento foi arquivado no setor SALOG/SOCOM/RN.
Acórdão nº 39206-TCU/Sefip	25255.013.071/2011-72	Encaminha cópia do acórdão 7983/2011 – TCU – Primeira Câmara, sessão de 13/09/2011, ata 33/2011	SEREH/SACAD/RN	Anexado cópia do Acórdão nº 7983/2011/TCU – 1º Câmara aos Processos de Pensão, bem como a ficha funcional dos citados pensionistas, o qual considerou o ATO PREJUDICADO por perda de objeto, tendo em vista a extinção dos benefícios dos mesmos.
Acórdão nº 38452-TCU/Sefip	25255.012.816/2011-86	Encaminha cópia de acórdão 6991/2011 – TCU – Primeira Câmara	SALOG/SOCOM/RN e SEREH/RN	Após Providências cabíveis; anexado cópia do acórdão nº 6991/2011-TCU, às fichas funcionais, bem como aos processos de aposentadoria e o documento foi arquivado no setor SALOG/SOCOM/RN.
Acórdão nº 38580-TCU/Sefip	25255.012.873/2011-65	Cópia do acórdão 7512/2011 – TCU – Primeira Câmara	SALOG/SOCOM/RN e SEREH/RN	Após Providências cabíveis, foi arquivado no setor SALOG/SOCOM/RN.
Acórdão nº 38178-TCU/Sefip	25255.012.818/2011-75	Cópia do acórdão 6576/2011 – TCU – Primeira Câmara	SALOG/SOCOM/RN e SEREH/RN	Anexado cópia do Acórdão nº 6576/2011/TCU – 1º Câmara, aos Processos de Aposentadoria, bem como a ficha funcional dos citados aposentados, o qual considerou o ATO PREJUDICADO por perda de objeto, com o falecimento dos mesmos.
Acórdão nº 37860-TCU/Sefip	25255.013.092/2011-98	Cópia de acórdão 6542/2011 – TCU – Primeira Câmara	SALOG/SOCOM/RN e SEREH/RN	Após Providências cabíveis, foi arquivado no setor SALOG/SOCOM/RN.
Acórdão nº 36732-TCU/Sefip	25255.010.233/2011-11	Encaminha cópia do acórdão 6679/2011 – TCU – Primeira Câmara	SALOG/SOCOM/RN e SEREH/RN	Após Providências cabíveis; anexado cópia do acórdão nº 6679/2011-TCU, às fichas funcionais, bem como ao processo de aposentadoria e o documento foi arquivado no setor SALOG/SOCOM/RN.
Acórdão nº 34909-TCU/Sefip	25255.009.250/2011-13	Encaminho para conhecimento cópia do acórdão 5993/2011 – TCU – Primeira Câmara	SALOG/SOCOM/RN e SEREH/RN	Após Providências cabíveis; anexado cópia do acórdão nº 5993/2011-TCU, às fichas funcionais, bem como ao processo de aposentadoria e foi arquivado no setor SALOG/SOCOM/RN.
Acórdão nº 34718-TCU/Sefip	25255.009.251/2011-50	Encaminho para conhecimento cópia do acórdão 6023/2011 – TCU – Primeira Câmara	SALOG/SOCOM/RN e SEREH/RN	Após Providências cabíveis; anexado cópia do acórdão nº 6023/2011-TCU, à ficha funcional, bem como ao processo de aposentadoria e o documento foi arquivado no setor SALOG/SOCOM/RN.
Acórdão nº 34429-TCU/Sefip	25255.008.711/2011-22	Encaminha cópia do acórdão 6068/2011 – TCU – Primeira Câmara	SALOG/SOCOM/RN e SEREH/RN	Após Providências cabíveis; anexado cópia do acórdão nº 6068/2011-TCU, aos processos de pensão e às fichas funcionais, bem como ao processo de aposentadoria e o documento foi arquivado no setor SALOG/SOCOM/RN.

Acórdão nº 34382-TCU/Sefip	25255.008.710/2011-88	Encaminha cópia do acórdão 5640/2011 – TCU – Primeira Câmara	SALOG/SOCOM/RN e SEREH/RN	Após Providências cabíveis; anexado cópia do acórdão nº 5640/2011-TCU, aos processos de pensão e à ficha funcional, bem como ao processo de aposentadoria e o documento foi arquivado no setor SALOG/SOCOM/RN.
Acórdão nº 34299-TCU/Sefip	25255.008.712/2011-77	Encaminha cópia do acórdão 3581/2011 – TCU – Primeira Câmara	SALOG/SOCOM/RN e SEREH/RN	Após Providências cabíveis; anexado cópia do acórdão nº 3581/2011-TCU, ao processo de pensão e às fichas funcionais, bem como aos processos de aposentadoria e o documento foi arquivado no setor SALOG/SOCOM/RN.
Acórdão nº 33515-TCU/Sefip	25255.008.550/2011-77	Encaminha acórdão 5781/2011 – TCU – Primeira Câmara	SALOG/SOCOM/RN e SEREH/RN	Após Providências cabíveis; anexado cópia do acórdão nº 5781/2011-TCU, à ficha funcional, bem como ao processo de aposentadoria e o documento foi arquivado no setor SALOG/SOCOM/RN.
Acórdão nº 31934-TCU/Sefip	25255.004.134/2011-08	Encaminha cópia do acórdão 3388/2011 – TCU – Primeira Câmara	SALOG/SOCOM/RN e SEREH/RN	Após Providências cabíveis; anexado cópia do acórdão nº 3388/2011-TCU, às fichas funcionais, bem como ao processo de aposentadoria e o documento foi arquivado no setor SALOG/SOCOM/RN.
Comunicação de Julgamento de Contas Ofício nº 852/2011/TCU/SECEX-RN	25255.003.190/2011-17	Encaminho para conhecimento e ciência cópia do acórdão nº 102/2011, apostilado pelo acórdão nº 1098/2011	EQUIPE DE CONVÊNIOS	Ciente em 10/06/2011, pelo o Servidor do Serviço da Equipe de Convênio (Valdir Carvalho Leite) e por (Francisco Freitas de Souza), Secretario Terceirizado.
Acórdão nº 31112-TCU/Sefip	25255.003.334/2011-35	Envio da cópia do acórdão nº 2998/2011 – TCU – Primeira Câmara	SALOG/SOCOM/RN e SEREH/RN	Após Providências cabíveis; anexado cópia do acórdão nº 2998/2011-TCU, à ficha funcional, bem como ao processo de aposentadoria e o documento foi arquivado no setor SALOG/SOCOM/RN.
Acórdão nº 30973-TCU/Sefip	25255.003.010/2011-05	Informações referentes pastas funcionais da cópia do acórdão 2778/2011	SALOG/SOCOM/RN e SEREH/RN	Após Providências cabíveis; anexado cópia do acórdão nº 2778/2011-TCU, às fichas funcionais, bem como ao processo de aposentadoria e o documento foi arquivado no setor SALOG/SOCOM/RN.
Comunicação de Deliberação Ofício nº 517/2011/TCU/SECEX/RN	25255.002.651/2011-34	Solicita cumprimento de determinações – acórdão 1879/2011 – TCU	SALOG/SOCOM/RN e SEREH/RN	Documento encontra-se anexado ao Processo nº 25255.001.852/2011-14, e Respondido através do Ofício nº 1247/2011/SUEST-RN, datado 06/06/2011, determina a suspensão do pagamento irregular da Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias – GACEN.
Acórdão nº 30922-TCU/Sefip	25255.003.011/2011-41	Encaminha em anexo cópia do acórdão 2602/2011	SALOG/SOCOM/RN e SEREH/RN	Após Providências cabíveis; anexado cópia do acórdão nº 2602/2011-TCU, ao processo de pensão e à ficha funcional do ex-servidor e o documento foi arquivado no setor SALOG/SOCOM/RN.
Acórdão nº 29686-TCU/Sefip	25255.002.137/2011-07	Acórdão 818/2011 – TCU – Primeira Câmara, referente ao Processo nº TC 001.946/2011-0	ARQUIVO/SOCOM/RN e SEREH/RN	Após Providências cabíveis; anexado cópia do acórdão nº 818/2011-TCU, ao processo de pensão e à ficha funcional do ex-servidor e o documento foi arquivado no setor SALOG/SOCOM/RN.

Acórdão nº 29714-TCU/Sefip	25255.002.139/2011-98	Acórdão 1048/2011 – TCU – Primeira Câmara. Referente ao Processo TC 002.047/2011-0	ARQUIVO/SOCOM/RN e SEREH/RN	Após Providências cabíveis; anexado cópia do acórdão nº 1048/2011-TCU, ao processo de pensão e à ficha funcional do ex-servidor e o documento foi arquivado no setor SALOG/SOCOM/RN
Acórdão nº 29372-TCU/Sefip	25255.002.089/2011-49	Envia cópia do acórdão 797/2011 – TCU – Primeira Câmara, prolatado na sessão de 15/02/2011 ata 4/2011	ARQUIVO/SOCOM/RN e SEREH/RN	Após Providências cabíveis; anexado cópia do acórdão nº 1048/2011-TCU, para finalização do processo e arquivado no setor SALOG/SOCOM/RN
Acórdão nº 29276-TCU/Sefip	25255.002.090/2011-73	Envia cópia do acórdão 1720/2011 – TCU – Primeira Câmara, prolatado na sessão de 15/02/2011 ata 8/2011	ARQUIVO/SOCOM/RN e SEREH/RN	Após Providências cabíveis; anexado cópia do acórdão nº 1720/2011-TCU, ao processo de pensão e às fichas funcionais do ex-servidor e o documento foi arquivado no setor SALOG/SOCOM/RN
Acórdão nº 29301-TCU/Sefip	25255.002.088/2011-02	Envia cópia do acórdão 2144/2011 – TCU – Primeira Câmara, prolatado na sessão de 12/04/2011 ata 11/2011	ARQUIVO/SOCOM/RN e SEREH/RN	Após Providências cabíveis, anexado cópia do acórdão nº 29301/2011-TCU, para finalização do processo e arquivado no setor SALOG/SOCOM/RN
Comunicação de Deliberação Ofício nº 517/2011-GAB-TCU/SECEX-RN	25255.001.852/2011-14	Encaminha cópia do acórdão Nº 1879/2011-TCU	SEREH/SAPAG/RN	Respondido por meio do Ofício nº 1247/2011/SUEST/RN, datado de 06/06/2011.
Comunicação de Dilação Ofício nº 358/2011-TCU/SECEX-RN	25255.001.467/2011-77	Informa Prorrogação de prazo (15 dias), a conta de 17/03/2011, para atendimento do Ofício 249/2011-TCU/SECEX-RN	EQUIPE DE CONVÊNIOS	Respondido por meio do Ofício nº 774/2011/Serviço de Convênios/SUEST-RN, datado de 05 de abril de 2011
Audiência – Delegação de Competência Ofício nº 249/2011-TCU/SECEX-RN	25255.001.178/2011-78	Relatório de Auditoria	SENSP-RN	Respondido por meio do Ofício nº 774/2011/Serviço de Convênios/SUEST-RN, datado de 05 de abril de 2011
Ofício nº 0031/2011-GAB-TCU/SECEX-RN	25255.000.896/2011-27	Relatório de Gestão de 2010	GABINETE/SUEST/RN/ASPLAN/RN	Respondido por meio do Ofício nº 451/11/Gabinete/SUEST-RN, datado de 22 de fevereiro de 2011
Acórdão nº 27360-TCU/Sefip	25255.000.905/2011-80	Encaminha acórdão 444/2011-TCU - Segunda Câmara	ARQUIVO/SOCOM/RN e SEREH/RN	Após Providências cabíveis; anexado cópia do acórdão nº 444/2011-TCU, para o processo dos instituidores, bem como para as fichas funcionais e arquivadas no setor SALOG/SOCOM/RN
Acórdão nº 27200-TCU/sefip	25255.000.904/2011-35	Encaminha cópia do acórdão 440/2011-TCU - Segunda Câmara	ARQUIVO/SOCOM/RN	Após Providências cabíveis, anexado cópia do acórdão nº 440/2011-TCU, para o processo, bem como para as fichas funcionais e arquivadas no setor ARQUIVO/SOCOM/RN

### Análise Crítica

As respostas/Providências implementadas pela Funasa/Suest/RN, ocorreram, em sua maioria, por meios de ações que se deram por meio dos Diversos Departamentos desta/Suest/RN, e encontra-se registrados por meio de despachos anexados ao documento expedido pelo TCU e arquivados nesta Suest/RN.

**Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

**“Não houve ocorrência”**

**15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício**

**Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

**15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício**

**Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

**“Não houve ocorrência”**



**16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.**

**Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício**

ACOMPANHAMENTO DAS RESPOSTAS PRELIMINARES DO RELATÓRIO DE AUDITORIA – RA (PLANO DE PROVIDENCIAS PERMANENTE)				
IDENTIFICAÇÃO DO RA:			COMUNICAÇÃO EXPEDIDA:	
(ITEM DO RA): CONSTATAÇÃO	Nº do registro do SCDWEB	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	UNIDADE	RESPOSTA DA UNIDADE
DILIGÊNCIA OS-201112207-1	25255.016.218/2011-86	Solicita Providência referente a ato de Aposentadoria	SEREH/SACAD/RN	Conforme consta do Memorando nº 39/Sereh, foram sanadas as impropriedades na aposentadoria que apresentavam divergia com a tabela de remuneração.
DILIGÊNCIA OS-201112207-5	25255.016.215/2011-42	Solicita Providência referente a ato de Aposentadoria	SEREH/SACAD/RN	Conforme consta do Memorando nº 39/Sereh, foram sanadas as impropriedades na aposentadoria que apresentavam divergia com a tabela de remuneração.
DILIGÊNCIA OS-201112207-4	25255.016.214/2011-06	Solicita Providência referente a ato de Aposentadoria	SEREH/SACAD/RN	O Memorando nº 39/Sereh, informa que não foi encontrado divergia nos proventos do servidor José Ferreira de Souza Apontada na Diligência citada.
DILIGÊNCIA OS-201112207-3	25255.016.212/2011-17	Solicita Providência referente a ato de Aposentadoria	SEREH/SACAD/RN	Conforme consta do Memorando nº 39/Sereh, foram sanadas as impropriedades na aposentadoria que apresentavam divergia com a tabela de remuneração.
DILIGÊNCIA OS-201112207-2	25255.016.210/2011-10	Solicita Providência referente a ato de Aposentadoria	SEREH/SACAD/RN	Conforme consta do Memorando nº 39/Sereh, foram sanadas as impropriedades na aposentadoria que apresentavam divergia com a tabela de remuneração.
OFICÍO Nº 34884/CGU	25255.015.298/2011-52	Solicitação Disponibilizar Documentação Referente ao Convênio SIAFI nº 650530-TC/PAC 1510/08	GABINETE/SUEST/RN/EQUIPE DE CONVÊNIOS/RN	Conforme consta no documento assinado pelo o senhor “Sergio”, no dia 23 de dezembro de 2011, foi entregue a CGU/RN, cópia dos Processos nº 25255.008.123/2007-11 (2 vol) e numerados de 01 a 196 fls. (Vol.1) e 197 a 289 fls. (Vol.2) e Processo nº 25100.030.370/2008-30 (Vol.1) numerado de 01 a 183. Conforme documento anexado ao Ofício nº 34884/2011/CGU-R/RN/CGU-PR.

PARECER DE CONTROLE INTERNO Nº 201112207-5	25255.016.193/2011-11	Parecer de Controle Interno (Aposentadoria)	SEREH/SACAD/RN	O SEREH/SOCAD/SUEST/RN, foi cientificada da legalidade do ato de aposentadoria e, está aguardando o pronunciamento do TCU.
PARECER DE CONTROLE INTERNO Nº 201112207-1	25255.016.197/2011-07	Parecer de Controle Interno (Aposentadoria)	SEREH/SACAD/RN	O SEREH/SOCAD/SUEST/RN, foi cientificada da legalidade do ato de aposentadoria e, está aguardando o pronunciamento do TCU.
201105579/S02	25255.014.792/2011-08	Solicita Informações com vistas a Subsidiar os Trabalhos de Acompanhamento Permanente de Gastos -APG	GABINETE/SUEST/RN/ASPLAN/RN	Respondido por meio do Ofício SUEST/RN nº 2703/11, datado de 30/11/2011.
PARECER DE CONTROLE INTERNO Nº 201112207-6	25255.016.192/2011-76	Parecer de Controle Interno (Aposentadoria)	SEREH/SACAD/RN	O SEREH/SOCAD/SUEST/RN, foi cientificada da legalidade do ato de aposentadoria e, está aguardando o pronunciamento do TCU.
PARECER DE CONTROLE INTERNO Nº 201112207-2	25255.016.196/2011-54	Parecer de Controle Interno (Aposentadoria)	SEREH/SACAD/RN	O SEREH/SOCAD/SUEST/RN, foi cientificada da legalidade do ato de aposentadoria e, está aguardando o pronunciamento do TCU.
PARECER DE CONTROLE INTERNO Nº 201112207-4	25255.016.194/2011-65	Parecer de Controle Interno (Aposentadoria)	SEREH/SACAD/RN	O SEREH/SOCAD/SUEST/RN, foi cientificada da legalidade do ato de aposentadoria e, está aguardando o pronunciamento do TCU.
Ofício nº 30807/2011/CGU/R/RN/CGU-PR	25255.013.652/2011-12	Processo Administrativo disciplina nº 25255.005.855/2008-21	AUDIT/COREG	O referido Documento encontra-se na FUNASA/Presidência, em Brasília/DF.
Ofício nº 30442/2011/CGU/R/RN/CGU-PR	25255.012.697/2011-61	Solicitação de Processo	SENSP/SECAV/RN	Conforme consta no Despacho assinado pelo o senhor (Roberto Medeiros Germano), Superintendente Estadual do FUNASA/SUEST/RN, em 14/10/2011, encaminhado à Controladoria Geral da União/CGU, Processo nº 25255.003.912/2007-57, celebração de Processo/ Sistema de Abastecimento de Água.
Ofício nº 29657/2011/CGU-R/RN/CGU-PR	25255.012.350/2011-19	Solicitação de Processos	GABINETE/SUEST/RN/EQUIPE DE CONVÊNIOS/RN	Respondido por meio do Ofício nº 2319/11/Serviço de Convênios – SECON.
Ofício nº 28501/2011/CGU-	25255.011.832/2011-51	Trilhas de Pagamento de Pessoal	SEREH/SACAD-RN	Respondido através dos Ofícios nº 2415/11,

R//RN/CGU-PR				2373/11, 2374/11, 2366/11, 2367/11 e 2368/11/SOCAD/SEREH.
Ofício nº 201105579/SO1	25255.010.730/2011-19	Solicita Preencher o Questionário em Anexo, referente à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental.	GABINETE/SUEST/RN/ASPLAN/RN	Respondido por meio do Ofício nº 2244/11, SUEST/RN, datado de 26/09/2011.
Solicitação de Auditoria nº 201112207-001	25255.010.990/2011-94	Solicita que seja apresentado fluxo descritivo dos procedimentos referente aos atos, admissão, aposentadoria e pensão civil.	SEREH/SACAD-RN	Conforme consta no Despacho assinado pela Chefia do Setor de Cadastro e Pagamento (Maria de Fátima Barbosa Souza de Oliveira), os benefícios de pensão civil concedidos PR esta SUEST-RN obedecem os trâmites administrativos.
Solicitação de Auditoria nº 201112207-002	25255.010.991/2011-39	Solicita Providências no sentido de que sejam disponibilizadas cópias digitalizadas dos Processos referente a concessão de aposentadoria, conforme relação em anexo.	SEREH/SACAD-RN	Foi encaminhado via Ofício nº 2293/2011/SEREH/SUEST-RN/FUNASA de 07/10/2011, à Controladoria Geral da União/CGU-RN, documentação e processos digitalizados em dois CDS-ROM, organizados de acordo com o demonstrativo anexo, fornecido pelo o setor de cadastro e pagamento/SOCAD/SEREH/SUEST/RN/FUNASA, com vista a subsidiar os trabalhos de Auditoria de Avaliação de gestão de pessoas dessa CGU-RN.
Ofício nº 24726/2011/CGU-R/RN/CGU-PR	25255.009.010/2011-19	Solicitação de Processos (convênio CV 1291/2006), Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares.	GABINETE/SUEST/RN/EQUIPE DE CONVÊNIOS/RN	Conforme consta no documento assinado pelo o senhor Nivaldo A. Pereira CPF: 074.212.224-72, recebendo cópias do <u>Processo nº 25100.064.551/2009-41</u> , referente ao Convênio nº TC/PAC 0759/09 e SIAFI - 659378 <u>Prefeitura Municipal de Upanema/RN</u> e o <u>Processo nº 25100.061.052/2006-59</u> , referente ao Convênio CV 1291/06 e SIAFI-590954, com a <u>Prefeitura Municipal de Fernando Pedrosa/RN</u> .
Ofício nº 24583/2011/CGU-R/RN/CGU-PR	25255.008.853/2011-90	Solicitação do Processo referente ao Convênio TC/PAC 0795/09	GABINETE/SUEST/RN/EQUIPE DE CONVÊNIOS/RN	Recebido cópia do <u>Processo de nº 25100.064.551/200-41</u> , Convênio nº TC/PAC 0795/09, SIAFI-659378 e Cópia do <u>Processo nº 25100.061.052/2006-59</u> , Convênio CV nº 1291/06 e SIAFI-590954, <u>Prefeitura Municipal de Upanema/RN</u>

Ofício nº 23233	25255.008.114/2011-06	Auditoria de Acompanhamento de Gestão – Apresentação da Equipe.	GABINETE/SUEST/RN/ASPLAN/RN	Encaminhados os Memorandos nº 75 ao 79/IPLAN, para Chefe de Divisões e Serviços.
Ofício nº 22862	25255.008.050/2011-35	Encaminha em meio Eletrônico o Relatório de Auditoria, Certificado de Auditoria e Parecer do Dirigente do Controle Interno.	GABINETE/SUEST/RN/ASPLAN/RN	Respondido por meio do Ofício nº 2189/11, SUEST/RN, datado de 15/09/2011.
Ofício nº 21569/2011/CGU-R/RN/CGU-PR	25255.010.992/2011-83	Auditoria de Acompanhamento de Gestão – Apresentação da equipe: Francisco José Maia Gadelha e Alexandre Magnus das Neves.	SALOG/SOCOM/RN	CIENTE – Ofício de Apresentação de Equipe de Auditoria
Solicitação de Auditoria nº 201105579/001	25255.004.730/2011-80	Solicitação de Auditoria	GABINETE/SUEST/RN/ASPLAN/RN	Respondido por meio do Ofício nº 1571/11, SUEST/RN-IPLAN, datado de 12/07/2011.
Ofício nº 18423/2011/CGU/R/RN/CGU-PR	25255.004.731/2011-24	Auditoria – Apresentação do Coordenador de Equipe.	GABINETE/SUEST/RN/ASPLAN/RN	Respondido por meio do Ofício nº 1571/11, SUEST/RN-IPLAN, datado de 12/07/2011.
Ofício nº 16695/2011/CGU/R/RN/CGU-PR	25255.003.710/2011-91	Encaminhamento do Relatório Preliminar de Auditoria.	GABINETE/SUEST/RN/ASPLAN/RN	Recebido pelo Servidor “Aderbalde Medeiros da Silva”, em 21/06/2011.
Ofício-Circular nº 135	25255.002.936/2011-75	Convite para Participar de Curso Voltado para área da Gestão de Contratos.	GABINETE/SUEST/RN/ASPLAN/RN	Respondido por meio do Ofício nº 1289/11, SUEST/RN-IPLAN, datado de 09/06/2011.
Ofício nº 128/2011/CGU/R/RN/CGU-PR	25255.002.631/2011-63	Realização de Capacitação	GABINETE/SUEST/RN/ASPLAN/RN	Respondido por meio do Ofício nº 1244/11, SUEST/RN, datado de 03/06/2011.
Solicitação de Auditoria nº 2011008833/027	25255.001.956/2011-29	Encaminha documento com principais questões evidenciadas pela equipe de auditoria da CGU/RN.	GABINETE/SUEST/RN/ASPLAN/RN	Encaminhados os Memorandos nº 51 ao 55/IPLAN, para Chefe de Divisões e Serviços.
Ofício-Circular nº 96	25255.001.967/2011-17	Atualização do Manual de Cadastro de responsáveis da administração federal – Processo de Contas do Governo – GSCON	GABINETE/SUEST/RN/ASPLAN/RN	Orientação recebida, acatada e encaminhada ao setor para atualização para do rol de responsáveis.
Solicitação de Auditoria nº 2011008833/009	25255.001.648/2011-01	Solicitação de Auditoria	GABINETE/SUEST/RN/ASPLAN/RN	Respondido por meio do Ofício nº 773/11, SUEST/RN-IPLAN, datado de 04/04/2011.
Solicitação de Auditoria nº 2011008833/008	25255.001.632/2011-91	Solicitação de Auditoria	GABINETE/SUEST/RN/ASPLAN/RN	Respondido por meio do Ofício nº 772/11, SUEST/RN, datado de 04/04/2011.
Solicitação de Auditoria nº 2011008833/006	25255.001.614/2011-17	Solicitação de Auditoria	GABINETE/SUEST/RN/ASPLAN/RN	Respondido por meio do Ofício nº 768/11, SUEST/RN, datado de 01/04/2011.
Solicitação de Auditoria nº 2011008833/007	25255.001.615/2011-53	Solicitação de Auditoria	GABINETE/SUEST/RN/ASPLAN/RN	Respondido por meio do Ofício nº 766/11, SUEST/RN, datado de 01/04/2011.

Ofício nº 7821/2011/CGU/R/RN/CGU- PR	25255.001.497/2011-83	Solicitação de Processos	SENSP/SECAV/RN	De acordo com informação do Secretario do DIESP/SUEST/RN, (Francisco Canindé Adelino), o Processo foi entregue ao motorista da CGU/RN.
Ofício nº 7334/CGU/R/RN/CGU-PR	25255.001.460/2011-55	Realização dos trabalhos de Auditoria Anual de Contas.	GABINETE/SUEST/RN/ASPLAN/RN	Respondido por meio do Ofício nº 718/11, SUEST/RN, datado de 28/03/2011.
Diligência nº OS 201100038-010	25255.001.527/2011-51	Restituição ao erário de valores de adicional de insalubridade.	SEREH/SACAD/RN	Chefe do SEREH intimou o Aposentado informando da suspensão da rubrica nº 53 no seu contra cheque, recebida a título de Adicional de Insalubridade (indevidamente).
Solicitação de Auditoria nº 2010000595/004	25255.000.273/2011-54	Solicitação de Auditoria	GABINETE/SUEST/RN/ASPLAN/RN	Respondido por meio do Ofício nº 125/11, SUEST/RN, datado de 18/01/2011.
Solicitação de Auditoria nº 2010000595/02	25255.000.157/2011-35	Solicitação de Auditoria	GABINETE/SUEST/RN/ASPLAN/RN	Respondido por meio do Ofício nº 60/11, SUEST/RN, datado de 12/01/2011.
Ofício nº 558/2011/CGU/R/RN/CGU-PR	25255.000.112/2011-61	Auditoria- Apresentação do Coordenador da equipe.	GABINETE/SUEST/RN/ASPLAN/RN	Respondido por meio do Ofício SUEST/RN nº 59/11, datado de 12/01/2011, Ofício SUEST/RN nº 60/11, datado de 12/01/2011 e Ofício SUEST/RN 125/11, datado de 18/01/2011.
Solicitação de Auditoria nº 2010000595/01	25255.000.111/2011-16	Solicitação de Auditoria	GABINETE/SUEST/RN/ASPLAN/RN	Respondido por meio do Ofício nº 59/11, SUEST/RN, datado de 12/01/2011.
Solicitação de Auditoria nº 201112207-3	25255.016.195/2011-18	Parecer de Controle Interno	SEREH/SACAD/RN	O SEREH/SOCAD/SUEST/RN, foi cientificada da legalidade do ato de aposentadoria e, está aguardando o pronunciamento do TCU.

### Análise Crítica

As respostas/Providências implementadas pela Funasa/Suest/RN, ocorreram, em sua maioria, por meios de ações que se deram por meio dos Diversos Departamentos desta/Suest/RN, e encontra-se registrados por meio de despachos anexados ao documento expedido pela CGU e arquivados nesta SUEST/RN.

## 17. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

### 17.1 - Declaração do Contador com Atestando a conformidade das demonstrações contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Superintendência Estadual da FUNASA no Estado do Rio Grande do Norte			255020
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, relativas ao exercício de 2011, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante a:</p> <p>RESTRICAO                      TITULO</p> <p>104    SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANST. AT. PERMAN.</p> <p>163    SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília-DF.	<b>Data</b>	25/01/2012
<b>Contador Responsável</b>	 Evanice Camargo Cardoso	<b>CRC nº</b>	4763
<b>Ordenador de Despesas</b>	 Assinatura/carimbo                      Roberto Medeiros Germano Superintendente Estadual FUNASA/SUEST-RN		

18. **ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA**  
**(NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)**
19. **ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS ESTATAIS**  
**(NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)**
20. **COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DE CAPITAL**  
**(NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)**
21. **INFORMAÇÕES SOBRE FUNDO PARTIDÁRIO**  
**(NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)**
22. **INFORMAÇÕES SOBRE FUNDOS CONSTITUCIONAIS**  
**(NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)**
23. **INDICADORES DE DESEMPENHO DO IFES**  
**(NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)**
24. **ANÁLISE DE SITUAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA**  
**(NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)**
25. **REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES**  
**(NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)**
26. **CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”**  
**(NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)**
27. **SUPERVISÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.**  
**(NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)**
28. **INFORMAÇÕES SOBRE IMÓVEIS ALIENADOS EM 2010 EM CONSONÂNCIA COM O PLANO NACIONAL DE DESOMIBILIZAÇÃO**  
**(NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)**
29. **INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS**  
**(NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)**
30. **AVALIAÇÃO DE TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UJ**  
**(NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)**

## CONCLUSÃO

A Fundação Nacional de Saúde, por meio da Superintendência Estadual do Rio Grande do Norte/SUEST/RN, no exercício de 2011, cumpriu a missão institucional, promovendo as ações de inclusão social, para promoção da saúde que foram realizados por meio da prevenção e controle das doenças e agravos ocasionados pela falta ou inadequações nas condições de saneamento básico.

A Divisão de Engenharia de Saúde Pública/Diesp/Suest/RN, no desenvolvimento de suas ações junto ao Estado e aos municípios do Rio Grande do Norte, desempenhou o seu papel de promover a melhoria da qualidade de vida, contribuindo para a redução de riscos à Saúde, proporcionando o incentivo do acesso da população aos serviços de Saneamento, focado no princípio da universalização dos sistemas de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e gestão de resíduos sólidos.

Nesse sentido, a confecção deste Relatório de Gestão, demonstra as ações e o comprometimento do corpo técnico/operacional da Funasa/Superintendência Estadual do Rio Grande do Norte, no cumprimento de sua missão institucional.

No que se refere ao desempenho físico das ações de saneamento ambiental é importante esclarecer que as metas programadas, geralmente, ultrapassam o exercício atual, por trata-se de obras que necessitam de dois ou mais exercícios para serem concluídas. A conclusão da execução física dessas metas depende da complexidade da obra, levando em média 2 anos entre a aprovação dos projetos e a efetivação da melhoria para a população.

A consolidação deste documento demonstra o conjunto de informações inerentes as ações programas e executadas no exercício de 2011, por tudo que compõe a Superintendência Estadual do Rio Grande do Norte, ao tempo em que demonstra também, os avanços que foram consolidados e a necessidade da busca de melhorias à serem implementadas, visando contribuir para o cumprimento da missão no exercício de 2012.



# FUNASA



Ministério da  
Saúde

